



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE PLANALTINA  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO  
RURAL

**REFORMA AGRÁRIA E ABASTECIMENTO ALIMENTAR: A AGRICULTURA  
CAMPONESA DO DISTRITO FEDERAL CONSTRUINDO A SEGURANÇA E  
SOBERANIA ALIMENTAR**

**BÁRBARA LOUREIRO BORGES**

Planaltina – DF, maio de 2018.



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE PLANALTINA  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO  
RURAL

**REFORMA AGRÁRIA E ABASTECIMENTO ALIMENTAR: A AGRICULTURA  
CAMPONESA DO DISTRITO FEDERAL CONSTRUINDO A SEGURANÇA E  
SOBERANIA ALIMENTAR**

**BÁRBARA LOUREIRO BORGES**  
**ORIENTADOR: PROF. NEWTON NARCISO GOMES JÚNIOR**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural da Faculdade UnB de Planaltina como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Mestre.

Planaltina – DF, maio de 2018.

BÁRBARA LOUREIRO BORGES

**REFORMA AGRÁRIA E ABASTECIMENTO ALIMENTAR: A AGRICULTURA  
CAMPONESA DO DISTRITO FEDERAL CONSTRUINDO A SEGURANÇA E  
SOBERANIA ALIMENTAR**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural pelo Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural da Universidade de Brasília.

Aprovado em 30 de maio de 2018.

BANCA EXAMINADORA

---

Professor Doutor Newton Narciso Gomes Júnior - Presidente da Banca Universidade de  
Brasília

---

Professor Doutor Marco Antônio Baratto Ribeiro da Silva - Membro Externo ao Programa

---

Professora Doutora Janaína Deane de Abreu Sá Diniz - Membro Efetivo Universidade da  
Brasília



Ficha catalográfica elaborada automaticamente,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Lr Loureiro Borges, Barbara  
REFORMA AGRÁRIA E ABASTECIMENTO ALIMENTAR: A AGRICULTURA  
CAMPONESA DO DISTRITO FEDERAL CONSTRUINDO A SEGURANÇA E  
SOBERANIA ALIMENTAR / Barbara Loureiro Borges; orientador  
Newton Narciso Gomes Júnior . -- Brasília, 2018.  
166 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Meio Ambiente e  
Desenvolvimento Rural) -- Universidade de Brasília, 2018.

1. Reforma Agrária. 2. Abastecimento Alimentar. 3.  
Agricultura Camponesa. 4. Soberania Alimentar. 5.  
Desenvolvimento Rural. I. Narciso Gomes Júnior, Newton,  
orient. II. Título.

## AGRADECIMENTOS

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e às famílias assentadas e acampadas pela Reforma Agrária do DF e Entorno, por me fazerem acreditar dia após dia na construção de uma sociedade sem exploradores e explorados e com justiça social.

À minha família, por toda a dedicação e compreensão pelas minhas escolhas.

Ao meu companheiro Paulo Freire, pelo amor e carinho nesse caminhar lado a lado da vida.

Ao meu orientador e amigo prof. Newton Gomes, pela contribuição e compromisso na construção de uma pesquisa que esteja a serviço das reais necessidades do povo. Obrigada por tudo!

Aos membros da banca prof. Marco Baratto e prof<sup>ª</sup>. Janaína Diniz, pelas valorosas contribuições em todo o período de elaboração dessa pesquisa.

Ao companheirismo e solidariedade de tantos amigos que de alguma forma contribuíram com a elaboração dessa dissertação e no período do mestrado. Meu muito obrigada: Fábio Ramos, Jéssica Garcia, Fábio Miranda, Janderson Barros, Maria Lucimar, Maria Feitosa, Luiz Zarref, Aldenora Pimentel, Francis Rocha, Sandra Cantanhede, Adriana Gomes, Sandro Alvares, Adriana Fernandes, Ana Íris, Daniel Guimba, Lucas Lemos, Rafael Bastos, Humberto Farias. Com vocês ando melhor!

À CAPES/CNPq, pela bolsa concedida.

À força que me sustenta e me leva adiante. Patacori Ogum! Eparrey Oyá!

“Os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras;  
porém, o que importa é transformá-lo”.

Karl Marx

## RESUMO

O sistema agroalimentar brasileiro vem sofrendo diversas modificações desde a década de 1960 causadas pela implantação do modelo da Revolução Verde no campo e pela oligopolização do setor de distribuição de alimentos. Os resultados desse quadro podem ser verificados tanto na expulsão de milhares de camponeses para a cidade e a conformação de um modelo de agricultura voltado à exportação de *commodities* e altamente dependente de insumos químicos, quanto na modificação da forma de aquisição de alimentos nas cidades e na homogeneização dos hábitos alimentares da população, trazendo riscos à saúde humana, ao meio ambiente e à segurança e soberania alimentar da população. Nesse sentido, o presente trabalho buscou analisar as potencialidades que a produção agrícola oriunda da agricultura camponesa dos assentamentos de Reforma Agrária do Distrito Federal tem em influenciar no aumento da diversificação da oferta atual de alimentos e melhorar as condições de acesso da população a alimentos saudáveis e seguros. O trabalho foi dividido em quatro capítulos: o primeiro capítulo resgata a conformação do agronegócio brasileiro, pautado na financeirização da agricultura pelas grandes corporações que dominam e controlam as relações de produção, a economia e o território. O segundo apresenta as modificações do sistema de varejo de alimentos e o impacto no acesso aos alimentos na cidade, bem como as modificações do padrão alimentar da população. O terceiro capítulo busca compreender quais os reflexos da conformação da Questão Agrária no Distrito Federal e entorno no abastecimento alimentar da população e na organização da agricultura camponesa e dos assentamentos de Reforma Agrária da região. O último capítulo analisa a partir dos assentamentos de Reforma Agrária de Planaltina-DF, as potencialidades e limites que as unidades de produção camponesas têm na oferta de alimentos diversificados e que melhorem o arranjo do acesso aos alimentos na cidade. Observou-se que a viabilização da comercialização é um elemento de estímulo à produção diversificada das unidades camponesas nos assentamentos e à geração de renda e trabalho, a agricultura camponesa dos assentamentos analisados demonstrou ter o potencial de ofertar alimentos seguros e de qualidade, contribuindo para a reversão da transição alimentar em curso, ocupando vazios alimentares e melhorando o acesso da população urbana. Para tanto, faz-se necessária a constituição de um sistema de abastecimento alimentar público que tenha capilaridade na distribuição de alimentos a toda a sociedade e de uma efetiva política de Reforma Agrária, que desconcentre a terra e melhore as condições de vida da população do campo.

Palavras-chave: Reforma Agrária, Abastecimento Alimentar, Agricultura Camponesa, Questão Agrária, Soberania Alimentar.



## ABSTRACT

The Brazilian agri-food system has been passing through several changes since the 1960's, due to the implementation of the Green Revolution model in the countryside and the oligopolies in food distribution sector. This situation leads to several consequences such as: the expulsion of thousands of peasants to the city; the consolidation of an agriculture model focused on the export of *commodities* and highly dependent on chemical inputs; a change on the way food is acquired in the cities; and a homogenization of people's eating habits, resulting in risks to human health, environment, food security and food sovereignty. This study aims to analyze how peasant agriculture production from the Agrarian Reform settlements located in the Federal District can influence the diversification of food supply and improve the conditions for access to healthy and safe food. The study was divided into four chapters: the first chapter reviews the Brazilian agrobusiness system formation, which is based on the financialization by the large corporations who dominate and control the economy, territory and production relations. The second chapter presents the changes on the food retail system and its impact on city's access to food and on people's eating habits. The third chapter seeks to understand, in the Federal District and surroundings, the effects of the Agrarian Question configuration on food supply and on the organization of the peasant agriculture of Agrarian Reform settlements. The last chapter analyzes the potentials and limits of the peasant production in the Agrarian Reform settlements in Planaltina-DF in terms of food supply diversification and access to food improvement for the city's population. It was observed that by making commercialization possible, the diversification of production in settlements is stimulated, as well as generation of income and work. In addition, the analyzed peasant agriculture showed great potential to offer safe and quality food, contributing to the reversal of the ongoing food transition, occupying food gaps and improving food access for urban population. Therefore, it is necessary to set up a public food supply system with capillarity in the distribution of food throughout society and to establish an effective Agrarian Reform police, to reach land deconcentration and improve rural population's living conditions.

Keywords: Agrarian Reform, Food Supply, Peasant Agriculture, Agrarian Issues, Food Sovereignty.

## **LISTA DE FIGURAS**

## **LISTA DE TABELAS**

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ABRAS – Associação Brasileira de Supermercados  
ADASA – Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal  
APP – Áreas de Preservação Permanente  
APRACOA – Associação dos Produtores Rurais Artesanais de Oziel Alves III  
APROSPERA – Associação dos Produtores Agroecológicos do Alto São Bartolomeu/DF  
ASPRAFES – Associação dos Produtores Rurais e Agricultores Esperança  
CAESB – Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal  
CAUB – Combinados Agro Urbanos  
CCA – Conselho Coordenador de Abastecimento  
CSA – Comunidades que Sustentam a Agricultura  
CEASA – Central Estadual de Abastecimento  
CODEPLAN – Companhia de Planejamento do Distrito Federal  
CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco  
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento  
CPAC – Centro de Pesquisa Agropecuária dos Cerrados  
CSA – Comunidade que Sustenta a Agricultura  
EMATER-DF – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal  
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural  
ETA – Escritórios Técnicos Agrícolas  
FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations  
FUNFERTIL – Fundo de Estímulos Financeiros ao Uso de Fertilizantes e Suplementos Minerais  
GEMAB – Grupo Executivo de Modernização do Abastecimento  
GFK – Growth from Knowledge  
IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool  
IBC – Instituto Brasileiro do Café  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IBRAM – Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental  
IFB – Instituto Federal de Brasília  
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo  
ISAAA – Serviço Internacional para Aquisição e Aplicações em Agrobiotecnologia  
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
NOVACAP – Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil  
ONU – Organização das Nações Unidas  
OPAC – Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica  
PA – Projeto de Assentamento  
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PAD-DF – Programa de Assentamento Dirigido do Distrito Federal  
PAEG – Programa de Ação Econômica do Governo  
PAIS – Produção Agroecológica Integrada e Sustentável),  
PDA – Plano de Desenvolvimento do Assentamento  
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios  
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento  
PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural  
POF – Pesquisa de Orçamentos Familiares  
POLOAMAZÔNIA – Programa de Desenvolvimento das Áreas da Amazônia  
POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados  
PRODECER – Programa Nipo-Brasileiro de Desenvolvimento Agrícola da Região dos Cerrados  
PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste  
PROVALE – Programa Especial para o São Francisco  
RA – Região Administrativa  
RAIS – Relação Anual de Informações Sociais  
RL – Reserva Legal  
SEAGRI-DF – Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal  
SEMA-DF – Secretaria de Meio Ambiente do Distrito Federal  
SINDIVEG – Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal  
SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural  
TAC – Termo de Compromisso Ajustamento de Conduta  
UnB – Universidade de Brasília  
USER – Unidade Sócio Econômica Rural

## SUMÁRIO

## INTRODUÇÃO

A ideia de alimentação saudável e os hábitos alimentares encontram-se ameaçados por um quadro que opõe de um lado o controle oligopolizado da produção e distribuição de alimentos pelas grandes empresas e do outro uma parcela de agricultores camponeses que mesmo desempenhando o papel de garantir uma produção diversificada, encontram dilemas e entraves na distribuição dos mesmos.

A modificação dos hábitos alimentares e padrão de consumo devem ser analisados com o caráter de alerta. Dados da POF (Pesquisa Nacional de Orçamentos Familiares) de 2009 mostram que houve uma redução do consumo de alimentos tradicionais em detrimento de produtos alimentares processados e industrializados (IBGE, 2010). Essa alteração no padrão de consumo está associada à disponibilidade de tempo para o preparo das refeições e busca por praticidade e rapidez de produtos pré-processados, assim como elementos como o preço e restrições de mobilidade urbana (GOMES JÚNIOR; ALY JÚNIOR, 2015; MAZON, 2010).

A mudança na composição da cesta alimentar e o conseqüente aumento na ingestão de produtos com excesso de sódio, gorduras e açúcares vem refletindo no agravamento da saúde da população brasileira. Dados da POF revelam que o excesso de gordura pode ser identificado em quase 60% da população a partir dos 5 anos de idade, independente da classe renda a que pertençam ou região em que habitam. (IBGE, 2010).

Contudo, o controle restrito da produção e distribuição de alimentos nos moldes do modelo capitalista vem influenciado essa relação do ser humano com a noção de alimento. A determinação do que é consumido como alimento é moldada pela definição do que será produzido, sob a égide das grandes empresas transnacionais do agronegócio, e de como será distribuído, sob competência das grandes redes de supermercados e hipermercados varejistas.

Apesar da propaganda sobre os números expressivos de produtividade agropecuária, dos altos índices de exportação e da composição do PIB nacional, o agronegócio brasileiro tem se mostrado insuficiente para a produção de alimentos para o povo brasileiro. Nota-se um claro incentivo à produção de alimentos para a exportação em detrimento do abastecimento interno, assim como a utilização em larga escala de agrotóxicos, sementes transgênicas e fertilizantes químicos.

Essas contradições se acentuam quando observamos os dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA (2016) que declaram o Brasil como

liderança na exportação de vários itens agropecuários, como soja, carnes, produtos florestais, etanol e cereais. Porém, há uma disparidade na produção de itens que compõem a cesta básica diária da população brasileira e de itens de exportação. No período de 1990 a 2016, a quantidade produzida (em toneladas) de arroz, feijão e mandioca cresceu 1%, ao passo que a quantidade produzida de soja, milho e cana aumentou 205% (IBGE, 2017).

Cabe ainda afirmar, que a produção atual de arroz e feijão é insuficiente para atender a demanda nacional, levando o Brasil a importar continuamente grandes quantidades desses produtos, o que demonstra que a produção agrícola brasileira está totalmente voltada para o mercado externo em detrimento das necessidades alimentares de sua população.

Outro elemento que ameaça a questão alimentar, é o fato dessa especialização da produção se encontrar concentrada nas mãos das grandes corporações agroindustriais, das quais três empresas controlam 53% do mercado mundial de sementes<sup>1</sup>, seis empresas controlam 69% de agrotóxicos<sup>2</sup> e 10 empresas detém 41% do mercado de fertilizantes<sup>3</sup> (ETC GROUP, 2013).

Conforme mencionado, a subordinação às grandes cadeias agroalimentares também se dá na esfera da distribuição dos alimentos. O aparecimento da grande distribuição comercial de autosserviço (supermercados, hipermercados e cadeias de lojas) também influenciou radicalmente os hábitos alimentares, subordinando a alimentação à lógica do mercado e das grandes empresas e decretando o fim do comércio tradicional (mercearias, feiras livres, armazéns, açougues).

Os supermercados impulsionaram um novo modelo de consumo e aquisição de alimentos, em um sistema moderno e rápido, e voltado à comercialização de alimentos industrializados, que passaram a prescindir cada vez mais das etapas do preparo (MONTANARI; FLANDRIN, 1998).

O ramo das grandes redes de abastecimento varejista vem se consolidando a partir das fusões, incorporações e da internacionalização, em um movimento de concentração e competição a partir da lógica da fidelização e conveniência para os clientes (SAAB; GIMENEZ, 2000). As vantagens de custo associadas à alta escala de

---

1 Monsanto (26%), DuPont Pioneer (18,2%) e Syngenta (9,2%).

2 Syngenta (23%), Bayer (17%), BASF (12%), Dow AgroSciences (9,6%) e Monsanto (7,4%).

3 Yara (6,4%), Agrium Inc (6,3%), Mosaic (6,2%), PotashCorp (5,4%), CF Industries (3,8%), Sinofert Holdings (3,6%), K + S Group (2,7%), Israel Chemicals (2,4%), Uralkali (2,2%) e Bunge Ltd (2%).



operações de compras permitem a fixação de preços mais estáveis e garantem a competitividade do setor, influenciando na consolidação desse segmento.

Associado ao movimento de aquisições, fusões e internacionalização, verifica-se que apenas 3 corporações (WallMart, Carrefour e Pão de Açúcar) concentraram 58% das vendas de autosserviço no Brasil em 2015 (ABRAS, 2016).

A concentração e centralização da produção e distribuição de alimentos no Brasil refletem diretamente na instabilidade da garantia de Soberania Alimentar e Segurança Alimentar. Isso ocorre tendo em vista que a oferta e o acesso aos alimentos apenas como uma questão de mercado e lucro desconsideram o modo de produção e de distribuição deste. Isto é, desconsidera a concentração do poder econômico da cadeia agroalimentar, o comércio internacional de alimentos e a propriedade dos meios de produção. Ademais, desconsidera as reais necessidades alimentares do povo brasileiro, considerando uma alimentação em quantidade e qualidade suficientes.

Nesse sentido destaca-se a noção de Soberania Alimentar, construída pela Via Campesina, entidade que reúne movimentos sociais e organizações camponesas de todo o mundo, e que apresentou pela primeira vez esse conceito na Cúpula Mundial Sobre Segurança Alimentar no ano de 1996. Ao longo dos anos, nos diversos Fóruns sobre Soberania Alimentar e nas Conferências da Via Campesina, o conceito foi sendo ampliado e enriquecido com novos elementos, se tornando mais inclusivo e tendo como pilares: o direito dos povos de definirem como organizar o sistema de produção agrícola, definindo o que vão produzir e como produzir; a produção de alimentos saudáveis e adaptados culturalmente; a garantia das comunidades de controlar e acessar os recursos naturais dos seus territórios, como terra, água, sementes, insumos naturais e biodiversidade; o avanço de modelos de produção de matriz agroecológica.

Assim, a soberania alimentar é a via possível para garantir a Segurança Alimentar da população, compreendida pela realização do direito humano à alimentação adequada, com acesso regular a alimentos de qualidade e em quantidades suficientes, tendo como base práticas alimentares adaptadas às tradições e diversidades culturais que assegurem a promoção de saúde e sejam sustentáveis do ponto de vista social, econômico e ambiental.

Contudo, é necessário ampliar a discussão do como, para quem e por quem os alimentos devem ser produzidos, a fim de contrapor o modelo centralizado e concentrado da cadeia agroalimentar, sendo, portanto, necessário associar outras dimensões ligadas ao tema do abastecimento. Gomes Júnior e Aly Júnior (2015)

acrescentam a necessidade de integrar a esse campo de discussão os elementos da circulação, distribuição, comercialização e o papel do consumidor. Ou seja, é necessário delimitar por quais canais serão distribuídos e comercializados os produtos resultantes das práticas seguras e responsáveis de produção de alimentos.

Nesse mesmo contexto, Steel (2008) destaca que o papel da alimentação nas sociedades atuais deve ser repensado, de modo que não apenas a noção do que é comida ganhe visibilidade, mas também possa se refletir sobre a origem e modo de produção e distribuição desses alimentos.

Dessa forma, a produção e a distribuição de alimentos pressupõem também uma revolução no que hoje é intitulado por agricultura (GOMES JÚNIOR; ALY JÚNIOR, 2015). Toda a cadeia agroalimentar é baseada na produção de poucas variedades de vegetais e carnes, os quais serão processados e transformados por um reduzido quadro de grandes agroindústrias e que serão comercializadas por um circuito concentrado de distribuição. Assim, os autores afirmam que a construção da soberania alimentar é determinada pela realização de uma reforma agrária que democratize o acesso à terra e desmonte os latifúndios monocultores associados ao estreitamento da nossa base alimentar.

No âmbito do desenvolvimento rural, o tema da alimentação implica no enfoque sobre o papel da agricultura camponesa no regime de produção e consumo e da garantia de um quadro de segurança e soberania alimentar, e sob qual canal essa produção será distribuída. A organização da produção camponesa em quantidade e qualidades adequadas, de forma perene para atender às necessidades humanas, possibilita a regulação da oferta e disponibilidade de alimentos, configurando como um importante eixo de análise e de conexão com o sistema de abastecimento alimentar urbano.

Para tanto, o tema do abastecimento alimentar deve compreender como a agricultura familiar e camponesa se incorpora no regime de produção e consumo, bem como qual a capacidade do consumidor urbano em estabelecer uma nova relação com a agricultura e com o meio rural através desse elo (SCHNEIDER *et al.*, 2016).

Nesse sentido, é necessário recolocar o debate da Questão Agrária no centro da questão, compreendendo qual o papel da agricultura camponesa e da mudança da estrutura fundiária com a Reforma Agrária na produção de alimentos saudáveis, assim como quais os limites postos pela manutenção da estrutura fundiária concentrada no Brasil.

Ao olhar para a Questão Agrária do Distrito Federal e seu Entorno, objeto de análise desse trabalho, verifica-se como a ocupação histórica das áreas rurais na região influenciou profundamente a produção da agricultura camponesa e distribuição de alimentos seguros.

A criação de Brasília em 1960 representou o marco de um conjunto de ações que buscavam modernizar o interior do país, sobretudo na região Centro-Oeste. Nesse contexto, a produção agropecuária foi moldada para atender às demandas dos grandes proprietários de terras e especuladores imobiliários em torno do uso da terra, com a consequente exclusão dos trabalhadores e agricultores camponeses.

Botelho Filho (2001) e Figueiredo (1979) identificaram três momentos da ocupação do Distrito Federal a partir da organização da produção agrícola e da estrutura fundiária. O primeiro momento, logo em 1960, teve um direcionamento para o aumento das pequenas propriedades, as quais foram distribuídas a funcionários públicos ou para pessoas da população que eram selecionadas sem critérios de aptidão para a produção agrícola. ou para pessoas da população que eram selecionadas sem critérios de produção agrícola. Esse quadro mostra a atuação do Estado para criar uma reserva de terras e de força de trabalho e não para a produção agrícola.

O segundo momento ocorreu entre 1964 e 1977, onde começam a ser contornados os fatores que limitavam a expansão da agricultura empresarial no DF, com a criação de áreas para grandes investimentos, instalação de agroindústrias com capital de fora do DF e criação da CEASA.

O terceiro momento, a partir de 1977 foi o ápice da modernização da agricultura com a implantação do Programa de Assentamento Dirigido do DF (PAD-DF), que distribuiu terras entre 250 a 500 ha a agricultores – maioria migrantes da região Sul, que pudessem comprovar experiência agrícola e capacidade econômica para alavancar a produção de grãos. Esse período imprimiu as características do desenvolvimento da agricultura na região, se caracterizando pela maximização do lucro, com implantação de um sistema moderno de infraestrutura como os pivôs centrais de irrigação, em detrimento da produção agrícola para o abastecimento do DF.

O resultado dessa conformação gerou um quadro de concentração de terras e exclusão social de trabalhadores e camponeses destituídos dos meios de produção para praticar a atividade agrícola, o que dificultou tanto a produção de alimentos quanto o abastecimento alimentar da população, no âmbito do acesso e qualidade dos alimentos consumidos.

Esse cenário de priorização da destinação das áreas rurais para produção de grandes culturas reflete na insegurança alimentar na produção e distribuição de alimentos no Distrito Federal. Além da necessidade de trazer frutas, verduras e legumes de outros estados do Brasil, esses produtos chegam ao consumidor brasileiro com preços até 35% mais caros que os praticados na origem (CEASA, 2014). No âmbito da distribuição de alimentos, inexistem uma política pública voltada às feiras e demais equipamentos do sistema tradicional de abastecimento, dificultando o acesso aos alimentos de acordo com as condições de mobilidade da população urbana e incentivando a concentração das grandes redes de varejo.

De acordo com Gomes Júnior (2011), a inexistência de uma política de abastecimento no DF centrada na agricultura familiar e camponesa de regiões periurbanas contribui para a elevação dos preços dos alimentos pagos pelos consumidores. Além disso, compromete a qualidade dos alimentos e as perspectivas de desenvolvimento da economia regional por meio da geração de renda e trabalho no meio rural.

Diante da conformação da Questão Agrária do DF e compreendendo que a melhoria do sistema agroalimentar também passa pelos mercados e pela distribuição de alimentos, e considerando o papel da agricultura camponesa na produção de alimentos, este trabalho tem as seguintes perguntas de partida: A agricultura camponesa associada à produção de alimentos no Distrito Federal e Entorno pode influir no aumento da diversificação da oferta atual de alimentos na região? Em que medida essa produção pode contribuir com a constituição de um sistema de abastecimento varejista de alimentos que melhore as condições de acesso da população a produtos alimentares saudáveis e seguros?

Para tanto, se propõe como hipótese que a produção camponesa de alimentos oriunda dos assentamentos de Reforma Agrária no Distrito Federal e Entorno, se contarem com uma política pública que recupere e amplie o sistema convencional de abastecimentos por intermédio de novas unidades de distribuição e incentivo às feiras livres, mercados municipais e pequeno varejo de vizinhança podem contribuir com a melhoria das condições de abastecimento da população e com o resgate de hábitos alimentares tradicionais. Como corolário dessa hipótese, defende-se que o fortalecimento do sistema de abastecimento alimentar tradicional será um elemento emulador para a produção local de alimentos, fortalecendo e proporcionando autonomia às unidades camponesas de produção.

Para atingir o objetivo de analisar a dinâmica e potencial da produção e distribuição de alimentos oriundos da agricultura camponesa na perspectiva de assegurar a segurança na oferta de alimentos e acesso da população urbana, este trabalho será dividido em quatro capítulos.

O primeiro capítulo pretende localizar a discussão sobre o sistema agroalimentar brasileiro do ponto de vista histórico da consolidação do modelo do agronegócio e as consequências e impactos gerados a partir da financeirização da agricultura pelas grandes corporações que dominam e controlam as relações de produção, a economia e o território. Os resultados desse contexto são verificados na concentração fundiária, nos impactos sobre o meio ambiente e à saúde humana e na insegurança alimentar de um modelo empresarial de produção que prioriza a exportação de *commodities* em detrimento do abastecimento alimentar interno.

O segundo capítulo discorre sobre o circuito de abastecimento alimentar urbano, caracterizando as consequências do surgimento e consolidação do sistema moderno de varejo, representado pelos supermercados, na retração e estrangulamento dos equipamentos tradicionais como as feiras, na piora do acesso a alimentos e na modificação dos hábitos alimentares, que refletem uma má nutrição alimentar e perda de autonomia dos consumidores.

Já o terceiro capítulo aprofunda a conformação da Questão Agrária no Distrito Federal e entorno, desde a construção de Brasília em 1960 até os dias atuais. Verifica-se que o DF passou pelo mesmo processo nacional de inserção do capital na agricultura, tendo como características os reflexos na configuração da questão urbana e consequente exclusão dos trabalhadores e camponeses migrantes, assim como a ausência de uma política de abastecimento alimentar que alie o desenvolvimento da agricultura camponesa e o acesso da população urbana a alimentos seguros e saudáveis.

O quarto capítulo parte de uma análise do papel da agricultura camponesa no sistema agroalimentar e da conformação local dos assentamentos de Reforma Agrária no DF, avaliando as possibilidades e limites na dinamização das unidades de produção camponesas para a oferta de uma alimentação saudável e diversificada que contribua para a melhoria do padrão alimentar da população.

Para confrontar a hipótese desse trabalho, enunciada anteriormente, com a realidade objetiva, foi utilizado o método materialista histórico dialético, que pressupõe o movimento de partir de aspectos concretos da realidade a respeito da configuração agrária e do circuito de abastecimento alimentar no Brasil e no Distrito Federal, para

então, por abstrações chegar a novos conteúdos explicativos sobre a organização necessária da produção agrícola camponesa e dos equipamentos de abastecimento de varejo que preencham os vazios alimentares em questões de qualidade e acesso aos alimentos.

Dessa forma, o método utiliza procedimentos analíticos e o conhecimento teórico, e parte da essência para atingir a essência do objeto. Assim, o pesquisador reproduz do plano ideal e do pensamento a essência do objeto investigado, chegando a novos conceitos e abstrações. Após obter as determinações mais simples, é necessário retornar ao objeto, tornando-se assim um procedimento reflexivo, visto que a razão reconstrói o movimento do real para então depois seguir o caminho de volta até o objeto de estudo, tornando-se inclusive muito mais rico porque traz consigo novas e múltiplas mediações (PONTES, 1997).

Outro elemento desse método empregado refere-se à capacidade de abstração do pesquisador, ou seja, “a capacidade intelectual que permite extrair de sua contextualidade determinada (de uma totalidade) um elemento, isolá-lo, examiná-lo; é um procedimento intelectual sem o qual a análise é inviável” (NETTO, 2011, p.44). Nesse sentido, o papel do sujeito é essencialmente ativo, tendo em vista seu processo de identificação da estrutura e dinâmica do objeto.

Aplicado a um estudo de caso que possibilite observar e compreender como se organizam as unidades de produção camponesa dos assentamentos de Reforma Agrária, foram delimitados os assentamentos Oziel Alves III e Pequeno William, localizados na Região Administrativa de Planaltina no DF e organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.

Foram utilizados diferentes instrumentos de pesquisa, como a revisão bibliográfica, pesquisa documental de fontes secundárias e coleta de dados primários a partir de entrevistas semiestruturadas direcionadas a assentados da Reforma Agrária. As entrevistas tinham por objetivo caracterizar as unidades de produção e sua interação entre vários elementos, como histórico e caracterização das famílias, condições socioeconômicas, organização da produção agrícola e sistema de comercialização.

Assim, a relevância desse trabalho está na necessidade de formular teoricamente a partir da análise da realidade dos assentamentos Oziel Alves III e Pequeno William em Planaltina no DF, possibilidades para a efetivação de uma política de Reforma Agrária que reorganize a estrutura fundiária e que esteja associada a uma política de abastecimento alimentar, capazes de regular a oferta de alimentos diversificados a toda

sociedade e dinamizem o desenvolvimento rural das unidades de produção camponesas, assegurando soberania e segurança alimentar.

# **1. O SISTEMA AGROALIMENTAR HEGEMÔNICO: DA COLÔNIA AO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO**

## **1.1. A CONFORMAÇÃO DA AGRICULTURA CAPITALISTA NO BRASIL**

Ao analisar o sistema agroalimentar brasileiro nos seus elos de produção, distribuição e consumo é necessário partir da análise de como se conformou a agricultura capitalista, a qual por meio de um complexo sistema de industrialização, tecnologias e financiamentos se consolidou num modelo hegemônico de produção agrícola, gerando uma conformação socioeconômica excludente e concentrada para o campo brasileiro.

No período colonial brasileiro a agricultura exerceu um papel central na economia da metrópole, gerando reflexos na conformação da colônia até os dias atuais. A colonização brasileira ocorreu em um período de colapso do regime feudal europeu e avanço do comércio marítimo, no entanto, essa economia que ascendia e florescia não foi implantada nas colônias portuguesas. Segundo Prado Júnior, foi implantado no Brasil um capitalismo agrário, atrasado e exportador (PRADO JÚNIOR, 1976).

A atividade mercantil agrícola desse período teve um papel central na formação social e econômica do Brasil, demarcando o processo de colonização como uma grande empresa comercial que visava explorar os recursos naturais de um território novo em benefício do comércio europeu (PRADO JÚNIOR, 1976). Esse elemento influenciou inclusive na não priorização pelo povoamento do novo continente no primeiro momento, sendo esse influenciado apenas pela necessidade de pessoas para ocupação do território e melhoria da organização da produção e das feitorias necessárias.

Nesse sentido, de acordo com Prado Júnior (1976), toda a sociedade e economia brasileira eram moldados para atender esse comércio externo, garantindo uma infraestrutura pontual e com o aparelhamento necessário para a atividade a ser desenvolvida. Quando os recursos naturais se esgotassem ou a conjuntura econômica se alterasse, a produção declinava e perecia, fazendo com que a empresa comercial mudasse de terras e de atividade. Foi assim com os diversos ciclos de produção e exploração implantados no Brasil, como o Pau-brasil, o açúcar, o tabaco, o algodão, posteriormente o ouro e diamante, e o café.



A grande propriedade fundiária, o latifúndio, nasce no Brasil, vinculada à produção de gêneros com valor comercial para o mercado externo, em um formato de monoculturas e tendo como base de produção a mão de obra escrava. Esse tipo de agricultura praticada, que teve os esforços concentrados na lavoura em larga escala para exportação, influenciou inclusive na marginalização da produção agrícola para subsistência e na exclusão da pequena produção.

McMichael (2016) relaciona como os itens produzidos nas colônias da América, África e Ásia representaram o poder político das metrópoles sendo associados às determinações dos regimes alimentares das mesmas. Itens como tabaco, café e açúcar fizeram parte do roll de mercadorias do prazer e estimulantes, sendo mercadorias raras e de luxo, portanto, itens de representação de poder. Posteriormente, esses itens, antes considerados raridade tornaram-se artigos de grande necessidade nas ascendentes economias industriais do século XX.

Nesse sentido, a organização e a mercantilização da agricultura nas colônias também esteve diretamente ligada às relações da cadeia alimentar, interligadas mundialmente sob as formas de como os alimentos são utilizados para o processo de acumulação de capital (MCMICHAEL, 2016). Esse movimento de garantir uma extensa acumulação de capital pode ser verificado na ênfase em reduzir os custos da força de trabalho na manufatura europeia do final do século XIX provendo alimentos de baixo custo provenientes das colônias, como açúcar e tabaco para as classes trabalhadoras, o que afetou positivamente a produção de energia e a produtividade do trabalhador (MINTZ, 1985).

Os elementos constitutivos da estrutura agrária brasileira no período colonial, tais como o trabalho escravo e sua relação com a precarização da mão de obra, a monocultura praticada em larga extensão de terra e a mercantilização da agricultura voltada ao comércio exterior, representam traços que influenciaram expressamente o modo como se consolidou o agronegócio brasileiro nos dias atuais.

É importante dizer que a atual conformação da agricultura capitalista brasileira, além de ser moldada e marcada por elementos estruturais, como os citados acima, também é influenciada por elementos conjunturais, que vão desde a atuação do capital na realidade brasileira quanto sua incidência nos países de economia central. É desse modo que a combinação das crises conjunturais e estruturais do sistema capitalista atingem todas as esferas da vida social, política, econômica e cultural.

No caso da agricultura, foi decisiva a crise econômica capitalista dos anos de 1929-1930<sup>4</sup>, a qual afetou sobremaneira o modo de fazer agricultura. Chonchol (2005) pontua alguns fenômenos contraditórios que se desenvolveram do ponto de vista alimentar nesse período. Entre eles destaca-se o fato de que os agricultores dos países industrializados se encontravam com excedentes impossíveis de serem colocados no mercado, ao mesmo tempo em que um conhecimento mais aprofundado da situação alimentar nos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos e os progressos científicos sobre o problema da desnutrição humana permitiam uma tomada de consciência do fenômeno da subalimentação e da fome.

Nesse contexto, os especialistas em nutrição humana alertavam para a necessidade de aumentar a disponibilidade de alimentos para resolver o problema da fome. No entanto, os economistas recomendavam a redução da produção agrícola para resolver o problema dos excedentes que não eram postos no mercado (CHONCHOL, 2005).

Decorrente do processo de superprodução e subconsumo, reflexo da crise do capital, a solução adotada foi a produção de mais capital, o que impulsionou e acelerou a prática imperialista na procura e controle de novos recursos e mercados (HARVEY, 2013), bem como reforçou os mecanismos de centralização e de concentração do capital.

Essas contradições impulsionaram a criação da “Food and Agriculture Organization of the United Nations” – FAO, em português “Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura”, no ano de 1945. Nesse período, pós 2ª Guerra Mundial, reaparecem os excedentes na produção agrícola, em países como os EUA.

Em 1954, a FAO propõe eliminar esses excedentes, destinando-os, mediante Doações Alimentares, aos países que tinham déficit de alimentos. No entanto, o objetivo de “alimentar o mundo” referia-se às privações causadas pelo período pós-guerra por meio de políticas de contenção, transformando a escassez de alimentos em armas de poder (MCMICHAEL, 2016).

Dessa forma, em plena Guerra Fria<sup>5</sup>, os Estados Unidos transformaram a questão alimentar numa arma geopolítica, redirecionando seu fluxo de alimentos para suprir a

---

4 A crise de 29, conhecida como a Grande Depressão, durou até a Segunda Guerra Mundial (1945) e foi um período de recessão econômica, influenciada pela superprodução, o subconsumo e a especulação financeira.

Europa e posteriormente os países do Terceiro Mundo, por meio de programas de apoio bilateral moldados com base no Plano Marshall e na Doutrina Truman<sup>6</sup>. No caso dos países do Terceiro Mundo, os excedentes agrícolas impulsionaram programas de apoio a alimentos de baixo custo que subsidiavam o trabalho assalariado, garantindo os mercados capitalistas (MCMICHAEL, 2016).

Cabe destacar o programa “Aliança para o progresso”, desenvolvido pelos EUA durante o governo Kennedy (1961-1963) como um programa de ajuda externa para a América Latina que direcionou um fluxo de recursos técnicos e financeiros entre os governos. O pano de fundo desse programa era conter os desejos gerais de mudança econômica e social nos países latinos e a difusão do comunismo no continente após os êxitos da Revolução Cubana de 1959.

A participação do capital norte americano no processo de desenvolvimento se deu em diversas iniciativas, entre elas o programa Alimentos para a paz (Food for Peace), que visava doar alimentos nos países latino-americanos, o que permitia reduzir os estoques de excedentes nos EUA e conseqüentemente impulsionar seus preços adiante, bem como aportar alimentos nos países subdesenvolvidos transformando-os como arma de resistência ao avanço do movimento comunista. Outra iniciativa foi modernizar a agricultura desses países, pois os formuladores e executores do programa interpretavam que o modelo de agricultura praticado com baixa incorporação de tecnologia e baixa produtividade era um obstáculo estrutural ao desenvolvimento.

Nesse contexto, as “fundações internacionais sem fins lucrativos” como a Fundação Rockefeller, Fundação Ford, entre outras, desempenharam o papel de desenvolver pesquisas de inovações biológicas na agricultura, pesquisando, por exemplo, variedades com alto rendimento, que facilitassem a colheita mecânica ou que respondessem melhor à adubação química (SILVA, 1980).

Desde a década de 1950, pesquisadores da Fundação Rockefeller haviam desenvolvido no México novas variedades de trigo, de porte mais reduzido, com potencial produtivo superior ao dobro das variedades tradicionais, e que suportavam e respondiam melhor a elevadas doses de fertilizantes sem risco de acamamento. Mais

---

5 A Guerra Fria se iniciou logo após a Segunda Guerra Mundial (1945) e perdurou até a extinção da União Soviética (1991), demarcando um período de disputas estratégicas e conflitos indiretos entre Estados Unidos e União Soviética acerca de hegemonia política, militar, econômica, tecnológica e ideológica no mundo.

6 O Plano Marshall e a Doutrina Truman foram programas e medidas de políticas econômicas implementadas pelos EUA para reconstrução da Europa após a Segunda Guerra Mundial e contenção do comunismo nos países Europeus.

tarde, nas Filipinas, pesquisadores da Fundação Rockefeller e da Fundação Ford criaram igualmente variedades de arroz de palha curta, que também respondiam de forma favorável à acentuada aplicação de fertilizantes químicos e que foram introduzidos primeiramente na Índia e em outras regiões da Ásia e posteriormente na África e América Latina (KHUSH, 2001).

Essas inovações biológicas que aceleraram o progresso técnico na agricultura, a partir da associação com os ramos da química e da mecânica ficaram conhecidas como revolução verde<sup>7</sup>.

Esse modelo era voltado ao consumo de capital e tecnologia externa, em que empresas especializadas passavam a fornecer todos os insumos, desde máquinas, sementes, adubos, agrotóxicos e fertilizantes (BALSAN, 2006). Assim, a ação da revolução verde se caracterizou pela introdução de sementes produzidas em laboratórios, com pouca variabilidade genética, e que geravam plantas dependentes da aplicação de altas quantidades de fertilizantes e agrotóxicos químicos, além da substituição do policultivo de alimentos tradicionais com consórcio e rotação de variedades pela monocultura de arroz e trigo, e posteriormente alargada para outros cereais como soja e milho.

Na América Latina e no Brasil a revolução verde se consolidou na década de 60, tendo como objetivo além de impulsionar a produtividade agrícola e atualizar o latifúndio atrasado para que este pudesse continuar a produzir para a exportação (MOURA, 2010), gerar excedentes na produção agrícola que pudessem ser transferidos a outros setores econômicos, adquirindo bens de capital e de consumo de origem industrial (KAY, 2002).

Embora os resultados dessa revolução parecessem espetaculares em termos produtivos, suas consequências sociais foram letais para a população camponesa que não pode acompanhar o processo de modernização da agricultura, uma vez que esse processo requeria altos investimentos de capital. Esse movimento levou à expropriação dos camponeses de suas terras, tanto pela compra pelos latifundiários, quanto pelo endividamento devido ao crédito fornecido pelos bancos, e consequente movimento migratório para as cidades. Antes da Revolução Verde, na Índia, 18% do campesinato não possuía terras, já em 1970, essa porcentagem havia aumentado para 33%

---

<sup>7</sup> A denominação desses “progressos” tecnológicos por “Revolução Verde” feita por William Gaud, então diretor da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) em 1968, se deu como forma de contrapor a “Revolução Vermelha” da URSS, caracterizando-a uma arma geopolítica no contexto da Guerra Fria.

(CHONCHOL, 2005). No Brasil, entre os anos de 1960 e 1980, quase 30 milhões de pessoas saíram do campo para a cidade (MARTINE, 1991).

Além disso, a agricultura moldada pela Revolução Verde intensificou a utilização de insumos químicos industriais, sendo altamente dependente de recursos não-renováveis (MOURA, 2010). É o caso da dependência da conversão da produção de nitrogênio utilizado para fabricação de bombas do período de guerra em fertilizantes inorgânicos, que associados à mecanização, aumentaram a demanda por óleo combustível, gasolina e eletricidade (MCMICHAEL, 2016).

Para elevar os índices de produtividade e gerar excedentes neste modelo foi necessário intensificar a produção agrícola criando um processo de artificialização dos agroecossistemas. Esse processo se dá tanto pela substituição de elementos naturais como, por exemplo, a fertilidade dos solos e a fixação de nitrogênio com leguminosas e esterco, quanto pelo controle desses elementos como no caso de armazenamento de água das chuvas para posterior utilização. Nesse contexto, também se deu a alteração de hábitos alimentares da população, em que alimentos tradicionais foram discriminados, redefinidos como “ervas” e combatidos por herbicidas.

Esse fato nada mais é do que uma das facetas do próprio desenvolvimento do capital no campo, a partir da subordinação da natureza ao capital, pois se deixa de prescindir das condições naturais do ambiente para produzi-las sempre que se fizerem necessárias (SILVA, 1980). O que o capital faz é disciplinar as forças da natureza, ajustando-as de acordo com seus interesses.

Esse processo de subordinação que poderia sugerir a princípio uma independência do agricultor diante da natureza caracterizou na verdade uma submissão do homem e da própria natureza ao capital industrial e, nos dias de hoje, ao capital financeiro, caracterizando uma subsunção real da agricultura à indústria (SILVA, 1980).

Nesse contexto, o metabolismo<sup>8</sup> da relação entre ser humano e natureza, mediada historicamente pelo trabalho, é rompido quando o campo se subordina à indústria e perde as conexões ecológicas da produção. Essa ruptura na relação histórica do homem com a terra se configura como uma precondição para a alienação material dos seres humanos dentro da sociedade capitalista (de sua relação com o trabalho), o que se prolonga para a relação antagônica criada entre campo e cidade (FOSTER, 2005).

---

<sup>8</sup> O conceito de metabolismo aqui utilizado foi uma categoria utilizada por Marx em toda a sua obra de crítica da economia política, se referindo tanto à real interação metabólica entre homem e natureza através do trabalho, quanto ao conjunto das necessidades e relações geradas e reproduzidas de forma alienada no capitalismo.

Silva (1980) e Flichman (1977) ressaltam que a aplicação do progresso técnico não é dirigida contra a natureza, conforme afirmam algumas análises com foco estritamente ecológico, mas sim a favor do capital e da elevação da taxa de lucro, seja do capitalista que a emprega individualmente ou do sistema econômico.

O progresso tecnológico, compreendido como o progresso das técnicas capitalistas de produção, funcionou então como o facilitador da capitalização da agricultura, com o capital controlando os meios de produção, como máquinas, fertilizantes químicos e agrotóxicos, canais de irrigação, etc. Marx ao estudar a relação entre indústria e agricultura de larga escala quando escreve o primeiro volume do *Capital*, em 1877, faz uma crítica sistemática à exploração capitalista do solo, caracterizando-a no sentido de roubo:

E todo progresso da agricultura capitalista significa progresso na arte de despojar não só o trabalhador, mas também o solo; e todo aumento da fertilidade da terra num tempo dado significa esgotamento mais rápido das fontes duradouras dessa fertilidade[...] A produção capitalista, portanto, só desenvolve a técnica e a combinação do processo social de produção exaurindo as fontes originais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador (MARX, 2008, p. 571).

A consolidação do capitalismo na agricultura aumentou o lucro da indústria em relação ao processo clássico de produção de mercadoria e extração da mais-valia<sup>9</sup>, através de mecanismos de transferência de renda para setores capitalistas da indústria, mas também permitiu a extração da renda da terra pelo capital industrial.

No desenvolvimento do capital no campo, este primeiro se apropria das terras que geram renda extraordinária<sup>10</sup> apenas pela sua melhor localização em relação ao mercado ou razões naturais como fertilidade do solo. Depois se expande para além dessas terras, e a partir da intensificação da agricultura com emprego de máquinas aperfeiçoadas, adubos químicos, fertilizantes e agrotóxicos, obras de infraestrutura, introdução de espécies modificadas geneticamente para serem mais produtivas, entre outras, obtém-se um lucro suplementar<sup>11</sup>.

---

9 Trabalho não pago gerado no processo produtivo.

10 Renda Diferencial I.

11 Renda Diferencial II.

No intuito de relacionar como se dá esse processo de transferência de renda, Delgado (2001) destaca que as funções da agricultura na economia passaram a incorporar o aprofundamento das relações técnicas da agricultura com a indústria e de ambos com o setor externo. O autor denomina esse processo de “integração técnica-agricultura-indústria”, em que de um lado há a mudança na base técnica de meios de produção utilizados pela agricultura, a partir da presença crescente de insumos industriais (fertilizantes, agrotóxicos, corretivos do solo, sementes melhoradas, etc.), e máquinas industriais (tratores, colhedoras, implementos, entre outros); enquanto que de outro lado, ocorreu uma integração entre a produção primária de alimentos e matérias-primas e vários ramos industriais (oleaginosas, moinhos, indústrias de cana e álcool, papel e papelão, fumo, têxtil, bebidas etc.).

Para compreender como se deu na prática esse processo de consolidação do capitalismo na agricultura e de como as relações capitalistas moldaram a questão agrária, cabe destacar que nesse período de consolidação da Revolução Verde (década de 1960), vigoravam nos países da América Latina governos que facilmente adequaram suas políticas de crescimento industrial às diretrizes de produção agrícola, representando a coroamento desse modelo.

No Brasil vivia-se a partir de 1964, um governo militar instaurado após um golpe e que atuava fortemente na modernização do país e, conseqüentemente na industrialização do setor agrícola. Para Delgado (2001) esse período que vai de 1965-1980 é a “idade de ouro” de desenvolvimento de uma agricultura capitalista integrada com a economia industrial e urbana e com o setor externo, sob forte mediação financeira do Estado como indutor desse modelo de agricultura.

Com os objetivos de modernizar o território e promover o desenvolvimento econômico por meio de uma industrialização capitalista, o Estado priorizou diversas políticas públicas e investimentos nas áreas de infraestrutura, usinas hidrelétricas, eletrificação rural, pavimentação de rodovias, construção de portos, construção de armazéns de entreposto. Todas essas medidas contribuíram para que nesse período de quase 20 anos o Estado atuasse na dinamização da produção e da circulação agropecuária.

Ao longo do período de governo militar, vários planos econômicos foram propostos e executados, como o Programa de Ação Econômica do Governo (1964-1968), Plano Estratégico de Desenvolvimento (1968-70), o Plano de Metas e Bases para a Ação de Governo (1970-73), o I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-74) e o II

Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-79). Em todos eles, a agricultura deveria participar do processo de crescimento econômico a partir da viabilização da introdução do pacote tecnológico e a incorporação de novas regiões (regiões de fronteiras) ao mercado agropecuário (MASSUQUETTI; SOUZA; BEROLDT, 2010).

Com esse intuito, o primeiro programa criado foi o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) para orientar uma estratégia de crescimento da economia brasileira. Em relação ao setor agrícola, algumas metas foram determinadas para promover o seu desenvolvimento como a expansão da produção agrícola, a qual deveria ampliar o volume de exportações para gerar divisas que permitissem a substituição de importações. Outra medida foi a consolidação de uma política de crédito, a partir da criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) e apoio à pesquisa e extensão para incentivar a introdução das inovações tecnológicas na agricultura (MASSUQUETTI; SOUZA; BEROLDT, 2010; INOCÊNCIO; CALAÇA, 2010).

O SNCR tinha como prioridades financiar uma parcela do capital de giro à produção e incentivar a inserção de tecnologias modernas na produção. Associado a ele vieram outras medidas de subsídio que favoreceram a capitalização do setor agrícola, que foram a política de garantia de preços mínimos e o seguro agrícola. Ambas criavam um suporte operacional para o produtor. Enquanto a primeira garantia a estabilização de preços, por eventualidades de intempéries naturais e variações dos preços de mercado, o seguro agrícola oferecia ao produtor o ressarcimento de quaisquer prejuízos nas lavouras (MATOS; PESSOA, 2011).

Verificando os dados de aumento no consumo de NPK<sup>12</sup> e da frota de tratores agrícolas é possível observar como se acelerou a modernização técnica na agricultura a partir da capitalização do setor (DELGADO, 2012). O consumo de NPK (mil ton) passou de 198,4 em 1960 para 4.066,0 em 1980. A frota de tratores agrícolas 4 rodas ou de esteiras aumentou de 61345 unidades em 1960 para 545.205 em 1980.

É importante destacar que todas essas políticas agrícolas e as mudanças na base técnica da produção rural não foram aplicadas de forma homogênea em todo o território. Isso porque boa parte das políticas se concentraram nas regiões Sul e Sudeste, e para os médios e grandes produtores, só chegando ao Centro-Oeste por volta dos anos 1980.

---

12 NPK é a sigla usada para designar três macroelementos minerais que compõem os fertilizantes químicos: Nitrogênio (N), Fósforo (P) e Potássio (K). Esses três componentes são essenciais nas etapas de crescimento, floração e frutificação das plantas.



Delgado (2012) destaca que as regiões Norte e Nordeste participaram desse processo de modernização de formas distintas. No caso do Nordeste como reservatório contínuo de mão de obra migrante para o setor urbano e no caso do Norte (regiões de Cerrado e de Floresta Equatorial Amazônica) como provedoras de novas zonas de apropriação capitalista das terras e exploração das florestas nativas.

Em relação ao apoio à pesquisa e extensão como agentes de propagação da agricultura moderna, foi criada em 1972 a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), que passou a coordenar e executar as pesquisas científicas para a agropecuária em todo o país. As pesquisas eram voltadas para o melhoramento da produção, na tentativa de aumentar o rendimento e atender exigências do mercado. Em 1975 é criada também a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), que coordenou os trabalhos de extensão rural até ser extinta em 1990.

Direcionando a expansão da agricultura capitalista, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) teve estratégias para ocupar economicamente e integrar as áreas do Cerrado às demais regiões do Brasil. É importante destacar que a integração e ocupação da região Centro-Oeste já estavam em curso desde a Marcha para o Oeste promovida pelo governo Vargas em 1930 e com o processo de transferência da capital federal para o Planalto Central e construção de Brasília.

Com esse objetivo foram empregados vários programas de desenvolvimento, com destaque para o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados - POLOCENTRO (1975) e do Programa Nipo-Brasileiro de Desenvolvimento Agrícola da Região dos Cerrados PRODECER (1979). Esses programas tinham por objetivo implantar um conjunto de técnicas para aumentar a produção e modernizar a região dos Cerrados. Essa modernização se baseou na expansão da área cultivada, na incorporação de novas tecnologias e em modificações na estrutura e na organização dos fatores de produção, sobretudo a partir do reordenamento territorial, em que produtos cultivados como meios de subsistência (arroz, mandioca, feijão, etc.) deram lugar a novas culturas adaptadas às condições climáticas e aos solos da região e que se colocavam como mais rentáveis e com maior competitividade no mercado, como soja, milho, algodão, etc. (INOCÊNCIO; CALAÇA, 2010; SHIKI, 1997).

Dessa forma, o desenvolvimento da agricultura voltada para o mercado interno teve dificuldades de se concretizar nesse período, provocando uma pressão sobre a inflação. De acordo com Serra (1983), as inovações tecnológicas introduzidas na agricultura beneficiaram principalmente as culturas de café, algodão, cana-de-açúcar,

soja, laranja, batata e trigo, sendo os cinco primeiros produtos de exportação. Esse fato foi impulsionado pela reorientação das políticas agrícolas por produto, como por exemplo, o fortalecimento de institutos como o IAA (Instituto do Açúcar e do Alcool) e o IBC (Instituto Brasileiro do Café), e o fortalecimento das estruturas fomentadoras da produtividade e funcionalidade do crescimento capitalista no setor (DELGADO, 2001).

Matos e Pessoa (2011) pontuam outras ações políticas que foram implantadas em prol da expansão do capitalismo no campo, entre elas destacam-se: regulamentação da primeira Lei de Sementes, em 1965, cujos objetivos eram o incentivo à produção e utilização de sementes melhoradas e a criação de instrumentos de proteção ao consumidor de sementes, que passaram a ser certificadas pelo Ministério da Agricultura; a criação do Fundo de Estímulos Financeiros ao Uso de Fertilizantes e Suplementos Minerais (FUNFERTIL) em 1966; a criação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) que estimulou os projetos de irrigação; e outros programas para beneficiar regiões específicas como o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste - PROTERRA (1971), o Programa Especial para o São Francisco - PROVALE (1972) e o Programa de Desenvolvimento das Áreas da Amazônia - POLOAMAZÔNIA (1974).

A partir da década de 80, há um período conturbado para a agricultura brasileira em razão de acontecimentos internacionais como a Crise do Petróleo, em 1973, que ocasionou uma política recessiva com elevação das taxas de juros. Segundo Filippi (2009), há uma crise do Estado desenvolvimentista, desmoronando o modelo de financiamento público nos setores produtivos da economia e gerando uma perda de poder regulatório e da capacidade de planejamento do Estado. Delgado (2001) demarca esse segundo período em relação à diminuição das políticas agrícolas entre os anos de 1980 a 1990.

Com a redução dos recursos públicos para o financiamento das atividades agrícolas há uma estagnação do setor agropecuário, em que a manutenção do modelo teve que ser obtida através de fontes internas de capitalização ou de crédito alternativo (DIAS, 1995; MASSUQUETTI; SOUZA; BEROLDT, 2010). Entre as formas alternativas de financiamento da agricultura, destaca-se o papel viabilizador que assumem diferentes agentes privados da cadeia produtiva, como as empresas multinacionais e agroindustriais e entidades financeiras (BELIK, 1998; INOCÊNCIO; CALAÇA, 2010).

No entanto, o papel desempenhado pela pesquisa incentivando a utilização de determinados insumos e direcionando a produção de culturas com maior valor comercial, conseguiu manter a produtividade agrícola nesse período (GASQUES; VERDE, 1990). Então, neste contexto de crise econômica coube aos setores agrícolas e agroindustriais o papel de gerar divisas para o pagamento da dívida externa (LEITE, 2005).

Embora os gastos com políticas agrícolas tenham sido reduzidos desde a década de 80, foi a partir da década de 90 que se intensificou uma menor intervenção estatal no financiamento e comercialização, assim como a busca pela transferência da regulação do setor agrícola para o mercado (MASSUQUETTI; SOUZA; BEROLDT, 2010). É nesse quadro que se intensificam as ações para promover uma maior competitividade do setor agrícola no mercado internacional. Esse período, pós 1990, é caracterizado pela reestruturação das políticas agrícolas e a adesão às políticas neoliberais (DELGADO, 2001).

Essa internacionalização da agricultura brasileira tornou mais importante as políticas macroeconômicas sobre as taxas de câmbio, comércio exterior, entre outras, do que propriamente as políticas setoriais e internas (LEITE, 2005). Associada a esse quadro, a busca por uma menor participação do governo no setor também se deu a partir da reestruturação no conjunto de instituições que formavam a estrutura governamental para a agricultura, a partir da extinção do IAA, IBC, Empresa Brasileira de Extensão Rural (EMBRATER) e Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC) (MASSUQUETTI, 1998). Outro fato foi a desmontagem dos instrumentos de fomento agrícola, como o crédito rural, os preços de garantia, o investimento em pesquisa pública e o investimento em infraestrutura (DELGADO, 2010).

No final dos anos 90, em um cenário de crise cambial, o Brasil assume o papel de principal centro da especulação financeira internacional, forçando o governo a reorganizar sua política econômica externa. É importante ponderar que mesmo ocorrendo a diminuição do crédito rural e de outras políticas públicas de expansão da agricultura moderna, o Estado brasileiro não deixou de amparar essa atividade. Outras formas foram utilizadas, como custeios a juros baixos, aumento de carências, renegociação de dívidas e aumento de prazos (MATOS; PESSOA, 2011).

De acordo com Delgado (2012), a partir desse movimento do capital há uma nova aliança do poder agrário com o Estado Brasileiro, o que o autor caracteriza como “Economia do Agronegócio”. No entanto, esse processo se diferencia do ocorrido no

período militar por ter agora uma estratégia centrada no sistema econômico e na organização de aparatos ideológicos e de Estado, como por exemplo, a mídia, associações de Agrobusiness, cooptação de círculos acadêmicos, entre outros.

Nesse período, o termo agronegócio passou a ser utilizado pelo governo, pesquisadores, mídia e entidades patronais a fim de “dar um ar de modernidade às velhas práticas da agricultura capitalista” (MARCOS, 2008, p. 196), denominando um modelo que se caracteriza sucintamente pela produção agrícola sob a forma de monocultivos em grande escala; uso intensivo de máquinas agrícolas, agrotóxicos, sementes transgênicas; dependência do mercado no quanto e como produzir e pouca mão de obra (STEDILE, 2013).

No entanto, esse é um conceito apenas técnico, fazendo-se necessária uma abordagem acerca da teoria do capital financeiro na agricultura para explicar o processo de acumulação de capital denominado agronegócio. Na tendência brasileira, ele representa uma associação do grande capital agroindustrial e internacionalizado com a grande propriedade fundiária, que realiza uma estratégia econômica de capital financeiro para obter o lucro e a renda da terra, sob patrocínio de políticas de Estado (DELGADO, 2010).

Carvalho (2013) define esse processo como acumulação via espoliação, a qual se desenvolve com base nas estratégias de concentração da terra, da produção agropecuária em larga escala, do monocultivo e da busca de um produtivismo a qualquer custo que lhes induz ao uso intensivo de agrotóxicos, de hormônios, de herbicidas e de sementes transgênicas, além de praticarem recorrentemente o desprezo sociocultural pelos povos do campo e a desterritorialização dos camponeses.

Essa reorganização do agronegócio encontrou um comércio mundial receptivo às *commodities*<sup>13</sup> agrícolas, produzidas em larga escala, principalmente soja, milho, açúcar, carnes e celulose de madeira, evidenciando o papel do Brasil na divisão internacional do trabalho estabelecido desde os tempos da colônia. Porém, essa divisão internacional do trabalho se deu de forma diferenciada do tradicional modelo polarizado: países produtores de bens manufaturados e países produtores de matérias-primas. Segundo Oliveira (2013), há uma descentralização da atividade industrial, a qual se difunde por todo o mundo através de filiais, fusões, franquias, etc., e que vão atuar fortemente no

---

13 *Commodities* são produtos de origem mineral ou vegetal, geralmente em sua forma natural ou com pouco beneficiamento, produzidos com características homogêneas e que são comercializados no mercado internacional. Alguns exemplos de *commodities* são soja, milho, algodão, cana-de-açúcar, ferro e alumínio (DELGADO, 2012).

aprimoramento da exploração e exportação de matérias-primas para o mercado internacional.

Nesse sentido, pode-se falar da consolidação de uma nova divisão internacional do trabalho, baseada na combinação da antiga divisão por setores (primário e secundário) com níveis de qualificação diferentes dentro de cada ramo industrial.

Seguindo essa perspectiva de inserção do capital financeiro na agricultura, Oliveira (2006) aponta que a conjuntura produtiva do campo brasileiro está relacionada com a transformação da agricultura em um negócio que seja rentável e regulado pelo mercado mundial e o lucro.

Apesar de utilizarem o nome de agronegócio na perspectiva de atualizar e dar um sentido contemporâneo ao modelo de desenvolvimento da agricultura capitalista, e todas as modificações que ocorreram na conformação do país, a estrutural social brasileira mantém os reflexos da organização agrária colonial, como a manutenção da grande propriedade monocultora e exportadora, regulada pelo mercado internacional e com a conseqüente exploração da natureza e precarização do trabalho, gerando uma grande parcela da população rural marginalizada do acesso à terra.

## **1.2. INSEGURANÇA ALIMENTAR E INSUSTENTABILIDADE DO AGRONEGÓCIO**

Nesse contexto de geração de lucros e transferência de capital, desenvolveu-se um complexo sistema de dominação sobre o modelo de produção e de distribuição de alimentos. Esse sistema é baseado em inúmeras contradições, sendo altamente dependente de insumos agrícolas químicos e de subsídios financeiros, com a larga utilização de sementes geneticamente modificadas, tendo uma cadeia de produção concentrada em poucos oligopólios e com a clara prioridade na produção de quatro ou cinco culturas em larga escala para exportação. Assim, o agronegócio também concentra a terra, exclui social e economicamente povos do campo, traz riscos à saúde e ao meio ambiente, e ameaça a segurança e a soberania alimentar de toda a população.

Essas contradições se verificam quando notamos que com a hegemonia do agronegócio brasileiro incentivou-se a produção de alimentos para a exportação em detrimento do abastecimento interno. Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA (2017), o volume de exportações do agronegócio brasileiro subiu de US\$23 bilhões em 1997 para US\$ 96 bilhões em 2017, tendo os principais

destinos a China (27,68%), União Europeia (17,65%), Estados Unidos (6,99%), Japão (2,71%), Hong Kong (2,51%), entre outros. Os principais produtos exportados foram o complexo soja, produtos florestais, carnes, cereais, farinhas e preparações, complexo sucroalcooleiro e café.

Em direção oposta ao quadro das *commodities*, as principais culturas que fazem parte da alimentação diária do brasileiro, como o arroz e feijão, sofreram um aumento nas importações. Em 2013, as importações de arroz aumentaram 72% em relação à média da década de 2000. Para o feijão, houve a necessidade de importar 400 mil toneladas naquele ano para suprir o consumo interno (TEIXEIRA, 2014a), o que representa praticamente um mês inteiro no consumo de feijão no país.

Esses dados são preocupantes quando se constata ainda que a área agrícola destinada às culturas com maior peso na alimentação brasileira, como o arroz, feijão e mandioca, diminuiu em relação à área plantada com soja, cana-de-açúcar e milho no período de 1990 a 2015, conforme demonstrado na figura 1 (IBGE, 2017).

Figura 1. Área plantada de culturas selecionadas (milhões de ha) -1990/2015.

Fonte: Elaborado pela autora, com base em IBGE (2017).

A figura 2 apresenta a quantidade produzida (em toneladas) de arroz, feijão e mandioca em comparação com as culturas de soja, cana e milho para os anos de 1990 a 2015. Observa-se que no período analisado a quantidade produzida das três primeiras cresceu 13,27%, ao mesmo passo que a produção das outras três cresceu 207%.

A monocultura de soja, cana, milho e outras, avançou não apenas pela expansão da fronteira agrícola, mas também pela incorporação de áreas destinadas a outros cultivos. Esses dados refletem transformações significativas na dinâmica produtiva da agropecuária brasileira, com um claro deslocamento de produção das principais culturas do país.

Figura 2. Quantidade produzida de culturas selecionadas (milhões de ton) – 1990/2015.

Fonte: Elaborado pela autora, com base em IBGE (2017).

Cabe destacar que o alavanco na produção da soja está diretamente relacionado com o aumento no consumo de carnes. Estima-se que 90% da soja produzida no mundo

tenha como destino a fabricação de farelo utilizado em rações animais. E a produção de carnes também tem se intensificado, com mais animais confinados em espaços menores, processados mais rapidamente e com menores perdas.

Associado a esse quadro, houve uma volatilidade considerável nos preços dos alimentos. Segundo um estudo de Teixeira (2014b), no qual acompanhou o preço de diversos itens da cesta básica, tais como farinha de trigo, farinha de mandioca, arroz, feijão preto, hortaliças e verduras, o peso do preço desses alimentos no IPCA<sup>14</sup> geral cresceu consideravelmente. Esse quadro revela, segundo o próprio autor, insuficiências e riscos na oferta de alguns alimentos da cesta básica, o que contribui para a inflação e afeta a segurança alimentar do país.

É muito comum utilizar o discurso da sazonalidade e os fenômenos climáticos para justificar a variação nos preços dos alimentos. Todavia, a vulnerabilidade criada pela dependência das importações de alimentos básicos, a utilização de insumos químicos produzidos pelos grandes oligopólios e a deficiência de uma política reguladora de estoques estratégicos são responsáveis por agravar o processo inflacionário dos alimentos.

Em relação às políticas de estoques, Teixeira (2013) mostra que o controle dos estoques vem sendo determinado pelo capital, em que empresas particulares de setores do agronegócio compram alimentos a preços baixos no período de safra, estocam e vendem a preços abusivos na entressafra. Dessa forma, constata-se que a formação de estoques reguladores que podem garantir estabilidade interna dos preços, e dos estoques estratégicos que garantem o abastecimento em situações de insuficiência na oferta de alimentos, partem da demanda do agronegócio e não de um planejamento governamental.

Outro dado preocupante é a clara prioridade ao financiamento da produção de *commodities* agrícolas, o que pode ser constatado no volume de recursos destinado no Plano Safra de 2016/2017. Para o setor do agronegócio foram R\$ 185 bilhões, enquanto que para a agricultura familiar foram destinados R\$ 30 bilhões, valor seis vezes menor (MDA, 2016; MAPA, 2016). Esses dados demonstram que para ser produtivo o agronegócio depende de garantias políticas e econômicas por parte do Estado.

---

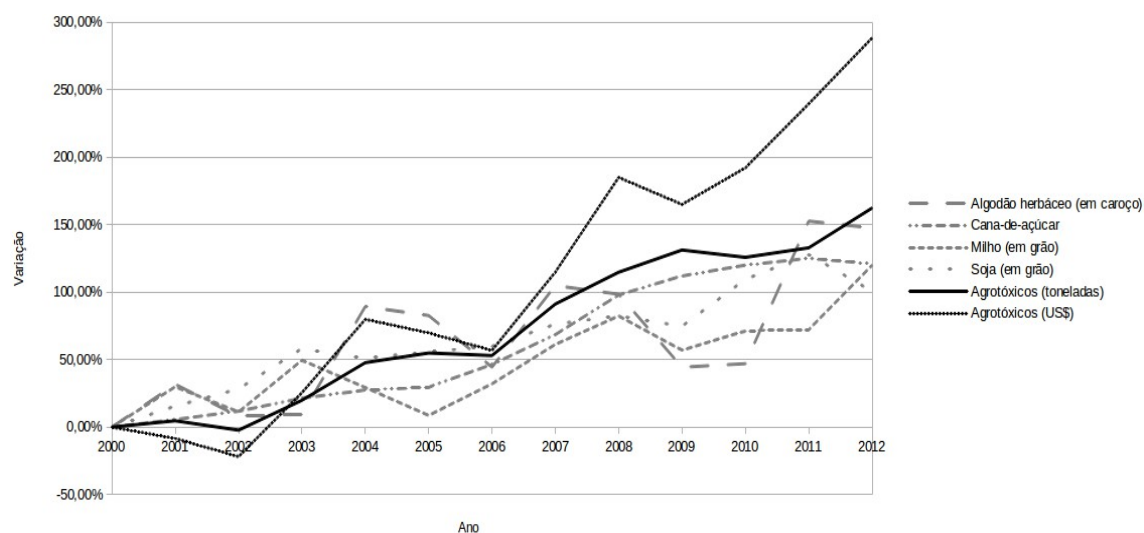
14 O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) é produzido pelo IBGE e tem por objetivo medir a inflação de um conjunto de produtos e serviços comercializados no varejo, referentes ao consumo pessoal das famílias, cujo rendimento varia entre 1 e 40 salários mínimos, qualquer que seja a fonte de rendimentos.

Além da dependência cada vez maior de financiamento agrícola para a produção, o setor de agronegócio também recebe incentivos fiscais e tributários para aquisição de insumos agrícolas. Não por acaso o Brasil se tornou o maior mercado consumidor de agrotóxicos (herbicidas, inseticidas e fungicidas) do mundo desde 2008 (CARNEIRO *et al.*, 2015).

De acordo com dados do SINDIVEG - Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal, em 2015 os estados que mais consumiram agrotóxicos foram os estados de Mato Grosso (200 mil ton), São Paulo (114 mil ton), Paraná (120 mil ton) e Rio Grande do Sul (100 mil ton), representando 60% da quantidade total de agrotóxicos utilizados no país. Em 2016 esse setor movimentou US\$ 9,56 bilhões em vendas (SINDIVEG, 2017).

Em 2015, a cultura da soja consumiu cerca de 52% do total de agrotóxicos comercializados no Brasil, seguida pelo milho (10%), cana-de-açúcar (10%) e algodão (7%) (SINDIVEG, 20017).

Analisando a variação no consumo de agrotóxicos e da produção de alimentos entre os anos de 2000 a 2012, verifica-se que enquanto o aumento na venda de agrotóxicos foi de 288% (em US\$) e 162% (em toneladas), a produção de soja cresceu



100%, de milho 120%, de cana-de-açúcar 121% e de algodão 147% (em toneladas) (figura 3).

Fonte: Elaborado pela Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, com base em PAM/IBGE (2012) e SINDAG (2012).



No plano mundial, um estudo sobre a participação dos transgênicos na produção mundial de alimentos realizado pelo Serviço Internacional para Aquisição e Aplicações em Agrobiotecnologia (ISAAA), divulgou que em 2016 o cultivo de variedades geneticamente modificadas atingiu uma área de 185,1 milhões de hectares em todo o mundo, alcançando cerca de 18 milhões de produtores (ISAAA, 2017).

O Brasil é o segundo maior produtor com sementes geneticamente modificadas do mundo, com uma área de 49,1 milhões de hectares, ficando atrás apenas dos Estados Unidos, que produziu 72,9 milhões de hectares (ISAAA, 2017). Entre 2015 e 2016, a produção com sementes transgênicas no Brasil aumentou 11%, representando cerca de 93% de toda a área cultivada com soja, milho e algodão.

De acordo com a empresa de consultoria Céleres (2017) que acompanha e analisa o mercado do agronegócio brasileiro, entre os estados maiores produtores com transgênicos estão o Mato Grosso (13,8 milhões de hectares), Paraná (7,9 milhões de hectares) e Rio Grande do Sul (6,3 milhões de hectares).

A tabela 1 mostra a adesão brasileira aos produtos geneticamente modificados e a quantidade de área cultivada na safra de 2016.

Tabela 1. Porcentagem de adesão e volume de produção de transgênicos no Brasil.

<b>Produto</b>	<b>Adesão aos transgênicos</b>	<b>Área plantada (ha)</b>
Soja	96,5%	32,7 milhões
Milho	91,8%	10,4 milhões
Algodão	78,3%	726 mil

Fonte: CÉLERES, 2017.

Comparando os dados de crescimento da utilização de sementes transgênicas e de agrotóxicos verifica-se como um é altamente dependente do outro, desmentindo a premissa das grandes empresas de que as culturas biotecnológicas diminuem a aplicação de agrotóxicos. Essa associação traz um risco duplo quando as ervas e insetos dessas lavouras começam a adquirir resistência aos agrotóxicos e transgênicos utilizados. Essa perda de eficiência das plantas transgênicas no controle de pragas leva ao aumento da dosagem de agrotóxicos, além da utilização de substâncias mais agressivas.

Um exemplo é o que ocorreu em 2013 no caso da semente transgênica de tecnologia Bt<sup>15</sup>, que mata as lagartas *Spodoptera frugiperda* e *Helicoverpa spp.*. A utilização da transgenia e de outras práticas de cultivo inadequadas como o plantio sucessivo de espécies vegetais hospedeiras, tais como o milho, soja e algodão, acabou

<sup>15</sup> A tecnologia BT introduz no gene da semente uma toxina extraída da bactéria *Bacillus thuringiensis*, que tem ações inseticidas.

fazendo com que as lagartas se tornassem mais resistentes, sendo necessária a aplicação de mais doses de agrotóxicos. Na ocasião, o MAPA autorizou ainda importação de um agrotóxico proibido no Brasil, o Benzoato de Emamectina (CARNEIRO *et al.*, 2015). Nesse sentido é importante destacar que o Brasil utiliza cerca de 10 agrotóxicos que são proibidos em outros países do mundo, por comprovadamente causarem danos à saúde e ao meio ambiente.

A associação entre o agronegócio e o Estado brasileiro também pode ser verificada nos mecanismos de flexibilização para a aprovação, comercialização, transporte, exportação, destinação de resíduos, controle e fiscalização de agrotóxicos, como o PL nº 6299/2002 e o PLC 34/2015 que desobriga os produtores a informarem a existência de organismos geneticamente modificados no rótulo dos produtos.

Com base em dados do MAPA é importante ressaltar que os estados brasileiros destacados na larga utilização de agrotóxicos e transgênicos movimentaram cerca de 61% do montante de vendas das exportações brasileiras, deixando claro que o processo produtivo agrícola brasileiro é altamente dependente da utilização desse pacote químico.

Em decorrência desse modelo produtivo dependente de agrotóxicos e sementes transgênicas, o agronegócio se configura como um agente de insustentabilidades e situações de vulnerabilidade em várias dimensões, como sanitárias, ambientais e sociais. Essas vulnerabilidades podem ser identificadas em situações de trabalho precarizado, intoxicações humanas, cânceres, más-formações e sequelas por acidentes de trabalho, na contaminação das águas, do ar e do solo e em esferas que envolvem riscos à alimentação, seja pela contaminação dos alimentos, seja pela perda de segurança e de soberania alimentar.

Além do mais, todo o controle do agronegócio mundial é exercido por um pequeno grupo de multinacionais. Um estudo publicado pela ETC Group (2013) lançou dados concretos sobre a atuação das multinacionais do agronegócio. Segundo este estudo três empresas controlam 53% do mercado mundial de sementes (Monsanto 26%, DuPont Pioneer 18,2% e Syngenta 9,2%). Em relação à indústria de agrotóxicos, cinco empresas controlam 69% do setor, Syngenta (23% de participação no mercado), Bayer CropScience (17%), BASF (12%), a Dow AgroSciences (9,6%) e Monsanto (7,4%). Na indústria de fertilizantes dez empresas controlam 41% do mercado. Trata-se das empresas Yara (6,4%), Agrium Inc (6,3), a empresa Mosaic (6,2), PotashCorp (5,4), CF Industries (3,8), Sinofert Holdings (3,6), K + S Group (2,7), Israel Chemicals (2,4), Uralkali (2,2) e Bunge Ltd (2%).

Em 2016, esse quadro de centralização de capitais se acentuou com a fusão das empresas Monsanto e Bayer em uma transação de US\$ 66 bilhões (VALOR ECONÔMICO, 2016). Em 2017 a ChemChina se fundiu à Syngenta, em uma transação de US\$ 43 bilhões, enquanto a Dow e a DuPont se fundiram criando DowDuPont (VALOR ECONÔMICO, 2017a; VALOR ECONÔMICO, 2017b).

Em relação ao ramo do setor de maquinaria agrícola, apenas quatro empresas controlam esse setor, sendo elas a John Deere, CNH, AGCO e KUBOTA (PÉRICÁS, 2017).

De acordo com o anuário produzido pela revista Exame (2017), no Brasil as 400 maiores empresas do agronegócio obtiveram US\$ 220 bilhões em receita no ano de 2016, com lucro de quase 3,8 bilhões de dólares, 108% maior do que o registrado em 2015. As 15 maiores empresas concentraram sozinhas 15% do faturamento das vendas líquidas, evidenciando o movimento de concentração de capital (tabela 2).

Tabela 2. Maiores empresas do agronegócio no Brasil em 2016.

Posição	Empresa / Sede	Segmento	Vendas Líquidas (em US\$ milhões)	Lucro Líquido (em US\$ milhões)	Controle acionário
1	Cargill - São Paulo, SP	Óleos, farinhas e conser.	10.113.200,00	205.500,00	Americano
2	BRF - Itajaí, SC	Aves e suínos	9.022.600,00	-103.300,00	Brasileiro
3	Bunge - São Paulo, SP	Óleos, farinhas e conser.	9.014.100,00	257.900,00	Holandês
4	JBS - São Paulo, SP	Carne bovina	8.690.400,00	24.300,00	Brasileiro
5	JBS Foods - São Paulo, SP	Aves e suínos	5.690.400,00	NI	Brasileiro
6	ADM - São Paulo, SP	Algodão e grãos	4.262.800,00	NI	Americano
7	Louis Dreyfus - São Paulo, SP	Óleos, farinhas e conser.	4.155.900,00	29.000,00	Francês
8	Copersucar - São Paulo, SP	Açúcar e álcool	3.713.500,00	-0,8	Brasileiro
9	Coamo - Campo Mourão, PR	Atacado e com. exterior	3.339.300,00	239.800,00	Brasileiro
10	Amaggi <i>Commodities</i> - Cuiabá, MT	Algodão e grãos	3.280.900,00	86.100,00	Brasileiro
11	Yara Brasil - Porto Alegre, RS	Adubos e defensivos	3.100.100,00	205.500,00	Norueguês
12	Suzano - Salvador, BA	Madeira e celulose	2.863.200,00	-103.300,00	Brasileiro
13	Unilever Brasil - São Paulo, SP	Óleos, farinhas e conser.	2.852.300,00	257.900,00	Anglo-holandês
14	Copersucar - São Paulo, SP	Açúcar e álcool	2.632.000,00	24.300,00	Brasileiro
15	Basf - São Paulo, SP	Adubos e defensivos	2.505.000,00	NI	Alemão

Fonte: EXAME, 2017.

Esses dados mostram que os oligopólios vêm se tornando cada vez mais fortes e que a concentração das megacorporações com o capital transnacional, vem tomando fatias cada vez mais significativas do mercado, o que gera entraves e impossibilidades na sobrevivência de grupos menores.

Pericás (2017) afirma que nesse movimento em que empresas de diferentes segmentos realizam aquisições de outras, elas buscam complementar suas atividades na cadeia produtiva do campo e maximizar seus lucros através da troca de dados e informações estratégicas para seus negócios.

A centralização da produção agrícola na mão dessas multinacionais traz sérias preocupações em relação à diversidade e a integridade dos cultivos e estão diretamente relacionadas ao estreitamento da produção de poucas *commodities* e conseqüentemente com agravos à dieta alimentar brasileira. A utilização de sementes geneticamente modificadas, com patentes registradas e cobrança de royalties, monopoliza e torna a ação do capital financeiro e internacional hegemônico em toda a cadeia produtiva, determinando o que os agricultores vão plantar, como plantar e para onde irão comercializar. Dessa forma se instala um novo modelo de dominação do capital privado sobre a agricultura, os trabalhadores, a economia e o território.

Assim, o arranjo da agropecuária capitalista pelo comércio mundial vem se expandindo no Brasil tanto pela intensificação do pacote tecnológico e da produção de *commodities* para atender os interesses internacionais, quanto pela expansão horizontal das áreas de lavoura.

Mais recentemente há uma expansão da produção em direção ao bioma Cerrado, com a recente incorporação da região do MATOPIBA (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia) e da aproximação da região Amazônica. A figura 3 apresenta a expansão da fronteira agrícola no Brasil em diferentes períodos.

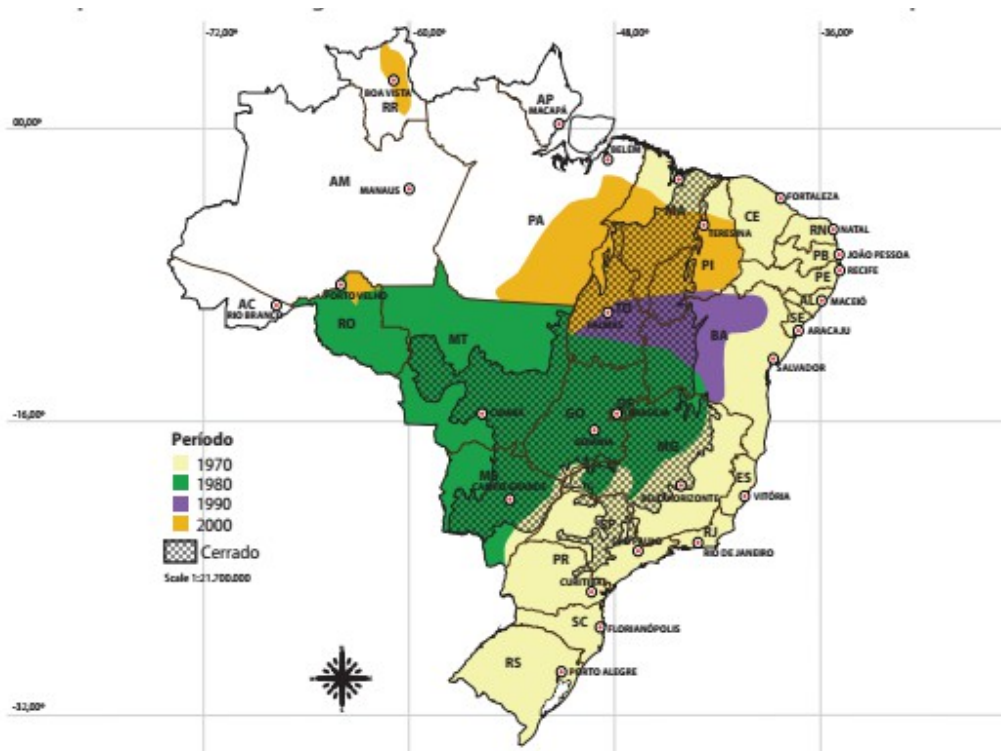


Figura 3. Expansão da fronteira agrícola no Brasil - 1970 a 2000

Fonte: VIEIRA FILHO, 2016.

O Brasil possui uma extensão territorial equivalente a 851.487.659 ha, e desse total, 330 milhões são utilizados pela agropecuária (IBGE, 2007). No entanto, possui enormes desigualdades territoriais e regionais, representadas no índice de Gini<sup>16</sup> de 0,854, o qual se manteve praticamente inalterado, já que o índice de 1985 era de 0,857 e o de 1995/96, de 0,856, demonstrando uma estabilidade na concentração fundiária no país.

As grandes propriedades (acima de 1000 ha) somam apenas 0,91% do total dos estabelecimentos rurais, mas concentram 45% de toda a área rural (IBGE, 2007). Por outro lado, os estabelecimentos com área inferior a 10 ha representam mais de 47% do total de estabelecimentos do país, mas ocupam menos de 2,3% da área total.

Essa desigualdade também pode ser constatada quando se analisa a participação dos estabelecimentos no valor da produção total. Segundo a análise de Alves e Rocha (2010), apenas 8,19% dos estabelecimentos rurais geraram 84,89% do valor da

<sup>16</sup> O índice de Gini para concentração fundiária é medido em uma escala de 0,000 a 1,000, em que o zero representa distribuição de terras absolutamente igual e o um, uma distribuição de terras totalmente desigual.

produção total. Dentro desse grupo, 0,43% geraram 51,34% da produção total, demonstrando que a concentração fundiária também concentra a produção e a renda.

Apesar do número de propriedades rurais ter crescido de 4.288.672 para 5.167.476 entre os anos de 2003 e 2010, de acordo com dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SCNR), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), é possível verificar esse aumento apenas em relação às grandes propriedades acima de 1000 ha, ao mesmo passo que o número de pequenas e médias propriedades diminuiu. Esses dados demonstram o aumento da fronteira agrícola sem, no entanto, a distribuição da terra.

Várias medidas foram tomadas pelo Estado a fim permitir a expansão das áreas de produção de *commodities* e a lucratividade do capital. Estão em curso a execução de grandes projetos de infraestrutura, como a construção de portos, novas hidrelétricas e a transposição de rios, como o São Francisco. Ressalta-se ainda medidas no âmbito do poder executivo e legislativo como a alteração do Código Florestal (Lei nº 12.651/2012) que permite a redução de 80% para 50% da área de Reserva Legal na Amazônia e anistia multas por crime ambiental; a PEC 215/2000 que retira do poder Executivo a exclusividade de demarcar terras indígenas; as pressões da base parlamentar com forte apoio dos setores ruralistas e da mineração que tentam desfazer ou diminuir o tamanho ou o status de proteção de Unidades de Conservação, a Lei 13.465/2017, que permite a legalização de terras públicas ocupadas ilegalmente, além de retirar exigências ambientais que existiam para a regularização fundiária; e a apropriação de terras brasileiras por estrangeiros.

Cabe destacar que a aquisição de terras por estrangeiros representa um novo ciclo da acumulação do capital, acentuando a concentração fundiária e aumentando a dependência em relação à economia exterior. Apesar da presença estrangeira sob o viés exploratório no campo brasileiro não ser um fato novo, agora ela adquire um caráter de corrida mundial por terras, o que está relacionado ao aumento no preço das *commodities* agrícolas, na segunda metade da década de 2000, em que capitais de países desenvolvidos estão buscando terra em países com disponibilidade de terra e fontes energéticas, como o petróleo, em regiões da África, América Latina e Ásia (PEREIRA, 2014).

McMichael (2016), pontua que essa reestruturação da acumulação do capital se dá através da “mercantilização da segurança”, ou seja:

Além do investimento privado, o uso de fundos de soberania para apropriação de terras sobrepõe-se ao sistema de comércio multilateral instituído pela OMC, substituindo os suprimentos de alimento e combustível por acesso direto à terra produtiva, em vez de depender do acesso ao mercado (MCMICHAEL, 2016, p.170).

A atuação dessas organizações se dá por diversos motivos: pela promoção do agronegócio e da necessidade de investimentos externos para incrementar a produtividade no campo; pela necessidade de acesso a créditos fundiários para a produção agrícola fornecidos por instituições financeiras estrangeiras e pela atuação de forma supranacional dessas organizações, que não se vinculam a um determinado estado ou nação, promovendo o agronegócio onde quer que ele esteja (PINTO NETO, 2017).

Apesar da Lei 5.709/1971 que impõe limites à compra de terras por estrangeiros, inclusive para empresas brasileiras com maioria de capital internacional e do Parecer da Advocacia Geral da União de 2010 que também buscou delimitar o controle das terras adquiridas por estrangeiros, tramita no Congresso Nacional o PL 4059/2012 que flexibiliza os critérios de aquisição de áreas rurais e suas utilizações, por pessoas físicas e jurídicas estrangeiras.

Fernandes (2011) pontua que as principais consequências desse fenômeno são o aumento no preço da terra, a ameaça aos territórios camponeses e indígenas, o acirramento dos conflitos agrários, o aumento da dependência externa, e as ameaças à soberania alimentar e popular.

Nesse quadro, ao lado do aumento da concentração de terras, estão o aumento da concentração de renda, intensificação do êxodo rural (segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, em 2015 apenas 15% dos brasileiros viviam nas áreas rurais), a expropriação de camponeses, a degradação ambiental e a piora das condições de vida, trabalho e alimentação da maioria dos trabalhadores.

Diante desse quadro de contradições postas pelo controle do capital sobre a agricultura no Brasil, é possível constatar que a natureza desse modelo não é voltada para a produção de alimentos. Pelo contrário, em um modelo de agricultura cada vez mais internacionalizado os principais interesses atendidos são os do lucro e transferência de renda para o capital financeiro.

Em relação à necessidade de produção de alimentos, de acordo com relatório publicado pela FAO, cerca de 842 milhões de pessoas no mundo ainda se encontram em situação de fome crônica no período de 2011 a 2013, o que significa que não

consumiam alimentos suficientes para terem uma vida saudável e ativa, refletindo um quadro de insegurança alimentar (FAO, 2016).

Segundo relatório da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, em 2014 o Brasil saiu do Mapa Mundial da Fome pela forte redução do número de pessoas nessa situação verificada nas últimas décadas (FAO, 2016). No entanto, esse fato não se deu por questões relacionadas à produção e distribuição de alimentos ou por uma efetiva política de segurança e soberania alimentar, mas sim por questões econômicas relacionadas às políticas sociais de inclusão que permitiram o acesso dos mais pobres a esses alimentos.

A insustentabilidade e insegurança desse modelo de produção agrícola hegemônico nos leva a avançar na discussão sobre temas relacionados à sua insuficiência na oferta de alimentos à população brasileira. Conforme adverte Pereira “essa agricultura que produz divisas não consegue responder ao primeiro desafio da agricultura de um país que se quer moderno democrático: assegurar o alimento necessário em quantidade e qualidade para seu povo” (PEREIRA, 2010, p.483).

Na mesma lógica que o capital avança e hegemoniza o controle na produção agrícola, ele também influencia na determinação do que será consumido como alimento em termos de qualidade, quantidade, hábitos e padrões, e de como esse alimento será distribuído no que tange ao sistema de comercialização e acesso da população. Forma-se assim, a complexa cadeia agroalimentar hegemônica de produção, distribuição e consumo de alimentos, sob os pilares da lucratividade e com monopólio internacional.

## **2. CIRCUITO DE ABASTECIMENTO ALIMENTAR URBANO E OS AMBIENTES ALIMENTARES**

### **2.1. DO SURGIMENTO DOS SUPERMERCADOS À PADRONIZAÇÃO DOS HÁBITOS ALIMENTARES**

Atualmente a humanidade produz mais alimentos do que em toda a sua história. Segundo dados de Jean Ziegler, relator especial durante os anos de 2000 a 2008 sobre Direito à Alimentação da ONU, atualmente são produzidos alimentos para 12 bilhões de pessoas, enquanto apenas 7,2 bilhões de pessoas habitam o planeta (ZIEGLER, 2012). A contradição se acentua quando observamos que no mundo todo cerca de 815 milhões de pessoas passam fome, enquanto outros 641 milhões são obesos (FAO, 2017). Esse



paradoxo de viver num mundo de famintos e de obesos mostra como o sistema alimentar atual não satisfaz às necessidades alimentares das pessoas.

Compreendendo que o sistema agroalimentar é mais complexo do que um simples modelo de produção de refeições, é possível verificar que há uma relação direta entre a fome e a obesidade, conectados pela cadeia de distribuição de alimentos que leva os alimentos do campo até a mesa do consumidor (ESTEVE, 2017; PATEL, 2007), em uma entrelaçada rede de diferentes intermediários, atores e interesses, que beneficia principalmente a indústria agroalimentar e os supermercados. Assim, a fome e a obesidade são sintomas do mesmo problema, e a condição para erradicar a fome do mundo é também a forma de prevenir epidemias mundiais de doenças cardíacas, diabetes e obesidade.

No caso brasileiro, como explicar que cerca de 50% da população tenha sobrepeso, enquanto 7 milhões de pessoas ainda passam fome? Esse descompasso não deve ser medido apenas em relação ao acesso aos alimentos, ou seja, se podemos ou não comer, mas o que e como se come e a qualidade desses alimentos. Isso implica compreender como está configurado o sistema de abastecimento alimentar urbano, que envolve analisar de que forma esse alimento é adquirido, sua origem e processamento, e como e por quem ele é consumido, bem como quem são os atores que determinam cada processo.

Para tanto faz-se necessário um resgate histórico de como, a partir da implantação do modelo da Revolução Verde na década de 1960, que alterou a organização da agricultura brasileira, o abastecimento alimentar também foi afetado. Além da privatização da agricultura por poucas empresas que determinam o que e como os alimentos serão plantados, a reafirmação do latifúndio monocultor e exportador como desenho ideal para a produção agrícola foi responsável pela expulsão de milhares de famílias camponesas para a cidade, gerando uma nova conformação para o sistema agroalimentar.

A urbanização acelerada nesse período, juntamente com o distanciamento entre a produção e o abastecimento e o padrão concentrado de renda nas cidades, aumentou os custos de armazenagem e transporte dos alimentos e limitou a dinamização do setor de distribuição (FURTADO, 1978; LEDA, 2017).

A fim de regularizar o comércio de produtos de primeira necessidade, como os FLV (frutas, verduras e legumes) e evitar crises de abastecimento e oscilações de preço, foi criado em 1969, o GEMAB - Grupo Executivo de Modernização do Abastecimento,

com o intuito de implementar uma política de modernização do sistema de abastecimento alimentar (MAZON, 2010). O GEMAB foi responsável pela implantação das centrais de abastecimento públicas<sup>17</sup> (as CEASA's) nas capitais e principais núcleos urbanos na década de 1970, que teriam o objetivo de reduzir custos de comercialização e organizar os produtos e serviços de classificação e padronização.

O ideário de implantação das CEASA's previa que ao concentrar a produção em um só espaço em venda por atacado seriam geradas as condições de concorrência perfeita, reduzindo os custos diretos e indiretos de comercialização, o que reverteria o aumento do preço dos hortifrutigranjeiros (BELIK, 1999).

Porém, logo que foram criadas, as centrais passaram a ser controladas por atacadistas privados, os quais se consolidaram nesse momento como um importante elo na cadeia de distribuição. Belik (1999) aponta duas razões para esse fato, uma está no quadro consolidados em etapas anteriores à organização do atacado no espaço urbano que esses setores intermediários já se encontravam, outra devido à vulnerabilidade comercial e de infraestrutura da produção camponesa de alimentos.

O objetivo de diminuir os custos e controlar e diminuir os preços não foi atingido pelas CEASA's. Uma das razões foi o próprio esgotamento do modelo econômico brasileiro dependente que atingiu seu ápice na década de 1980, gerando uma conjuntura hiperinflacionária<sup>18</sup>, e resultando na elevação do preço dos alimentos nesse período.

Da mesma maneira, em relação ao varejo de alimentos, os altos preços foram relacionados às ineficiências do abastecimento, decorrentes da inadequação das feiras e equipamentos tradicionais, os quais funcionavam em pequena escala e com custos indiretos com mão de obra (BELIK, 1999).

Nesse sentido, a política de modernização do abastecimento impulsionou à expansão do setor varejista de larga escala que já vinha sendo implantado de forma tímida no Brasil desde a década de 1950, partindo do pressuposto de que a especialização dos comerciantes e o incentivo às economias de escala poderiam reverter os problemas de comercialização.

---

17 Até a década de 1980 foram implantadas 47 Centrais de Abastecimento Públicas.

18 A hiperinflação desse período foi decorrente do aumento dos gastos públicos durante a ditadura militar e pela elevação do endividamento externo, agravado pela crise mundial derivada do aumento dos preços do petróleo e pela retração na taxa de expansão da economia

Os supermercados surgem, a partir desse incentivo governamental, com o intuito de impulsionar um novo modelo de consumo e aquisição de alimentos, moderno e rápido, e voltado à comercialização de alimentos industrializados, ou “alimentos-serviço” – no sentido de prescindir cada vez mais etapas do preparo (MONTANARI; FLANDRIN, 1998).

O modelo de varejo adotado se baseou essencialmente no autosserviço<sup>19</sup> americano que, operando em larga escala e utilizando tecnologias de estoque e armazenamento, possibilitou o barateamento do preço de produtos secos e molhados (LEDA, 2017). Saab e Gimenez (2000) caracterizam esses estabelecimentos de autosserviço pela concentração de vendas de diferentes itens como alimentos, artigos de higiene e limpeza e em alguns arranjos com a venda de eletrodomésticos, vestuário, artigos domésticos.

Em apenas um ano, entre os anos de 1969 e 1970, os supermercados aumentaram sua participação no varejo de alimentos de 1% para 13% (SUPERMERCADOMODERNO, 2010). No início dos anos de 1970, os supermercados já representavam 26% das vendas de gênero alimentícios do mercado brasileiro (ROJO, 1998). Destaca-se a entrada da rede francesa Carrefour em 1975, que introduziu um novo layout e novo mix de mercadorias no setor.

Devido à forte política fiscal de incentivo do Estado<sup>20</sup> e a articulação com o capital internacional, o arranjo de autosserviço se difundiu rapidamente no Brasil como uma nova prática de consumo, em que os supermercados com sua ampla exposição de novos produtos industrializados se tornaram símbolos de modernidade.

A razão desse crescimento está na própria origem concentrada desse setor, tendo em vista os incentivos de crédito para expansão dessas redes com juros baixos e longos prazos de pagamento, mas que, no entanto, apenas grandes empresários tinham condições de atender às garantias exigidas para o acesso (BELIK, 1999).

Mesmo com a desaceleração no crescimento econômico vividos nas décadas de 1970/80, o setor supermercadista não foi afetado. O segmento se aproveitou dos vazios de mercado gerados, criando espaços por meio da diferenciação e da diversificação na linha de produtos para expandir (CYRILLO, 1987).

---

19 No sistema de autosserviço os clientes escolhem a mercadoria nas prateleiras do estabelecimento e fazem o pagamento nos check-outs, onde estão dispostas as caixas registradoras.

20 Em 1968, a lei nº7208 reconheceu os supermercados como uma categoria diferenciada de varejo de alimentos e que, portanto, deveriam ter uma carga tributária à parte.

Para driblar as crises econômicas desse período e manter a margem financeira de ganhos, os supermercados aumentaram seu volume de vendas, o que era possível pelo sistema de ganho financeiro baseado na diferença praticada entre os prazos de pagamento de fornecedores (a prazo) e de recebimento de vendas (a vista) (BELIK, 1999). Ou seja, as vantagens de custo associadas à alta escala de operações de compras permitem a fixação de preços mais estáveis e garantem a competitividade do setor.

Os supermercados também inseriram novas lógicas de produção, distribuição e consumo, pois o pagamento somente de forma à vista determinou que o público consumidor fosse de alta renda. Esse fato também influenciou a instalação dos supermercados em bairros mais ricos ou em zonas mais afastadas de difícil acesso sem automóvel, tendo como características grandes estacionamento (SAAB; GIMENEZ, 2000).

É nesse sentido que os supermercados inseriram uma dupla revolução em relação à forma de adquirir, consumir e se relacionar com os alimentos. Conforme afirma Patel (2008), os supermercados são invenções patenteadas e que respondem a uma necessidade específica em um tempo e local específico em que foram concebidos. Essa dupla dinâmica diz respeito à expansão do consumo de massa de um tipo de produto adequado à dinâmica de agregação de valor e de comercialização em larga escala: enquanto a revolução técnica deu conta do barateamento e da adequação do alimento a um outro ritmo de vida nas cidades, bem como às condições de transporte e comercialização em larga escala, a intervenção educativa se instaurou pela difusão de novos produtos e novos hábitos alimentares, bem como por uma nova forma de se expor e adquirir os produtos.

Essas características colocam os supermercados como polarizadores no mercado de alimentos, intensificando a estratificação do consumo e do tipo de acesso aos alimentos. As classes mais ricas passaram a pagar menos por produtos mais diversificados, embalados e padronizados, enquanto nos pequenos estabelecimentos, a população de baixa renda pagava mais caro por produtos de primeira necessidade, gerando um paradoxo do abastecimento (SILVA, 1982; LEDA, 2017).

No Brasil, a intensificação da industrialização se deu de forma simultânea à consolidação do sistema de varejo de larga escala, o que fez com que essa estratificação fosse ainda mais notória. A introdução de novos produtos no cotidiano da população conduziu a uma progressiva diluição dos hábitos alimentares da relação entre a vida doméstica e o consumo e preparo dos alimentos (MONTANARI; FLANDRIN, 1998).

Além disso, a escala de comercialização e alcance da distribuição das grandes redes fragilizou boa parte da concorrência do comércio tradicional estruturado na pequena escala, pressupondo uma maior concentração de capitais. Inclusive, as operações de larga escala com as indústrias alimentícias também concentraram a distribuição das firmas desse ramo em grandes redes, dificultando o acesso do pequeno comércio, que passaram a se abastecer nos próprios supermercados.

Esse movimento de concentração e internacionalização da grande distribuição comercial de autosserviço influenciou radicalmente na perda de importância dos equipamentos tradicionais de comercialização, como as mercearias, armazéns, açougues, feiras livres. Belik (1999) aponta que apenas no seguimento de frutas, verduras e legumes o pequeno comércio fixo conseguiu resistir, pois a dificuldade de padronizar, estocar em larga escala e controlar os períodos de entrega fez com que os hortifrutigranjeiros demorassem a serem inseridos no setor dos supermercados.

O aumento da taxa de urbanização, o processo inflacionário<sup>21</sup> e abertura ao capital internacional vividos na década de 1980 influenciaram na expansão e na prática de comprar em supermercados. Esse foi um período de ampla entrada de grandes redes internacionais de supermercados no Brasil.

O primeiro movimento de fusões e aquisições ocorreu na década de 1980 quando as grandes redes passaram a adquirir os equipamentos tradicionais de varejos e as redes locais, onde até então muitos supermercados eram independentes ou pertencentes a redes nacionais. Os estabelecimentos de supermercados aumentaram de 997 para 51500 no Brasil entre 1976 e 1998 (SILVEIRA; SANTOS, 2001).

No início dos anos 1990, com a crise econômica e diminuição da quantidade de moeda em circulação com o confisco das poupanças o setor dos supermercados foi atingido pela queda nas vendas e redução no ganho financeiro. A reação do setor foi introduzir mais linhas de produtos, aumentando o mix de mercadorias e visando baixar o custo e o preço (BELIK, 1999). Nesse período os hortifrutigranjeiros passaram a fazer parte do roll de produtos dos supermercados, tornando as CEASA's obsoletas para o varejo.

Para as grandes redes que possuíam melhores condições de negociação com os fornecedores, o resultado foi positivo. No entanto, as empresas menores e com menos

---

21 No período de inflação elevada, devido à alta margem e vantagens competitivas via preço, os supermercados poderiam praticar margens reduzidas ou até mesmo negativa desde que vendessem volumes cada vez maiores (BELIK, 1999).

poder de negociação com os fornecedores que tentaram competir com prazos e financiamentos ao consumidor, semelhantes aos praticados nos supermercados, geraram um quadro de inadimplência e consequente quebra (BELIK, 1999).

Nesse período, também como forma de driblar a crise econômica, os supermercados se expandiram rapidamente para as periferias urbanas, massificando a sua pauta de produtos para todas as faixas de renda, rompendo com a lógica do paradoxo do abastecimento (REARDON; BERDEGUÉ, 2002). A modificação do padrão alimentar passou a se intensificar, se situando cada vez mais na substituição da dieta popular e na introdução de alimentos mais industrializados em detrimento dos produtos frescos e tradicionais.

O resultado foi o aumento colossal na concentração do setor de distribuição varejista, o qual vem se consolidando como um setor internacionalizado, a partir de fusões, incorporações, associações e aquisições locais e globais, estabelecendo uma nova dinâmica na distribuição de alimentos nos supermercados.

O aumento na escala de operações, as vantagens competitivas e o movimento constante de concentração do setor de varejo decretaram a falência do comércio de pequena escala. Green (2003) destaca que as cadeias de carnes e hortifrúti foram onde houve as maiores rupturas com as formas tradicionais de comércio.

Com as limitações e abandono das políticas de organização do abastecimento alimentar pelo Estado as grandes redes varejistas internacionais passaram a dominar e verticalizar o setor, inserindo novas tecnologias, logísticas de coordenação e controle da definição de preços e qualidade dos produtos.

Essa tendência de controle sobre a distribuição e comercialização do sistema agroalimentar se mantém nos dias atuais. No Brasil, nos anos de 1999 a 2001, os supermercados já eram responsáveis por cerca de 85% do abastecimento nacional de produtos de grande consumo, com destaque para a rede Carrefour, líder de faturamento nesse período (SILVEIRA; SANTOS, 2001; SAAB; GIMENEZ, 2000). O volume da venda de alimentos nos supermercados, em 2002, chegou a 44%, sendo controlado por apenas 0,9% estabelecimentos (FARINA *et al.*, 2005), caracterizando um predomínio relevante dos supermercados na comercialização.

Em 2000, apenas 05 empresas eram responsáveis por 33% do faturamento bruto do segmento varejista de alimentos no Brasil (SAAB; GIMENEZ, 2000). Em 2015, segundo dados da ABRAS – Associação Brasileira de Supermercados, o faturamento

bruto do setor de autosserviço<sup>22</sup> de varejo alimentar foi de R\$ 338,7 bilhões, enquanto que apenas o segmento dos supermercados<sup>23</sup> faturou R\$ 314,7 bilhões. Esses dados revelam que os supermercados representam 92,9% do total das vendas de autosserviço, acentuando a dominação desse segmento na distribuição e comercialização do varejo.

Os dados da ABRAS também acentuam a concentração dos distribuidores varejistas, quando analisamos o faturamento dos 500 maiores distribuidores do segmento de supermercados. Em 2015 esse faturamento bruto foi de R\$ 265,5 bilhões, ao passo que as 20 maiores empresas faturaram R\$ 180,1 bilhões. Ou seja, apenas 20 empresas concentram 67,8% do faturamento do setor dos supermercados.

No Brasil, em 2015, apenas cinco empresas concentravam 58% do faturamento dos supermercados. A empresa Companhia Brasileira de Distribuição, representada nas subsidiárias de varejo de alimentos Extra, Pão de Açúcar e Assaí Atacadista obteve sozinha um faturamento bruto de R\$ 76,9 bilhões, cerca de 47% do faturamento das cinco maiores. Em segundo e em terceiro lugar estão respectivamente as empresas Carrefour e WalMart. A tabela 3 apresenta o ranking das cinco maiores distribuidoras do varejo de alimentos, com o faturamento bruto de 2015 e o respectivo número de lojas.

Tabela 3. Ranking das cinco maiores empresas de distribuição no varejo de alimentos

<b>Classificação</b>	<b>Empresa</b>	<b>Principais subsidiárias*</b>	<b>Faturamento Bruto (R\$)</b>	<b>Número de lojas</b>
1	Companhia Brasileira de Distribuição	Extra, Pão de Açúcar, Assaí Atacadista, Mini Extra, Minuto Pão de Açúcar	76.933.000.000	2181
2	Carrefour Com. Ind. Ltda.	Carrefour Hipermercado, Carrefour Bairro, Carrefour Express, Atacadão	42.701.594.004	288
3	WalMart Brasil Ltda.	WalMart hipermercado, Maxxi Atacado, Sam's Club, Nacional, Big Hipermercados, Mercadorama, TodoDia, Bompreço	29.323.141.083	485
4	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	GBarbosa, Mercantil Rodrigues, Perini, Bretas e Prezunic	9.267.780.338	222
5	Companhia Zaffari Comércio e Indústria	Zaffari, Bourbon	4.508.000.000	31

22 No setor de autosserviço do varejo alimentar a característica essencial é o consumidor comprar o produto sem necessariamente haver um funcionário intermediando o processo antes de passar pelo check-out.

23 No ranking da ABRAS são considerados supermercados estabelecimentos de varejo alimentar do sistema de autosserviço que dispõem de dois ou mais check-outs e de quatro áreas básicas (perecíveis, mercearia, limpeza doméstica e bebidas).

\* As informações sobre as subsidiárias das empresas foram obtidas nos próprios sítios eletrônicos das mesmas.

Fonte: ABRAS (2016).

Analisando a variedade de subsidiárias dessas empresas percebe-se que ela é resultado da fusão e aquisição de empresas nacionais, o que tem sido uma estratégia recorrente para ampliar a participação no mercado ou até mesmo mantê-la e consequentemente eliminar a concorrência.

Alguns dos mecanismos atuais de expansão das grandes redes de supermercados tem sido a sua disseminação em cidades menores, criação de formatos de pequenas lojas “de bairro”, criação de cartões de créditos, entre outros (LEDA, 2017). De 2015 para 2016, o formato de lojas do tipo de vizinhança no padrão “bairro” aumentaram de 61 unidades para 614 em todo o Brasil (ABRAS, 2016). Essas ações tem o intuito de aumentar a competição e as vantagens sobre as redes locais independentes, em um intenso volume de marketing comercial.

Outra estratégia adotada pelos supermercados para ampliar a participação no mercado e concentrar a distribuição de alimentos gerando mais lucro é a criação de marcas exclusivas, que geralmente apresentam preços menores que os similares das marcas líderes. No caso da Cia Brasileira de Distribuição, cinco marcas próprias de alimentos (Qualitá, Taeq, Casino, Club dos Sommeliers) se difundem entre aproximadamente 900 produtos.

Recentemente o formato dos atacarejos (cash & carry) que reúne os atributos de comercialização na forma de varejo e atacado, vem crescendo sua participação no mercado a varejo em relação aos super e hipermercados. De 2014 para 2015 esse ramo aumentou 31% no volume de vendas de autosserviço (ABRAS, 2016).

A diferença dos atacarejos está no seu foco em manter preços mais baixos, típicos do mercado de atacado, mas com serviços semelhantes aos do varejo de auto-serviços e cash & carry (pague e leve) (CHIARA, 2013). Os preços mais baixos são compensados pelo alto volume de vendas, assim como a reunião do ponto de distribuição e do ponto de venda num mesmo lugar (MENDONÇA, 2014).

O sucesso dos segmentos de supermercados e atacarejos está associado ao alto investimento em logística e a possibilidade de competição através dos preços, que associada ao aumento da escala de operações desse setor influenciaram na consolidação da concentração e competição a partir da lógica da fidelização e conveniência para os



clientes (SAAB; GIMENEZ, 2000). Conforme já observado em relação à elevação das fusões e aquisições para garantir a hegemonia das grandes redes, cabe destacar também outros movimentos que otimizaram a atuação desse setor como o aumento da automação comercial, a modernização da tecnologia de informação e o aprimoramento de modelos de gestão.

Essas características refletem na relação com os fornecedores, que se dá na forma de oligopólio, ou seja, fornecer para esses setores requer perda de autonomia e submissão às suas regras. Para garantir o fornecimento com o mínimo de riscos envolvidos, deve-se ter escala capaz de suprir a demanda de várias lojas ao mesmo tempo, além de organizar uma logística eficiente de distribuição até as centrais de expedição (GOMES JÚNIOR; ALY JÚNIOR, 2015).

Nesse sentido, a relação dos fornecedores com as redes de supermercados se dá de forma nociva para pequenos e médios produtores e fornecedores. Bezerra *et al.* (2016), apontam os mecanismos que os supermercados utilizam para explorar seus fornecedores, tais como: diminuição da margem de lucro entre os fornecedores; cobrança de taxas para a comercialização nas lojas; responsabilidade do prejuízo caso os produtos não sejam adquiridos; atrasos no pagamento; ameaças de quebra de contrato caso suas demandas não sejam atendidas.

Outra consequência da dominação dos supermercados é o fato de que a escala de comercialização e alcance da distribuição dessas grandes redes de varejo fragilizou boa parte da concorrência. Esse movimento associado à internacionalização da grande distribuição comercial de autosserviço influenciou radicalmente na perda de importância dos aparelhos tradicionais de comercialização, como as mercearias, armazéns, açougues, feiras livres.

A entrada dessas grandes redes de supermercados traz consequências drásticas ao comércio tradicional existente, pois as lojas que vendem os mesmos produtos terão suas vendas reduzidas pela dificuldade de competir em preço, oferta e variedade de produtos com as grandes redes. De modo geral, o pequeno varejo sofre os impactos da migração dos consumidores para lojas de maior porte em busca de volumes maiores e preços mais atrativos.

Um estudo da rede Amigos de la Tierra na Grã-Bretanha demonstrou que o desaparecimento do pequeno comércio tem impacto direto na economia local, com diminuição da renda da comunidade. Enquanto 50% dos lucros do comércio local realizado na forma de aparelhos tradicionais retornam ao município, apenas 5% do lucro

das grandes empresas de distribuição são reinvestidos (AMIGOS DE LA TIERRA, 2005). No Brasil, o impacto na economia local também pode ser verificado quando se observa que 87,3% do varejo de vizinhança é familiar (ABRAS, 2017).

Essas modificações nas condições de arranjo de comercialização das cidades alterou a forma como a população lida com a aquisição de alimentos. Isso pode ser expresso na perda de capilaridade das redes tradicionais de varejo e na perda de diversidade e variedade desses equipamentos.

Nesse sentido, o aparecimento e crescimento das grandes redes oligopolizadas mudou radicalmente os hábitos de alimentação e consumo da população, subordinando estas necessidades básicas a uma lógica mercantil e aos interesses econômicos das grandes empresas. Assim, como demonstrado no capítulo 1 em relação à homogeneização e financeirização da agricultura a interesses do capital, a distribuição e o consumo de alimentos também é determinada pelo que é rentável e lucrativo para o capital.

Para Steel (2008), as mudanças de processamento e distribuição dos alimentos foram decisivas para o afastamento da sociedade e da natureza, contribuindo de forma decisiva para a invisibilidade dos alimentos. Com o deslocamento da produção de alimentos para as margens, tanto em relação à geografia quanto na relação com as pessoas, os alimentos passaram a ser adquiridos em pré-prontos. Ao mesmo passo que a população foi gradualmente deixando de ter conhecimento sobre a procedência e formas de distribuição dos alimentos.

Soma-se a isso questões em torno das condições de acesso aos alimentos na cidade. A intensificação da jornada de trabalho empurrou a aquisição de alimentos para lugares concentrados, que funcionam em horários estendidos e onde pode-se encontrar todos os itens antes adquiridos em diferentes estabelecimentos - açougues, padarias, verdurões, mercearias, feiras - em um só lugar, como os supermercados. Gottlieb *et al.* (1996) acrescentam ainda que a aquisição de alimentos deixou de ser uma questão do que a população gostaria de comprar, mas do que estaria disponível a esses sujeitos, dadas as restrições de mobilidade física e horários disponíveis.

Segundo Wilkinson (2002), as mudanças na demanda de alimentos abriram novos flancos para atores apropriacionistas a montante e os processadores, sobretudo com a transformação da sua linha de produtos baseados em *commodities* em especialidades e ingredientes saudáveis.

Analisando por esse âmbito, o papel exercido pelo grande varejo passou a questionar a ideia do poder irrestrito do consumidor em ordenar o sistema produtivo e ditar a oferta de alimentos. Ou seja, as preferências dos consumidores estão cada vez mais relacionadas aos produtos ofertados pelos supermercados, os quais por serem cada vez mais concentrados dificultam a existência de locais que ofertem produtos diferentes dos comercializados nessas grandes redes (CUNHA, 2016), como é o caso da diminuição e desaparecimento dos aparelhos de abastecimento de vizinhança.

Nesse sentido, a escolha dos produtos nos supermercados é determinada por uma aliança entre o grande varejo com as agroindústrias alimentares para aumentar o consumo de produtos saborosos, com altos teores de gorduras, açúcares e sódio (CUNHA, 2016). A maioria dos alimentos comercializados é processada com doses elevadas de aditivos químicos sintéticos, como corantes, conservantes, antioxidantes, espessantes, estabilizadores, intensificadores de sabor, reguladores de acidez, amidos modificados etc., conferindo aos produtos uma cor mais atraente, a aparência de recém-fabricado ou um sabor intenso (ESTEVE, 2017).

Esses alimentos ultraprocessados são, na verdade, formulações criadas pela indústria de alimentos, contendo apenas resquícios ou mesmo nada dos alimentos originais e com grandes quantidades de óleo, sal e açúcar. São considerados “produtos de conveniência”, que vêm em uma caixa, podem permanecer meses numa prateleira, podem ser comidos durante o caminho e serem servidos sem a necessidade de ligar o fogão (DIAS; CHIFFOLEAU, 2016).

Com a disseminação dos produtos industrializados, a modificação dos hábitos alimentares passou a ocorrer de forma mais intensa e rápida. Enquanto a comida industrializada, devido às melhorias técnicas, como conservação, enlatamento e refrigeração, permitiu uma melhora na qualidade e diversidade da alimentação dos trabalhadores, ela também passou a homogeneizar os hábitos alimentares ou a introduzir “junk foods<sup>24</sup>” nas práticas alimentares locais (LEDA, 2017).

Atualmente, as alterações no consumo também se baseiam em estratégias de marketing de promoção de hábitos alimentares para definir o padrão de escolha alimentar do consumidor, como o surgimento periódico de alimentos “milagrosos” e “saudáveis”, que prometem perder peso, controlar o colesterol, fortalecer o sistema

---

<sup>24</sup> O termo *junk foods* é utilizado como uma referência a alimentos com alto teor calórico, mas com níveis reduzidos de nutrientes. Geralmente são produtos mais baratos de produzir, com prazo de validade maior e encontrados em variados lugares, além disso requerem pouco ou nenhum preparo antes do consumo.

imunológico, reduzir os riscos de diabetes, entre outros. Esse enfoque revela como a indústria vem se apoderando de alimentos termogênicos e funcionais e levando o consumidor a adquirir apenas os alimentos desses segmentos produzidos de forma industrial, quando na verdade todos os alimentos in natura podem ter um papel benéfico na saúde humana e uma função relevante em termos nutritivos. Dessa forma, não há a necessidade de se adquirir um produto que tenha uma marca para que ele realmente seja benéfico em termos de funcionalidade ao organismo e nutrição.

As modificações em relação a distribuição no que se refere às questões logísticas, onde se desenvolveram mercadorias mais fáceis de estocar, transportar, exibir e conservar nas prateleiras (FISCHLER, 2007), juntamente com as estratégias de marketing mais sofisticadas, foram as responsáveis pela ampliação no consumo de produtos ultraprocessados. Isso se deve ao fato de que essas estratégias mais eficientes estão disponibilizadas de forma mais fácil às grandes empresas transnacionais, as quais dominam o ramo da distribuição. Cerca de 25% e 55% das compras nos supermercados são compulsivas, resultantes de estímulos externos (ESTEVE, 2017).

O símbolo da modernidade do supermercado e a suposta autonomia de escolha do que comprar é uma falácia, em que toda a dinâmica estabelecida tem um interesse. Esteve (2017) pontua que tudo em um supermercado é concebido para incentivar a compra, comparando o papel do consumidor como o de uma cobaia em um laboratório:

Assim que chegamos ao “super”, alguns cartazes, geralmente de cores vivas, nos acolhem, encorajando-nos a entrar, muitas vezes acompanhados por ofertas e promoções que anunciam preços muito baratos. Pegamos o carrinho de compras – tão grande que temos a preenche-lo para que não pareça vazio – e começamos a busca do que precisamos, por inúmeros corredores com gôndolas transbordantes de produtos. O carrinho, mesmo que o levemos em linha reta, sempre gira de volta às prateleiras e acabamos tendo que ver, como quem não quer nada, um novo artigo que não esperávamos, e que acabamos levando. Precisamos de leite e iogurte, por exemplo, mas nos fazem atravessar todo o centro comercial para consegui-los. Por que colocam sempre o que é mais necessário no final do estabelecimento? No caminho, um alto-falante animado soa ao fundo; mal o escutamos, no entanto está ali, incentivando-nos a comprar. Olhamos os preços dos produtos e nunca entendemos por que os valores nunca são redondos, mas sempre acabam com decimais, tornando muito difícil comprar um com o outro. Acabamos por escolher os terminados em 9. Para assim, economizarmos um pouco. Embora talvez possa não haver muita diferença entre pagar um centavo a mais ou a menos, o produto parece mais barato. Mas temos que parar, pois dois

carrinhos com gente comprando estão no meio. E eu me pergunto, por que os corredores são tão estreitos? Enfim, aproveito esta oportunidade para olhar uma prateleira e outra. E ali está o saco de batatas fritas (que não me convém) olhando-me de frente. E já que estou aqui... ao carrinho! Avanço agora buscando o pacote de arroz que preciso, mas ele já mudou novamente de lugar. Não entendo porque periodicamente movem os produtos de lugar. Novamente me fazem dar mil voltas antes de encontrar o que preciso. No novo caminho, descubro novos produtos, os quais antes eu nem havia notado. Só me resta pegar o detergente. Na seção de limpeza, e à altura de meus olhos, vejo a marca que dizem pela TV que deixa as roupas mais limpas. Eu pego o recipiente e, por acaso, olho seu preço... que caro! Devolvo a unidade. Olho para cima e para baixo na prateleira e consigo encontrar outra marca, menos conhecida, mas mais barata. Tenho que me agachar para pegá-la. Por que colocam de uma forma mais difícil de pegar? Chega a hora de passar no caixa. Na fila, aborrecida pela espera, vejo aqueles chocolates, caramelos, doces... e só a um palmo. Impossível dizer “não”: venha, um dia é só um dia, à cesta! (ESTEVE, 2017, p. 177-178).

A crônica da autora caracteriza um modelo ofensivo de marketing das grandes empresas, assinalando a perda da liberdade de escolha do consumidor. Patel (2008) acrescenta que a oferta dos supermercados não é baseada nas preferências dos consumidores, ou por características das estações climáticas ou geográficas de um território, mas pelo poder das corporações alimentares.

Os consumidores são encorajados a acreditar que a escolha individual os salvará dos males coletivos como a fome e a obesidade, mas é justamente essa liberdade de escolha que gesta esses males (PATEL, 2008). O autor acrescenta que não pode significar “liberdade de escolha” quando as opções nas gôndolas dos supermercados de cereais, por exemplo, apresentam mais de 20 marcas, mas todas contendo cereais açucarados, conservantes, aditivos químicos e sabores artificiais.

Assim a perda de autonomia na escolha de diferentes produtos é escamoteada por uma suposta variedade da oferta de alimentos, que ao serem produzidos utilizando cada vez menos culturas (como soja e milho) e quantidades excessivas de açúcares e gorduras, substituem as variedades de alimentos frescos antes referenciados socialmente nos hábitos alimentares da população, como no caso da substituição da banha de porco pelo óleo refinado de soja. De acordo com Gomes Júnior e Aly Júnior (2015), há um estiolamento do próprio significado do que é comida, alterando todas as relações que a

comida construiu com a história dos indivíduos e suas sociabilidades através dos tempos.

A contínua desconstrução das práticas alimentares também revela a posição dominante e imperiosa da indústria de alimentos finais dentro do sistema agroalimentar. A indústria de transformação dos alimentos também segue a tendência de concentração e centralização de capitais, verificada na produção agrícola e na distribuição e comercialização. Uma campanha realizada pela ONG Oxfam intitulada Behind the Brands (Por trás das marcas) revela que apenas dez empresas multinacionais controlam uma parte importante do mercado mundial de alimentos. As empresas Nestlé, PepsiCo, Unilever, Mondelez, Coca-Cola, Mars, Danone, Associated British Foods (ABF), General Mills e Kellogg's faturam juntas US\$ 1,1 bilhão diariamente (OXFAM, 2016). A campanha da Oxfam também apresenta como uma mesma empresa congrega diferentes tipos de marcas e produtos, como por exemplo a Nestlé, que atua na produção industrial de produtos que variam de chocolates, cafés solúveis, temperos, ração de animais domésticos, até água engarrafada (figura 5).

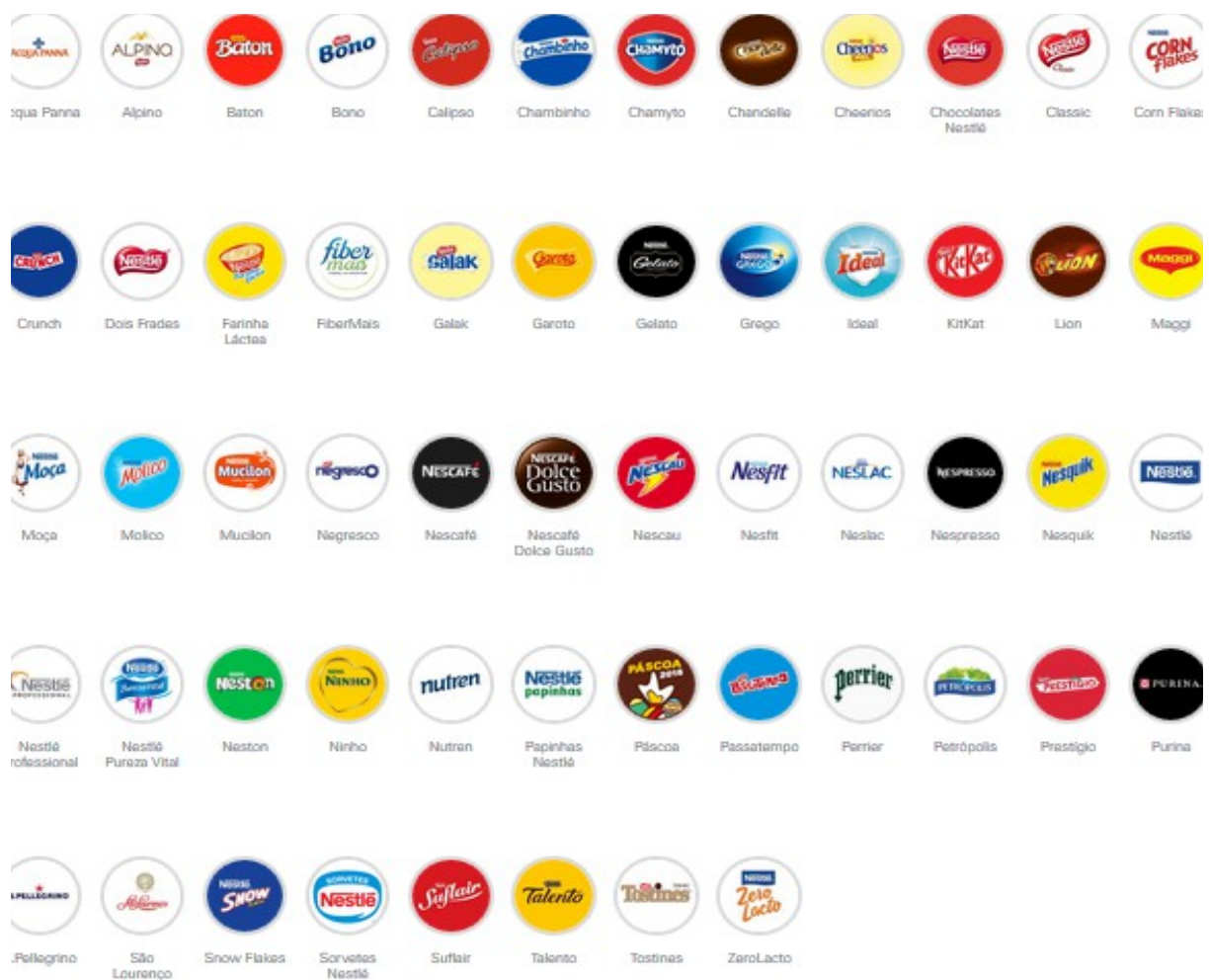


Figura 4. Marcas da empresa Nestlé.

Fonte: Nestlé, 2016.

Outro exemplo é a empresa Cargill, a maior empresa no ramo do agronegócio brasileiro, que em 2016 teve um lucro líquido de R\$ 661,4 milhões. Além de atuar na

produção de *commodities* agrícolas, atua no ramo de produção de rações animais, produtos alimentícios, tais como atomatados, maioneses, molhos para salada, óleos de cozinha, produtos farmacêuticos e cosméticos.

De acordo com Patel (2008), as corporações agrícolas transnacionais controlam 40% do comércio mundial de alimentos. Cerca de vinte empresas controlam o comércio mundial de café, seis controlam 70% do comércio de trigo e uma empresa controla 98% do chá embalado.

A forma como essas empresas controlam a cadeia de produção e processamento de alimentos está diretamente relacionada com o que é ofertado nos supermercados e comprado pelos consumidores. Conforme salienta Patel (2008), a comida que comemos não é produzida para nós, nós é que somos produzidos para a nossa comida.

Todas essas modificações na forma de produção, processamento e distribuição dos alimentos submetidas aos interesses das grandes empresas do sistema agroalimentar e à lógica comercial influenciaram radicalmente nos hábitos alimentares da população, aumentando o consumo de alimentos processados e congelados. Dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF 2008/2009 sobre tipo e a quantidade de alimentos adquiridos pelas famílias brasileiras apontam desequilíbrios nas dietas alimentares, bem como um aumento na frequência de consumo alimentar fora do domicílio (IBGE, 2010).

Verificando a evolução da disponibilidade de alimentos nos domicílios entre 2002-2003 e 2008-2009, a pesquisa revela que houve um aumento no consumo de alimentos ricos em gorduras, açúcares, como embutidos (25%), refrigerantes (16%), bebidas alcoólicas (28%), refeições prontas e misturas industrializadas (40%). Ao mesmo tempo em que houve diminuição do consumo de alimentos tradicionais na cesta básica brasileira como arroz, feijões, mandioca.

Apesar de consumir mais calorias, proteínas e gorduras, a alimentação contemporânea é menos variada e menos adequada nutricionalmente. De acordo com a FAO (2007; 2010), 75% das variedades agrícolas desapareceram ao longo do século passado e 90% da alimentação mundial é baseada em apenas quinze variedades de cultivos agrícolas e criação de oito espécies de animais.

A preferência pelo consumo de alimentos ultraprocessados, energeticamente mais densos e baseados em poucos cultivos agrícolas está diretamente relacionado ao aumento de doenças crônicas como diabetes, obesidade, problemas cardíacos e cânceres.



Isso ocorre, porque além de ter um perfil nutricional desequilibrado, baseado em sódio, açúcar, gordura e aditivos químicos que conferem sabores e aromas artificiais, os alimentos ultraprocessados desregulam o metabolismo humano, pois não possuem vitaminas, minerais e fibras, fazendo com que sejam absorvidos muito rapidamente e ocasionando o risco de doenças crônicas. Outra característica desse tipo de alimento é o fato de serem hiper-palatáveis, ou seja, eles são produzidos para se tornarem viciantes e associados a sensações de prazer.

As comodidades dos alimentos altamente transformados pelas indústrias agroquímicas diminuíram o tempo de preparo dos mesmos, ao mesmo passo que se encontraram com as modernidades inseridas nos domicílios, como micro-ondas e eletrodomésticos que prezam a rapidez e comodidade no preparo. Soma-se a isso a diminuição do tempo livre da população que dificulta a disponibilidade de tempo empreendido na compra de alimentos in natura e em diferentes aparelhos de varejo.

Essa ideia publicitada tenta justificar que os alimentos semi-prontos e/ou congelados permitem economizar o tempo destinado ao preparo das refeições, causando impactos ainda numa suposta liberação da mulher da cozinha para ocupar outros espaços, como o mercado de trabalho.

A aparente diversidade e praticidade dos itens ofertados pelos supermercados e hipermercados, a diminuição do tempo livre para aquisição e preparo dos alimentos, a supressão dos alimentos tradicionalmente consumidos pela população brasileira são fatores que causam a alteração dos ambientes alimentares, ocasionando situações de vazios alimentares no que tange ao acesso e qualidade da alimentação da população.

Fischler (1995), por exemplo, situa as mudanças alimentares mais recentes como estruturais, ou tendência “pesadas” de modificação das práticas culinárias, mais intensas do que as modificações elementares ou sintáticas associadas à comida.

Esses vazios alimentares não dizem respeito apenas às dificuldades em torno de espaços onde são possíveis acessar alimentos de qualidade, mas também à menor possibilidade de diversidade em decorrência do estreitamento do catálogo de produtos (STEEL, 2008).

O quadro descrito do monopólio da distribuição de alimentos por poucas empresas, de doenças relacionadas à má nutrição, a desconstrução de hábitos alimentares pela perda da qualidade e diversidade de alimentos consumidos revela um cenário preocupante de insegurança alimentar da população brasileira.

Para garantir a segurança alimentar e nutricional deve-se considerar a premissa da oferta permanente e em quantidade suficiente de alimentos. Para Gomes Júnior (2015), essa oferta deve estar disponível e ser apropriada internamente, de forma que não impeça a demanda agregada de alimentos por assimetrias entre procura e disponibilidade ou por instabilidade nos preços.

No entanto, um quadro de segurança alimentar e nutricional também deve abordar “aspectos relacionados às técnicas de produção e pesquisa agrícolas, à matriz industrial de transformação e processamento, à propaganda, ao meio ambiente, à autonomia do país em produzir e consumir aquilo que é parte das tradições de seu povo” (GOMES JÚNIOR, 2015, p.15).

Nesse sentido, somado à necessidade de democratizar a produção agrícola e a distribuição de alimentos, dois importantes pontos de enfoque em torno da garantia da segurança alimentar e do abastecimento alimentar urbano dizem respeito às políticas públicas e ao mercado consumidor.

Cassol e Schneider (2015) sugerem que essa interação se dê entre as formas de produzir e comercializar e os modos de consumir e se alimentar, a fim de aprimorar o campo de ação das políticas públicas e o papel dos atores e mediadores sociais, bem como suas formas de organização.

Diante da ótica das políticas públicas de abastecimento alimentar e da garantia de segurança alimentar, Maluf (1999) destaca a importância do Poder Público promover e estimular ações que contribuam para um sistema integrado de abastecimento, que contemple aspectos da produção e distribuição dos alimentos em formas mais equitativas.

Além da promoção de ações equitativas, que garantam a produção diversificada e suficiente, assim como a distribuição em quantidade e regularidade necessárias, a garantia da manutenção da oferta de alimentos envolve também a constituição de estoques reguladores, estratégicos e de emergência, sob controle de um governo central que intervenha no mercado central e promovam políticas assistenciais de distribuição de alimentos (GOMES JÚNIOR, 2015).

Nesse sentido, é preciso levar em conta que as ações de abastecimento devem propiciar o acesso aos alimentos por todos os segmentos da população, em quantidade e qualidade apropriada. Contudo, Gomes Júnior (2015) ressalta que a garantia de acesso regular e permanente aos alimentos se reporta às condições para a realização do direito humano à alimentação. Essas condições não estão ligadas apenas à sincronização dos

preços dos alimentos com a renda disponível para a sua aquisição, mas decorrem das restrições ao acesso de alimentos relacionadas às falhas nos arranjos de desenvolvimento social e econômico, como, por exemplo, problemas ambientais, desemprego, falhas na saúde e na educação pública.

Esse processo se soma à estratégia da “democracia alimentar”, defendida por Lang (2009), que trabalha a incorporação do princípio da cidadania alimentar em termos de iniciativas que melhorem a alimentação de toda a população, e não apenas de uma parte dela. É nesse âmbito que se destaca o conceito da soberania alimentar, cunhado para ser um contraponto ao modelo de produção do agronegócio, das políticas que transformam os alimentos em mercadorias e que visa atender a segurança alimentar de toda a população.

Dessa forma, a proposta de soberania alimentar materializa-se no direito dos povos de decidir como organizar o que produzir, bem como organizar a distribuição e consumo desses alimentos de acordo com as necessidades da população, em quantidade e qualidade suficientes, priorizando produtos locais e variedades nativas, e não mais conforme os ditames do mercado internacional e monopolizado (CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DA VIA CAMPESINA, 2008).

Cunha (2016) trabalha com o conceito do “Novo-Ancestral”, para afirmar que não se trata mais de apenas reconfigurar a cadeia de fornecimento ou de restabelecer a autonomia da preferência do indivíduo em suas decisões de consumo. Para o autor, trata-se do reconhecimento de novos valores atribuídos aos alimentos, que expressam a qualidade e a representação social ou local. Ou seja, é a valorização de elementos ligados ao local de produção, às variedades ofertadas, à forma de produção e apresentação dos produtos, os quais são refletidos na valorização dos produtos que estabelecem conexões e associações com as relações sociais do processo produtivo (origem do produto). Toda essa configuração é marcada pela mediação da personalidade das relações comerciais da escolha, avaliação e negociação do produto, que envolvem vínculos de confiança com o vendedor.

Reivindicar a soberania alimentar e uma nova forma de organização da produção, distribuição e consumo de alimentos, não implica retornar a um passado arcaico e nem a uma abordagem localista, conforme aponta Esteve (2017), mas de formas de promover um sistema alimentar mundial democrático, a serviço do bem-estar e da garantia de sobrevivência digna dos seres humanos.

Diante do exposto, considera-se que o sistema de abastecimento alimentar deve ser tema central nas discussões sobre desenvolvimento rural, tendo em vista seu papel na organização da produção agrícola em bases ecológicas, no aprimoramento dos canais de comercialização e das formas de acesso mais justas aos alimentos, bem como o papel das instituições públicas reguladoras e dos consumidores.

## **2.2. ABASTECIMENTO ALIMENTAR NO DISTRITO FEDERAL E O SISTEMA TRADICIONAL DE COMERCIALIZAÇÃO**

O papel determinante das empresas de processamento e distribuição de alimentos na conformação da cadeia de abastecimento alimentar pode ser evidenciado nas consequências impostas por essa configuração como a homogeneização da alimentação, a má nutrição alimentar, a perda de autonomia do consumidor, as restrições e dificuldades ao acesso de alimentos e o estrangulamento do sistema tradicional de comercialização.

Com o objetivo de analisar a organização do sistema de abastecimento alimentar do Distrito Federal, com o foco na distribuição e comercialização nesse segundo capítulo, cabe compreender como se conformaram e como estão organizados o sistema tradicional de abastecimento e o sistema moderno de varejo, assim como em que medida cada um influencia nos hábitos alimentares e no acesso da população a alimentos seguros.

O fluxo migratório, sobretudo de nordestinos, mineiros e goianos para além do esperado e a intensificação da urbanização local desde os anos de 1960 com a criação de Brasília, influenciaram de forma preponderante a ocupação do Distrito Federal. A dualidade que marcou a ocupação do Distrito Federal, segmentou no espaço territorial a classe trabalhadora que veio para construir a cidade e a classe dominante que viria apenas para trabalhar no aparato Estatal. Conforme afirma Leda (2017), essa dualidade explicitou diferenças na construção do espaço público caracterizando o planejado e o não planejado, o popular e o não popular, que influenciou diretamente a organização do comércio de alimentos no DF.

Vários exemplos no DF mostram como a história da ocupação do território refletiu no comércio local de alimentos, como o surgimento de feiras livres e mercados

populares, que além de espaços de convivência, aglutinavam características das identidades coletivas dos trabalhadores (LEDA, 2017).

Em contraponto, a intensificação da urbanização e a alta renda das classes de servidores públicos fez com que Brasília se tornasse um importante centro de consumo, o que impulsionou a chegada e estruturação do sistema moderno de varejo. A tabela 4 apresenta a evolução da população no Distrito Federal, sobretudo urbana, entre 1960 quando houve a inauguração de Brasília e 2010.

Tabela 4. Evolução da população urbana e rural no Distrito Federal

Ano	População		
	Urbana	Rural	Total
1960	89.698	52.044	141.742
1970	524.315	21.700	546.015
1980	1.164.65	38.674	1.203.333
	9		
1990	1.513.47	84.945	1.598.415
	0		
2000	1.954.44	88.727	2.043.169
	2		
2010	2.482.21	87.950	2.570.160
	0		

Fonte: IBGE (2010).

O Distrito Federal apresenta a maior renda per capita do país, alcançando em 2016 o valor de R\$2.351,00 (IBGE, 2018), configurando um importante centro de consumo do país. Contudo, dentro do DF as desigualdades estruturais e sociais são enormes. Em 2015, a renda domiciliar média mensal no Lago Sul chegou a 27 salários mínimos, enquanto a renda média na Cidade Estrutural era de 2,5 salários mínimos<sup>25</sup>.

Em relação ao consumo, a empresa IPC Marketing realiza o Índice de Potencial de Consumo, que compila e analisa dados de potencial de consumo dos municípios brasileiros, o perfil básico da população consumidora e os mercados potenciais. Os 50 maiores municípios brasileiros juntos, em 2017, são potencialmente responsáveis por 40,25% do consumo nacional, com Brasília ocupando a 3ª posição no ranking, com um potencial de consumo na ordem de R\$ 91 bilhões.

<sup>25</sup> Nesse ano o valor do salário mínimo era de R\$ 788,00.

O potencial de consumo da população brasileira calculado para 2017 foi de R\$ 4,2 trilhões. Os gastos com alimentação correspondem a R\$ 668 bilhões, ou seja, 17,1% do consumo das famílias, sendo 11,9% dentro do domicílio e 5,2% fora, ocupando a terceira posição entre as formas de gasto da população. Os dados demonstram que o setor de distribuição e comércio varejista de alimentos é um dos principais beneficiários com o padrão de consumo da população brasileira.

No ano de 2014, segundo os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) para Brasília existiam 1.476 estabelecimentos do setor de comércio varejista de mercadorias em geral (hipermercados, supermercados, minimercados, mercearias e armazéns) com predominância de produtos alimentícios.

As três maiores redes varejistas do Brasil (Carrefour, WalMart e Cia Brasileira de Distribuição) também são encontradas no Distrito Federal. As principais e maiores redes de supermercados locais são a rede Big Box e Super Maia, que são também as maiores da região Centro-Oeste. As duas tiveram juntas um faturamento de R\$ 1,18 bilhões em 2015, em um total de 30 lojas.

Outra empresa com destaque no Distrito Federal é a rede Comper, que está distribuída em 8 lojas no território e que faz parte do Grupo Pereira, de Santa Catarina, o qual cresceu 24,3% no ano de 2016, chegando à 8ª posição do ranking dos maiores supermercados (ABRAS, 2017).

Enquanto a maior rede local, Big Box, está distribuída apenas nas Regiões Administrativas de maior renda per capita do DF, outras redes locais vêm se distribuindo em RA's fora do Plano Piloto e atingindo escalas de comercialização próximas aos grandes supermercados, tais como SuperBom, Veneza, Tatico, Supercei.

Analisando a expansão da rede varejistas nas Regiões Administrativas com maior renda e maior potencial de Consumo do DF<sup>26</sup>, Bezerra *et al.*, (2016) observaram que apesar do número de estabelecimentos vinculados às redes multinacionais serem iguais ao de estabelecimentos de redes locais, com o intuito de se aproximarem espacialmente dos consumidores, as redes multinacionais vêm investindo em formatos de loja diferentes dos já consolidados super e hipermercados. As redes Pão de Açúcar e Carrefour estão adotando o formato de lojas “bairro”, com um tamanho máximo entre 800 e 2000 m<sup>2</sup> e uma quantidade reduzida de funcionários para operar com baixos custos. Ao contrário de se instalarem apenas às margens das rodovias como no início da

---

26 Plano Piloto (Asa Norte e Asa Sul), Lago Sul, Lago Norte e Sudoeste/ Octogonal

entrada dessas redes no Brasil, passaram a se instalar nas superquadras de Brasília, atingindo de forma mais próxima os nichos residenciais.

Nas superquadras do Plano Piloto foram verificados dois movimentos com a instalação dos supermercados, um foi o desaparecimento das redes tradicionais de varejo representadas pelas quitandas, padarias, açougues, verdurões, já que toda essa gama de produtos oferecidos por esses estabelecimentos poderia ser encontrada em um só lugar; na contramão desse movimento, também começaram a ser instalados equipamentos tradicionais de venda de FLV (frutas, verduras e legumes) voltados a um público mais seletivo, com preços mais elevados e produtos diferenciados (LEDA, 2017). É o caso da Rede Oba de comercialização de hortifrúti, que está distribuída em oito lojas, sendo seis no Plano Piloto e Lago Sul. Comercializando desde peras belgas, kiwis da Nova Zelândia, e morangos da Califórnia, a rede Oba tem se consolidado utilizando um marketing de apelo à saúde e na incorporação da ideia de que qualidade é mais importante que preço.

O potencial de consumo das Regiões Administrativas com maior renda também define a organização do comércio tradicional de feiras livres e permanentes<sup>27</sup>. Praticamente, todas as RA's do DF possuem alguma forma de feira de comercialização de alimentos, entre feiras livres e permanentes. Contudo, Leda (2017) identificou que RA's com maior renda per capita (acima de R\$ 3000,00), como Águas Claras, Plano Piloto e Sudoeste são as que menos apresentam equipamentos tradicionais de comercialização. No caso de Águas Claras e Sudoeste não foram detectadas nenhuma feira permanente ou livre.

Em um estudo de caso sobre os produtos e serviços comercializados nas feiras livres e permanentes de Taguatinga, Ceilândia e Brazlândia, constatou-se que a oferta de bens não alimentícios e prestação de serviços é maior que a oferta de hortifrutigranjeiros (BORGES, 2015). O estudo também aponta que é nas feiras livres onde mais se comercializa produtos hortifrutigranjeiros em relação às feiras permanentes, com uma diversidade de produtos locais e de época, o que pode ser explicado pelo caráter cíclico das mesmas, permitindo uma presença maior dos produtores na comercialização.

---

27 Conforme a Lei Distrital nº 4.748, de 2 de fevereiro de 2012, feira livre é a atividade mercantil de caráter cíclico, realizada em via, logradouro público ou pavilhão previamente autorizado para esse fim, com instalações individuais, provisórias e removíveis; enquanto que a feira permanente é a atividade mercantil de caráter constante realizada em logradouro público destinado para esse fim, com instalações comerciais fixas e edificadas.

No entanto, as feiras que comercializam apenas produtos orgânicos estão centralizadas sobretudo no Plano Piloto e seu entorno mais próximo (Lago Sul e Lago Norte) (BORGES, 2015). Esse contraste pode estar na diferença de preço dos produtos orgânicos, muito mais caros em relação ao preço dos produtos produzidos de forma “convencional”, o que interfere na decisão de compra dos consumidores.

De acordo com uma pesquisa sobre o mercado de produtos orgânicos realizada pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal – CODEPLAN, os produtos orgânicos são mais caros que os convencionais, variando entre 50% a 100% a mais no valor do preço médio (CODEPLAN, 2015).

Diante desse quadro constata-se que os produtos orgânicos vêm ocupando uma posição de nicho de mercado, com consumo concentrado principalmente entre as classes A e B e nas regiões com maior renda per capita.

Constata-se que a estratificação do consumo de alimentos no DF e o acesso a opções saudáveis e seguras ainda são moldadas pela polarização e segmentação espacial (Plano Piloto e Cidades Satélites) e econômica, característica marcante da ocupação territorial do DF. Mesmo que as redes convencionais tenham provocado o enfraquecimento do sistema tradicional de comercialização, as regiões mais abastadas do DF ainda são as mais privilegiadas nas opções de acesso a alimentos produzidos de forma ecológica.

Em todo o caso, ainda podemos dizer que o comércio tradicional, principalmente na forma das feiras e pequenos mercados familiares situados nas RA's afastadas do Plano Piloto, representa uma resistência à tendência de formação de desertos alimentares, resistindo ainda à oligopolização do sistema de varejo.

Isso pode ser comprovado pela pesquisa da GFK Brasil em parceria com a Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS) sobre mercados de vizinhança. Ocupando espaços menores que os supermercados, cerca de 100 m<sup>2</sup>, os mercados de bairro responderam por 40% do volume de vendas em alimentos, higiene e limpeza e perfumaria (ABRAS, 2016), o que demonstra que o pequeno varejo ainda é um setor atrativo e importante para consumidores que compram produtos básicos cotidianos.

Comercializando produtos básicos que fazem parte da cesta da população, em 2016, 87,8% dos estabelecimentos ofereciam hortifrútiis, 83,3% açougues, 35,3% padarias e 24% peixaria. Destaca-se ainda que 36,7% dos estabelecimentos já oferecem produtos orgânicos em suas gôndolas.



A seção considerada mais importante para o faturamento das lojas de vizinhança é a mercearia, seguida pelos produtos de higiene pessoal e beleza, limpeza e bebidas alcoólicas.

O preço da cesta básica nos hiper e supermercados em 2016 foi apenas 1% maior que os pequenos estabelecimentos, valor muito próximo que retrata a competitividade que os mercados de vizinhança vêm conseguindo imprimir.

Quase 87 % são empreendimentos familiares e em 53% quem está à frente são os próprios donos, contrapondo a lógica da monopolização das grandes redes. O estudo mostra que o profissional à frente dos pequenos mercados tem idade média de 41 anos, sendo 71% de homens e com 17 anos de experiência no setor.

O retrato de perenidade do setor mostra que a maioria das lojas estão em operação há 19 anos em média e que 23% das lojas existem há mais de 25 anos. O varejo de vizinhança é constituído predominantemente por empresas que possuem apenas 1 estabelecimento (84%).

Isso gera um diferencial em relação aos super e hipermercados no tocante à proximidade com os consumidores, característica marcante das pequenas mercearias. Cerca de 78% dos varejistas afirmam conhecer a maioria dos seus consumidores e 90% das lojas de mercado de vizinhança realizam entrega em domicílio. Essa relação mostra que os mercados de bairro possuem clientes fiéis, que buscam acesso fácil e proximidade.

A proximidade também se dá em relação aos fornecedores, em 2012, 29,5% dos mercadinhos compravam diretamente do fabricante, 16,4% de distribuidores exclusivos, 11,5% das lojas de atacado, 11,2% de distribuidores multifabricantes, 6% por meio das centrais de compras e 0,8% em super e hipermercados. Para a compra de FLV, 35% dos mercados pequenos compravam diretamente dos produtores, 48% dos produtos refrigerados e 45% das bebidas também eram comprados diretamente dos fabricantes.

A compra direta de fabricantes mostra o potencial dos pequenos mercados de também contribuir fomentando indústrias e agroindústrias locais e regionais, um importante elemento nas discussões sobre a eficiência do abastecimento alimentar.

Em estudo de campo sobre o sistema tradicional de varejo no DF, Leda (2017) identificou que esse segmento apresenta uma gama de produtos diversificados, que inclusive alguns são considerados exclusividades desses locais, como temperos, doces, conservas, queijos, rapaduras, feijões e farinhas. Os limites enfrentados para aumentar a diversificação de produtos estão relacionados à menor área física desses

estabelecimentos e a dominância dos supermercados em algumas cadeias exclusivas. O estudo identificou ainda a capilaridade desses equipamentos no DF, traduzida na oferta regular de alimentos e na composição de um arranjo de comercialização que atua de forma complementar, se adequando às condições de mobilidade da população.

A diversidade de produtos oferecidos pelo pequeno varejo se opõe à lógica homogênea das grandes redes de autosserviço, que atua de forma contundente na concentração de toda a cadeia de abastecimento, conforme demonstrado anteriormente. Esse quadro ofertado pelos mercados de vizinhança, com a oferta de produtos regionais e locais e diversificados podem ser decisivos em melhorar as opções de acesso da população aos alimentos e em alterar a padronização dos hábitos alimentares.

### **3. A QUESTÃO AGRÁRIA NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO**

Ao analisar a conformação do território do Distrito Federal, a partir do processo de ocupação das terras e do planejamento para a instalação de Brasília, é possível compreender como atuaram as forças hegemônicas do modelo capitalista na agricultura na apropriação da renda da terra e quais características foram imprimidas na região.

De todo modo, é importante destacar que a instalação do Distrito Federal e de Brasília na região não se inicia do nada. O historiador Paulo Bertran desconstrói o “mito das terras vazias de Goiás” ao demonstrar que Brasília foi construída dentro de uma das mais antigas regiões do estado de Goiás, situando-se em áreas que tiveram grande importância regional e nacional durante os ciclos da mineração e da pecuária.

Nesse sentido, o território do futuro Distrito Federal se constituiu a partir de rotas de circulação de mercadorias e pessoas que duraram mais de dois séculos (BERTRAN, 2011). Essa dinâmica de território de circulação, com uma população esparsa, refletiu em uma organização territorial de um quadro fundiário com

predominância de latifúndios e ao apossamento e apropriação indevida de terras. Em 1955, existiam 103 fazendas de criação extensiva de gado na região onde se instalaria o DF (BOTELHO FILHO, 2001).

A criação de Brasília em 1960 e sua localização no centro do país estiveram associadas a muitos outros fatores além da formação de um novo centro político nacional. Desde o período do Estado Novo (1937 – 1945) do Governo de Getúlio Vargas, na execução do projeto da Marcha para o Oeste, havia a intenção de desenvolver a região Oeste do Brasil, a partir da ocupação de áreas pouco habitadas do Planalto Central e articulação de meios de transporte, como a criação de ferrovias que abrissem a região para fomentar a produção nacional (PADUA, 2007). O projeto seguiu com a II Marcha para o Oeste durante o governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), culminando com a construção de Brasília e atendendo aos interesses de unificar as macrorregiões do país, expandir a fronteira econômica para o interior e incentivar a urbanização e a industrialização do interior do país (SCHIMIDT, 1985).

De acordo com Botelho Filho (2001), Brasília era um marco simbólico de um governo desenvolvimentista, caracterizada como um símbolo visível para todos e habitando o imaginário coletivo de desenvolvimento das áreas do interior do país com integração econômica, social e política entre as regiões. Mello (2015) afirma que esse destaque foi forjado sob argumentos da noção de modernidade, os quais evidenciavam a necessidade de uma intervenção em âmbito nacional para superar a ideia cultivada da região central do Brasil ser atrasada.

Dessa forma, a instituição do Distrito Federal e transferência da capital federal para a região central do país em 1960, no território do estado de Goiás, trouxe profundas alterações econômicas e políticas para a região, principalmente em relação ao aumento do fluxo migratório, abertura de estradas, expansão do mercado e ocupação de novas terras (PESSOA, 1999).

Conforme mencionado no primeiro capítulo, o setor agropecuário teve um papel importante como fonte de transferência de recursos para o projeto de industrialização em curso nesse período. Assim, a expansão da fronteira agrícola para as regiões Centro e Norte do país foi possível devido à expansão da malha rodoviária e a instalação da indústria automotiva nacional no período do Governo JK, o que favoreceu o transporte de carga agrícola e o aumento da produção agrícola no modelo extensivo (BESKOW, 1999).

Outro pólo dessa dinâmica foi o processo migratório para o Distrito Federal, sobretudo de pessoas oriundas dos estados do Nordeste, Goiás e Minas Gerais (PÁDUA, 2007), atraídas pela ampliação das ações do estado na nova capital e com a infraestrutura construída (BOTELHO FILHO, 2001). Para dar conta do projeto inédito de construir e inaugurar uma cidade em apenas três anos, as pessoas eram recrutadas pelo governo, como no envio de camponeses retirantes da seca nordestina, o pagamento aos proprietários de terras pela cessão de colonos e a busca de contingentes de trabalhadores de zonas pobres de estados do Nordeste e do norte de Minas (LOPES, 1996). De acordo com o autor, os dados do Censo do IBGE de 1957 retratam que o estado com maior número de mão-de-obra migrante nesse período foi Goiás, seguido por Minas Gerais, São Paulo e os estados do Nordeste. Em 1958, cerca de 52% dos trabalhadores que se destinavam ao DF eram de Goiás, 17,25% de Minas Gerais e 14,40% dos estados do Nordeste (LOPES, 1996).

Os estudos de Reis Júnior (2008) sobre os documentos de história oral com os trabalhadores que participaram da construção de Brasília, demonstram que a maioria destes possuíam trajetórias de vida de origem camponesa e trabalho com a terra.

Diante desse quadro de um contingente de migrantes que se fixavam na região e da necessidade de expandir a acumulação capitalista no campo em curso e com as medidas incentivadoras do Estado, é que se gestam as bases da Questão Agrária no DF.

### **3.1. O PLANEJAMENTO DA OCUPAÇÃO DAS ÁREAS RURAIS DO DF**

O planejamento para a ocupação do Distrito Federal previa que toda a sua área seria desapropriada, sendo que apenas as áreas destinadas à ocupação urbana poderiam ser transmitidas a particulares (BOTELHO FILHO, 2001). As áreas desapropriadas seriam incorporadas à NOVACAP (Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil), conferindo ao Estado o controle sobre o planejamento territorial do DF, tendo o poder de planejar o uso e ocupação das terras, assim como parcelá-las, comercializá-las e arrendá-las a terceiros (MOURA FILHO, 2016).

A especificidade da ocupação das terras no DF foi a introdução do sistema de arrendamento, com a desapropriação das terras pertencentes aos antigos proprietários. Dessa forma o proprietário das terras seria o governo e o arrendatário alugaria a terra por um tempo determinado e por um preço fixo, assumindo todos os riscos relativos ao seu empreendimento (BRUNO, 1976).

Na época da transferência da Capital para Brasília, foi elaborado pelo Conselho Coordenador de Abastecimento (CCA), órgão responsável pelo direcionamento da política de abastecimento do país, o “Relatório para ordenação de Linhas Gerais de Implantação de um Sistema de Abastecimento em Brasília”. Desse planejamento destaca-se o papel do Estado como controlador e idealizador de todas as ações em relação às terras rurais e constituição de um sistema de abastecimento que deveria ter como unidade básica a agricultura local, a qual deveria ser organizada através da criação da Unidade Sócio Econômica Rural<sup>28</sup> (USER). No planejamento a USER deveria conter estruturas de apoio aos agricultores, como mercado de fomento à produção e estruturas sociais, como posto de saúde, escola, núcleo residencial, áreas de lazer.

No planejamento inicial foram pensados vários núcleos de produção com lotes de tamanhos variáveis. Os lotes mais próximos a Brasília deveriam ter até 4 ha e seriam destinados à produção de hortaliças. Os lotes situados a uma distância intermediária teriam entre 20 a 50 ha e seriam destinados à produção de frutas. Já os lotes mais distantes, com área de 50 a 120 ha desenvolveriam atividades de produção de grãos e criação de animais (PÉBAYLE 1971, apud BOTELHO, 2001).

Esse primeiro momento da ocupação do DF teve um direcionamento para a constituição de pequenas propriedades, que para Maciel (2006) se deu pela inexistência nesse período de tecnologias apropriadas para a exploração intensiva em grandes áreas no Cerrado.

Porém, apesar dos critérios de seleção para o arrendamento privilegiarem a condição de agricultor<sup>29</sup>, a divisão de terras em pequenos lotes para serem arrendados por produtores de pequeno porte não trouxe avanços para a produção agrícola camponesa no DF (MACIEL, 2006; FIGUEIREDO, 1979). Muitos desses agricultores não dispunham de condições econômicas efetivas para exploração das áreas e nem receberam apoio financeiro para tal, ademais suas culturas produtivas se diferenciavam daquelas esperadas pelo planejamento do projeto estatal em curso. Outro fator importante era a possibilidade imediata de assalariamento na construção civil e em atividades informais urbanas, tornando as zonas rurais apenas como espaços de moradia.

---

28 As USER's se transformariam depois nos Núcleos Rurais.

29 As concessões eram feitas a chefes de família, cuja experiência agrícola fosse comprovada, para um período de 30 anos.

Por fim, há ainda que se mencionar que parcela desses lotes foi entregue a funcionários públicos e comerciantes como atrativo para que estes se instalassem na nova capital, os quais as utilizavam como espaço de lazer. Botelho Filho (2001) os caracteriza como “doutores fazendeiros”, os quais possuíam outras atividades importantes e outras fontes de renda que não a agricultura.

A ausência de infraestrutura e de tecnologias apropriadas fizeram com que a principal característica do uso das terras nesse momento fosse para manter a reserva de terra e força de trabalho, e não como meio de produção capitalista (FIGUEIREDO, 1979).

Como forma de impulsionar a produção agrícola e em resposta às pressões por melhores condições de vida e trabalho<sup>30</sup> é determinada a criação de Núcleos Rurais para a produção hortigranjeira, produção agrícola em geral e pecuária através do Decreto nº 163 de 1962 (DISTRITO FEDERAL, 1962). Tais Núcleos possuíam áreas consideradas médias para região, variando entre 2 a 400 hectares dependendo do tipo de cultura e da região em que foi implementado, e deveriam contar com infraestrutura de comercialização e assistência técnica, o que na realidade não se efetivou (FIGUEIREDO, 1979).

Em 1970 surgem outras formas de acesso à terra, através das categorias de Colônias Agrícolas e Áreas Isoladas. As Colônias Agrícolas abarcavam projetos de terras distribuídas pelo Estado, com áreas menores (entre 2 e 4 ha) e sem a infraestrutura planejada como nos Núcleos Rurais, tendo como principal função a reserva de mão-de-obra para os grandes empreendimentos agropecuários (MACIEL, 2006). Já as Áreas Isoladas tinham tamanhos variados e tinham por finalidade legalizar a situação dos lotes irregulares fora das áreas dos Núcleos e Colônias.

Em 1971, o Governo do DF lança o Plano Agropecuário do DF para o período de 1971-1973, o qual previa uma racionalização de esforços para aumentar o produto interno da agropecuária e a oferta local de produtos alimentícios. Entre as medidas para se alcançar esses objetivos estava a assistência técnica, crédito rural e incremento da produtividade, reforçando a implantação de uma agricultura capitalista no DF. O plano como um todo não foi implementado, o crédito rural continuou inacessível para o

---

30 Segundo o Jornal Correio Braziliense de novembro de 1963, mais de 2000 lavradores foram ao Palácio do Governo exigir providências para a melhoria das condições de vida e trabalho dos produtores agrícolas.

pequeno produtor, poucas obras de infraestrutura se concretizaram e a extensão rural continuou inoperante (FIGUEIREDO, 1979).

Com a desaceleração do ritmo das construções civis na cidade, os trabalhadores migrantes, a maioria com grande experiência com o trabalho na terra devido às suas origens, passaram a arrendar os lotes nos núcleos rurais (BRUNO, 1976). Esse movimento de expulsão dos trabalhadores dos núcleos urbanos para os núcleos rurais não alterou o quadro da ocupação das terras do DF. Os pequenos agricultores, desprovidos de capital, não conseguiam manter as exigências determinadas pelo sistema de arrendamento, de pagamento da terra e produtividade agrícola.

Dessa forma, era alto o nível de inadimplência dos arrendatários (cerca de 40%), o que levou a um movimento de abandono e venda de lotes como alternativa para aqueles que não conseguiam garantir as condições impostas (BRUNO, 1976; ROCHA, 1992). Esse quadro gerou novas políticas de acesso às terras, entre elas o Decreto nº 2739 de 16/10/74, que tinha a finalidade de dinamizar a exploração dos lotes rurais trazendo novas modificações, como a exigência que o proponente arrendatário comprovasse sua capacidade econômica para exploração do lote e a não fixação do tamanho dos lotes (DISTRITO FEDERAL, 1974). Essa nova política foi decisiva para a consolidação de um quadro de concentração fundiária e estruturação do modelo de agricultura de monocultura, assim como reforçou a exclusão dos pequenos agricultores e trabalhadores sem-terra do acesso ao crédito rural e a um pedaço de terra.

### **3.2. A INSERÇÃO DA AGRICULTURA CAPITALISTA NO DF E AS CONSEQUÊNCIAS PARA O ABASTECIMENTO ALIMENTAR**

No plano de inserção de capital e tecnologia para constituir uma agricultura tida como moderna e impulsionar o desenvolvimento agrícola sobre esses parâmetros, sobretudo na região Centro Oeste, alguns fatores eram considerados como entraves, como fatores naturais do Bioma Cerrado.

Para os padrões de produtividade da agricultura moderna os solos do Cerrado eram considerados pobres em fertilidade, com elevada saturação de alumínio e carência de cálcio e as chuvas, embora em quantidades satisfatórias, eram mal distribuídas

durante o ano e com ocorrência de veranicos durante o período produtivo de alguns cultivos.

Dentro dessa perspectiva de romper com essas barreiras para a inserção do capital e desenvolvimento agrícola e tecnológico da região Centro Oeste, foram lançadas diversas políticas e programas direcionados a essa região, com destaque para o POLOCENTRO e o PRODECER. Esse foi o período de maior intervenção dos Governos Militares direcionados à região Centro Oeste e que acarretaram em mudanças significativas na conformação agrária.

Uma das principais ações foi a criação e execução em 1975 do Programa de Desenvolvimento do Cerrado – POLOCENTRO<sup>31</sup>. Esse programa tinha como objetivo incorporar a região Centro-Oeste ao espaço econômico nacional, por meio da inserção de inovações tecnológicas e da produção agropecuária voltada para a exportação (OLIVEIRA, 2002; PIRES, 2000). O POLOCENTRO atuou como um agente de desenvolvimento da pesquisa agropecuária, investimento em infraestrutura e facilitação ao acesso ao crédito rural, sobretudo para médios e grandes estabelecimentos da Região Centro-Oeste (FIGUEIREDO; TRIGUEIRO, 1986).

No entanto, essa mesma configuração de constituição de pólos de desenvolvimento que se expandiria para os espaços circunvizinhos poderia afetar as funções atribuídas à nova capital, Brasília. Para isso, foi elaborado o Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília, visando o controle da ocupação do território do Distrito Federal e dos municípios vizinhos.

O Programa da Região Geoeconômica de Brasília tinha como objetivos a ocupação econômica de espaços vazios e a recuperação de áreas estagnadas no âmbito socioeconômico. Para isso foram consideradas as áreas de maior potencialidade, identificadas no I PND quando foi instituído um grupo de estudos sobre essa região, as quais compreendiam o agrupamento dos municípios do entorno articulados em seis eixos: Ceres-Anápolis, Área de Influência das BR's 040 e 060, Vale do Paracatu, Vale do Paranã, Área de Mineração e Distrito Federal (Figura 6).

---

31 O POLOCENTRO foi executado no âmbito do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979).





Figura 5. Localização da Região Geoeconômica de Brasília.

Fonte: MULLER, 1987.

Em relação à modernização agropecuária, o programa pretendia desenvolver o entorno do DF tendo Brasília como a cidade pólo central, por meio da qual se desenvolveria uma relação de co-evolução com a agricultura dos municípios vizinhos, ou seja, o estímulo do mercado consumidor de Brasília se irradiaria pela região expandindo e modernizando a agropecuária (MULLER, 1987). O programa também fazia parte de um processo de amenizar a pressão do fluxo migratório para Brasília a partir da absorção dessa mão-de-obra em regiões próximas ao DF. Para atingir os objetivos estava previsto o desenvolvimento de infraestrutura de transporte e armazenagem, expansão do crédito e inserção de inovações tecnológicas.

Ainda no âmbito do POLOCENTRO, esse movimento da expansão da fronteira da produção agrícola também ocorre no Distrito Federal, com a adoção de políticas específicas para manter a característica moderna e as funções políticas e administrativas da capital. A lógica que vinha se desenhando de que o acesso à terra deveria se limitar somente àqueles que tivessem experiência, aptidão agrícola e capacidade econômica comprovadas, imprimiram características específicas ao desenvolvimento da agricultura e consolidação da entrada do capital de fora nas terras do DF.

Nesse contexto está a criação e fortalecimento de instituições de pesquisa, que tinham por objetivo desenvolver técnicas de cultivo e variedades de plantas que fossem adaptadas ao solo e ao clima do Cerrado. Entre essas destacam-se a criação do Centro

de Pesquisa Agropecuária dos Cerrados (CPAC) ligado à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA); a criação de Escritórios Técnicos Agrícolas (ETA) a partir de convênios entre Brasil e Estados Unidos; e a criação de 04 Granjas Modelo, as quais eram denominadas Tamanduá, Ipê, Torto e Riacho Fundo (SÁ & SOUSA, 2014; MATSUURA, 2008).

Na expansão dessa dinâmica da agricultura capitalista no DF está a criação do Programa de Assentamento Dirigido do Distrito Federal (PAD-DF) em 1977. Esse programa trouxe modificações para o acesso ao financiamento, permitindo como critérios para acesso aos créditos a utilização de títulos de propriedades em outras regiões do país (BOTELHO FILHO, 2001). Nessa modalidade, o GDF permaneceu com a propriedade da terra, vigorando o sistema de Concessão de Uso.

Esse fato aumentou a concentração dos meios de produção e sobretudo da concentração fundiária que já vinha se intensificando desde que o acesso ao arrendamento de terras do DF exigiu a comprovação de condições econômicas para tal, aumentando as diferenças existentes entre os grupos sociais envolvidos nas atividades agrícolas no DF.

Por essa razão, o PAD-DF pode ser considerado como um programa de governo elaborado para facilitar o deslocamento de empresários rurais para o DF a fim de desenvolver uma agricultura moderna. Dirigiram-se para o PAD-DF principalmente migrantes da região Sul do país, com a característica de serem proprietários de terra, arrendatários e comerciantes (FIGUEIREDO, 1979). Segundo Rocha (1992) a escolha desse público se deu pela vivência com o cooperativismo<sup>32</sup>, além da experiência acumulada no uso de fatores de produção modernos e a disponibilidade imediata de capital inicial investido em maquinário agrícola. Características essas bem diferentes de grupos de trabalhadores rurais que buscaram as áreas de expansão de fronteiras agrícolas em busca de terra e trabalho.

Para a instalação do projeto foram criadas 6 subáreas com cerca de 150 módulos medindo cerca de 300 ha cada um – para justificar o investimento com colhedoras e pivôs centrais - e mais 4 núcleos residenciais com módulos de 1 ha. O Programa abrangeu uma área de 61.000 hectares na atual Região Administrativa do Paranoá, tendo

---

32 Segundo Rocha (1992) o desenvolvimento do cooperativismo fazia parte do planejamento do PAD-DF, sendo prevista a atuação de uma cooperativa integrada ao programa com a função de ser um pólo irradiador de tecnologia, além de intermediar as relações do Estado e do Capital, tanto comercial quanto industrial, com os agricultores instalados.

suas áreas distribuídas para o plantio de cereais, cultivo de hortifrutigranjeiros, bovinocultura e avicultura.

Rocha (1992) faz referência a três características básicas do projeto do PAD-DF que coincidem com as premissas do modelo norteador do processo de inserção do capital na agricultura no restante do país. A primeira foi a participação direta do Estado como responsável pela infraestrutura de suporte à produção, armazenamento e escoamento (redes viárias, eletrificação, serviços básicos nas agrovilas locais), bem como pelo sistema de crédito bancário subsidiado. A segunda característica se dá pela participação do capital privado. E a terceira é a exclusão ou subordinação da pequena produção ao capital. Acrescenta-se ainda uma quarta característica que é a produção voltada para a exportação.

O êxito do PAD-DF seu deu a partir da implantação do Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER), em 1979, que se diferenciou dos outros programas pela ocupação do Cerrado com bases técnicas e gerenciais voltadas para a produção de grãos, principalmente a soja (INOCENCIO; CALAÇA, 2009). Esse foi um movimento considerável de reestruturação do território do bioma Cerrado por meio da inserção de cultivos que fossem mais rentáveis (soja, milho, algodão, etc.) e que pudessem atender às demandas do mercado externo.

O mapa de uso do solo do DF de 1984 (figura 7) mostra um crescimento expressivo da área agrícola (representada em amarelo claro) em 10 anos, passando de 6,06% em 1974 para 20,80%, sobretudo na porção leste do DF onde se instalou o PAD-DF.

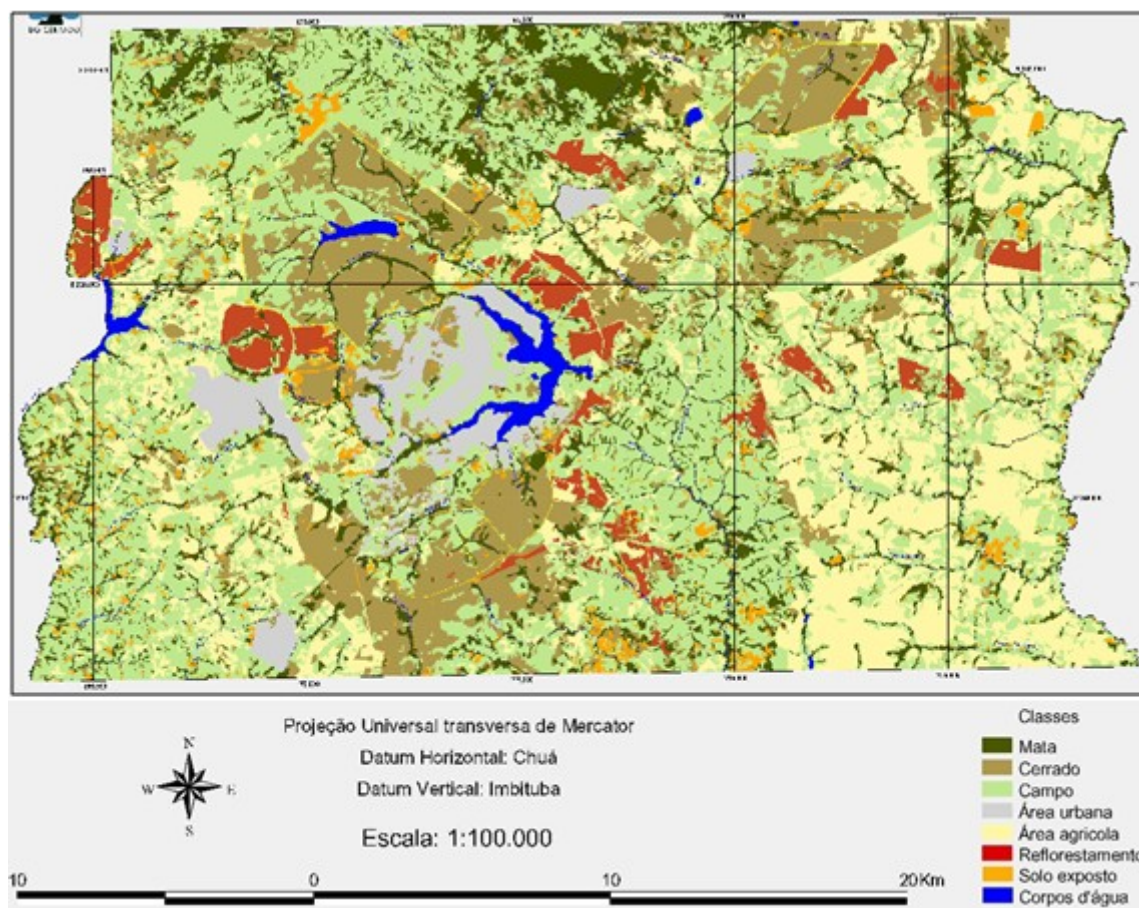


Figura 6. Mapa de uso do solo no DF – 1984.

Fonte: UNESCO, 2002.

As manchas em cinza representam as áreas urbanas, que nesse período representavam 3,68% da área do DF. Observa-se o crescimento das áreas em torno do Plano Piloto e das cidades satélites de Taguatinga e Ceilândia, devido o constante afluxo de migrantes para o DF. As áreas em vermelho, caracterizadas como reflorestamento, foram criadas para plantios de árvores exóticas a fim de controlar a expansão urbana, atuando como uma verdadeira barreira (MOURA FILHO, 2016).

O DF tinha um sistema fundiário atípico, caracterizado pela grande propriedade pública e o arrendamento de grande parte de suas terras, mas com expressiva concentração fundiária e exclusão das camadas mais pobres ao acesso à terra. O resultado foi a expansão irregular nas áreas rurais e o inchamento das cidades satélites. (BOTELHO FILHO, 2001).

Nesse contexto, surge em 1986 os Combinados Agro Urbanos (CAUB), os quais tinham como proposta resolver os problemas urbanos decorrentes dessa população excedente e desempregada. Para Botelho Filho (2001), esse projeto caracterizou-se na

verdade um sistema de assentamento da população sobrando com finalidades apenas urbanas.

O projeto visava uma integração do loteamento rural às nucleações urbanas, com níveis de serviços diversos, como uma forma de somar os benefícios advindos da exploração rural às vantagens de ordem social e econômica da área urbana.

A proposta foi implantada nas áreas públicas das granjas do Ipê e Riacho Fundo, por meio da criação de agrovilas em que o acesso à terra seria feito por meio de concessão de uso. Segundo Dourado (2011), estima-se que as 100 vagas existentes na sua implantação foram disputadas por aproximadamente 3 mil pessoas. O projeto era composto por lotes de 1000m<sup>2</sup> e chácaras de 6 ha (lote rural) e visava inicialmente a exploração econômica com soja e plantio de cítricos (laranjas) na maior parte da propriedade e outras lavouras de subsistência na área restante.

O mapa de uso do solo de 1998 apresenta um aumento considerável da área urbana (6,57%) e da área agrícola (46,33%) no DF (figura 8). Neste período vigorava o governo distrital de Joaquim Roriz, que desde o seu primeiro governo em 1988, promoveu programas voltados à redução da demanda habitacional distribuindo lotes semiurbanos para erradicação de favelas (MACIEL, 2006; BOTELHO FILHO, 2001). A principal política do governo Roriz era o assentamento de migrantes rurais que invadiam o plano piloto em áreas rurais, as quais se tornaram cidades em um curto espaço de tempo, caracterizadas pela ausência de serviços básicos e de infraestrutura social.

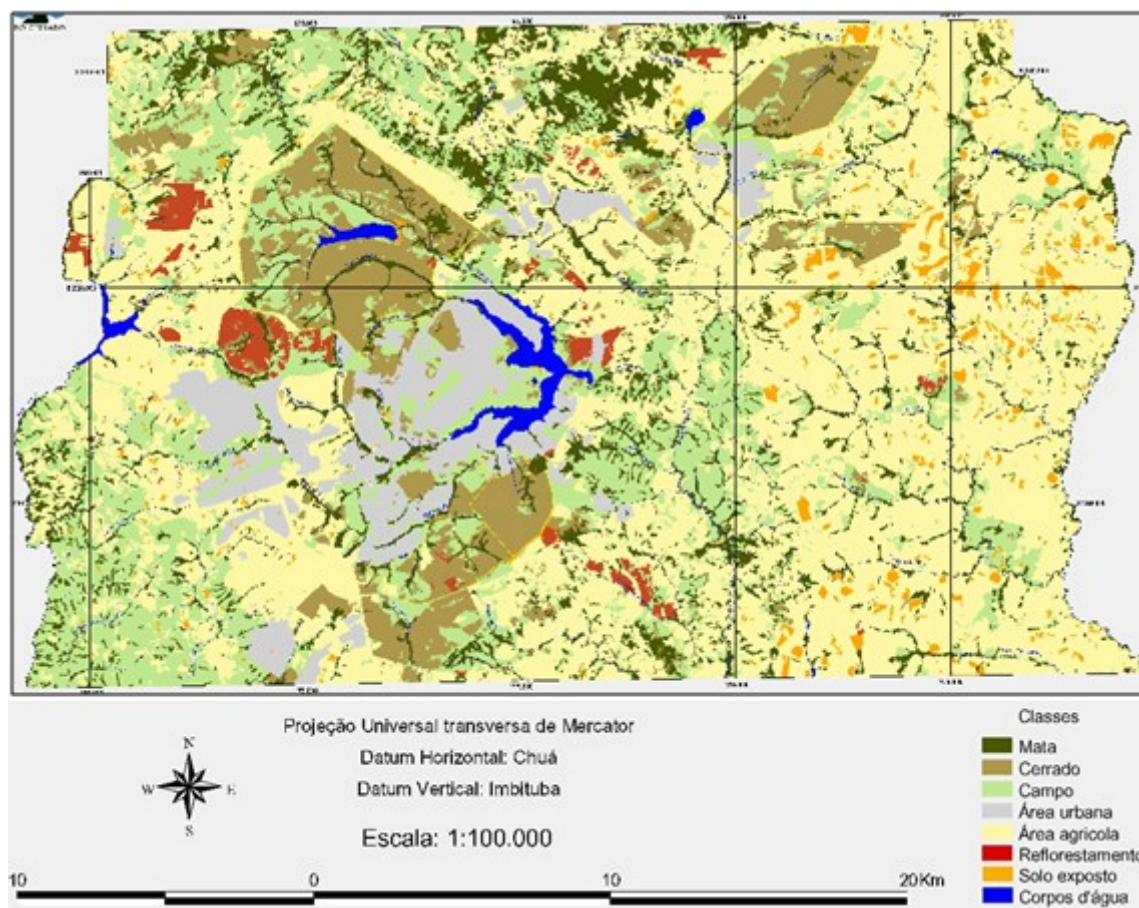


Figura 7. Mapa de uso do solo no DF – 1998.

Fonte: UNESCO, 2002.

No ano 2000, durante o terceiro governo de Joaquim Roriz, a Câmara Distrital aprovou a Lei nº 2689/2001, a qual permitiu a alienação e concessão do direito real de uso de terras públicas que estavam ocupadas pelos arrendatários (DISTRITO FEDERAL, 2001). Para Maciel (2006) e Botelho Filho (2001) esse processo consolidou a privatização das terras rurais públicas no DF, levando à especulação e a acumulação primitiva que ocorre na busca dos títulos de propriedade de terra.

O mapa de uso do solo e vegetação do DF do ano de 2001 (figura 9) mostra que a área agrícola aumentou para 47,41% e que a área urbana para 7,39%, além de uma diminuição considerável de áreas de Cerrado e Mata (19,72%). Áreas que antes eram agrícolas tornaram-se áreas urbanas, como é o caso de São Sebastião, Lago Oeste, Varjão, Riacho Fundo 2 e condomínios horizontais ao redor do Lago Sul e Norte, Planaltina e Paranoá.



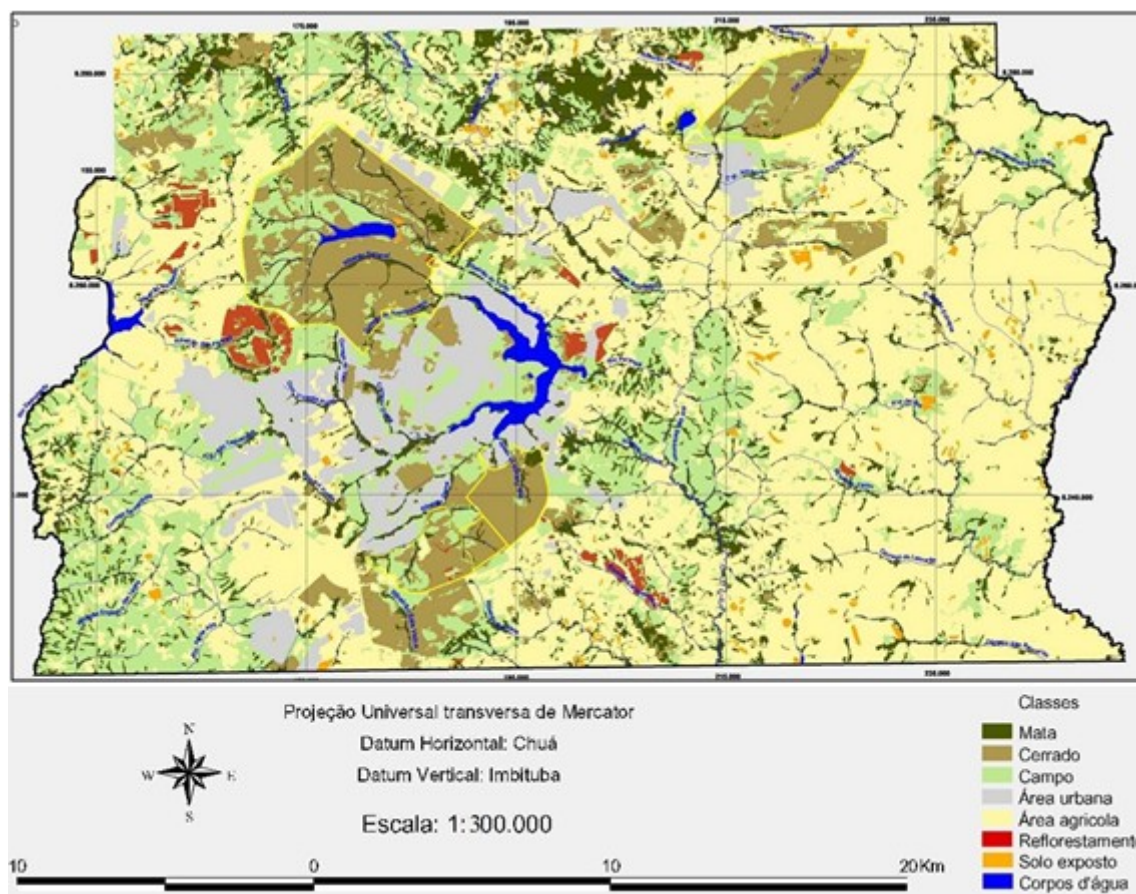


Figura 8. Mapa de uso do solo no DF - 2001.

Fonte: UNESCO, 2002.

O crescimento da área agrícola esteve diretamente relacionado com a crescente concentração de terras no Distrito Federal, o que pode ser verificado pela evolução do Índice de Gini<sup>33</sup> para concentração fundiária (tabela 5).

Tabela 5. Índice de Gini para concentração fundiária no Distrito Federal.

Ano				
1970	1975	1985	1995	2006
0,794	0,780	0,767	0,801	0,818

Fonte: IBGE, 2006.

A tabela 6 apresenta o número e respectiva área dos estabelecimentos rurais destinada à agropecuária no DF. Observa-se que os grupos acima de 100 ha, apesar de ter menor número de estabelecimentos – 483 estabelecimentos – em relação ao grupo com menos de 100 ha – 3.470 estabelecimento, ocupam uma área de 77,66% maior em relação aos demais.

<sup>33</sup> O Índice de Gini é um indicador da desigualdade social que varia de 0 a 1. Quanto mais perto do número 1, maior é a desigualdade social.

Tabela 6. Número e área dos estabelecimentos agropecuários do DF de acordo com grupo de área

Grupos de área total (ha)	Número de estabelecimentos	Área (ha)
Menos de 10	2.038	8.379
De 10 a menos de 100	1.432	47.753
De 100 a menos de 1000	453	129.814
De 1000 e mais	30	65.374
<b>Total</b>	<b>3.955</b>	<b>251.320</b>

Fonte: IBGE, 2006.

A figura 10 apresenta a distribuição do uso do solo no Distrito Federal em 2015, onde cabe destacar a espacialização localizada da grande agricultura na porção leste do Distrito Federal.

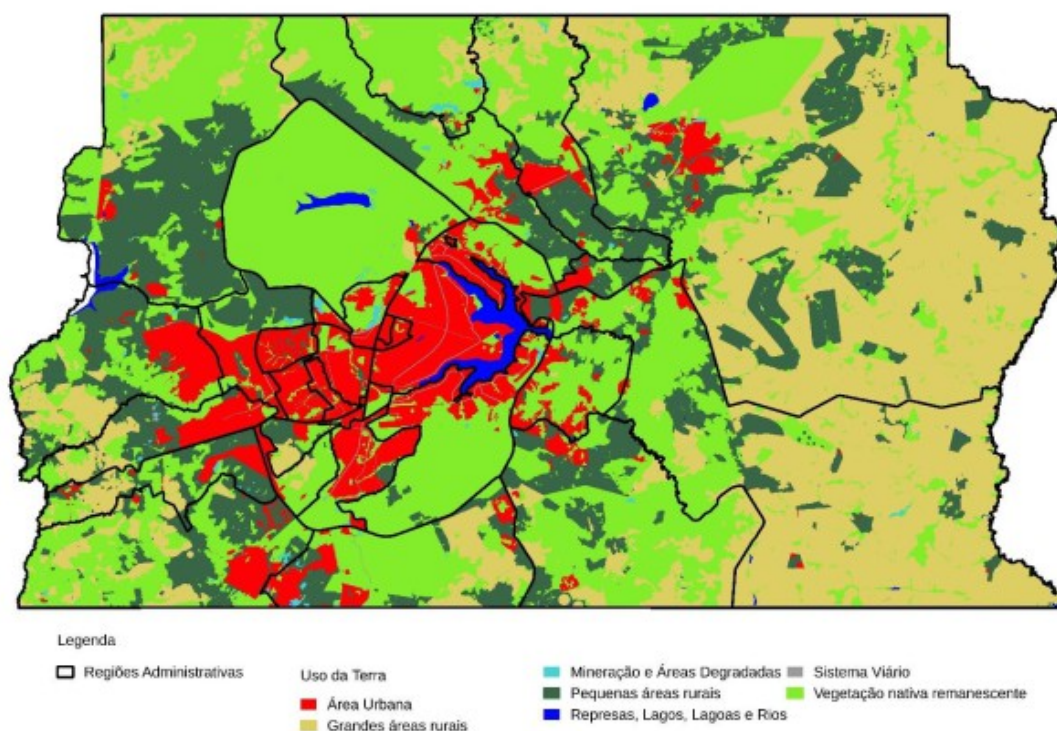


Figura 9. Uso da terra no Distrito Federal.

Fonte: CODEPLAN, 2015.

Quando separados por categorias de agricultura familiar e não familiar, os dados revelam a predominância do setor patronal e a consequente concentração de terra no Distrito Federal (tabela 7)



Tabela 7. Número de estabelecimentos e área por modalidade de agricultura no DF.

Modalidade de agricultura	Número de estabelecimentos	Área (ha)	Área média dos estabelecimentos (ha/estab)
Familiar	1.824	10.867,20	6,0
Não Familiar	2.131	240.452,60	112,8

Fonte: IBGE, 2006; CODEPLAN, 2015.

A figura 11 apresenta a distribuição das glebas rurais dentro do Distrito Federal, onde pode se observar concentração das áreas rurais principalmente na região de Planaltina e Paranoá, com uma área respectiva de 73.510,02 ha e 34.306,57 ha, totalizando 107 mil ha, o que irá refletir na alta produção agropecuária dessa região do DF.



Figura 10. Distribuição das glebas rurais no DF (em vermelho).

Fonte: DISTRITO FEDERAL, 2012.

Em relação à produção agropecuária, dados obtidos pela EMATER-DF relativos ao ano de 2017 (tabela 8), revelam que as grandes culturas (café, milho, feijão, soja, sorgo, trigo, outras) ocupam uma área de 140 mil ha, ou seja, 93% maior que a área de produção de hortaliças e fruticultura (EMATER, 2017). Os dados mostram ainda que as Regiões Administrativas de Planaltina e Paranoá participaram com 96% da produção (em ton) desses itens das grandes culturas no DF, caracterizando uma intensificação da agropecuária nessa região. Além disso, o destino da grande produção agropecuária está

relacionado com a pauta nacional de exportações do agronegócio, na qual no ano de 2017 cerca de 40% da soja produzida no DF foi exportada (MDIC, 2018).

Tabela 8. Área e produção de grandes culturas, hortaliças e fruticultura no Distrito Federal.

<b>Culturas</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>Produção (ton)</b>
Grandes Culturas	140.576,22	803.725,21
Hortaliças	8.646,70	233.186,26
Fruticultura	1.561,58	37.174,08

Fonte: EMATER-DF, 2017.

No que se refere à produção animal a tabela 9 apresenta os dados de criação de bovinos, suínos, ovinos, caprinos e aves no ano de 2017.

Tabela 9. Produção animal no Distrito Federal.

<b>Produção</b>	<b>Plantel (cab)</b>	<b>Produção de carne (KG)</b>	<b>Produção de leite (L)</b>	<b>Produção de ovos (DZ)</b>
Bovinos	93.141	3.424.594	27.541.988	-
Suínos	269.579	19.087.603	-	-
Ovinos	15.413	209.608	-	-
Caprinos	2.287	25.524	124.084	-
Coelhos	2.095	2.515	-	-
Aves	55.915.059	112.502.940	-	26.060.526

Fonte: EMATER-DF, 2017.

De acordo com os dados do Censo Agropecuário de 2006, o número de pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários cresceu 306% entre 1970 e 2006, enquanto que o número de tratores cresceu 925% no mesmo período (IBGE, 2006). Esses dados podem indicar um aumento na tecnificação agropecuária na região.

No âmbito da Região Geoeconômica<sup>34</sup> do DF esses dados de produção agropecuária são ainda mais expressivos, onde o avanço do agronegócio está em intensa expansão desde os anos de 1990 (MIRAGAYA *et al.*, 2013). O crescimento da produção de grãos na região entre 1990 e 2011 foi de 1.036,6%, mais que o dobro do

<sup>34</sup> Considera-se como Região Geoeconômica de Brasília as microrregiões geográficas (MRG) que possuem a maioria de seus municípios polarizados por Brasília, conforme indicado no estudo do IBGE sobre as Regiões de Influência das Cidades, as quais são: no DF, a MRG de Brasília; em Goiás, as MRGs Entorno de Brasília, Chapada dos Veadeiros e Vão do Paranã; em Minas Gerais, as MRGs de Unaí e Paracatu; na Bahia, as MRGs de Barreiras, Cotegipe e Santa Maria da Vitória; e em Tocantins, a MRG de Dianópolis.

crescimento na região Centro-Oeste (417,2%) e quase seis vezes o crescimento do Brasil (184,7%).

Da mesma forma que se observa na produção nacional, se considerados os dois principais grãos produzidos no Brasil, soja e milho, a participação somada de ambos correspondeu em 2011 a 78,8% do total de grãos produzidas na região Geoeconômica. No período de 1990 a 2011 a produção de milho cresceu na região em 1.213,4%, saindo de 306 mil toneladas para 4,02 milhões, ao passo que a produção de soja cresceu 922,0% saltando de 614 mil toneladas para 6,28 milhões (MIRAGAYA *et al.*, 2013).

Dados de 2011 já demonstram a participação na produção nacional de grãos da Região Geoeconômica de Brasília, tendo respondido por 8,1% do total produzido, percentual semelhante observado na produção de soja (8,4%) e de milho (7,2%). Embora na produção de arroz e de trigo sua participação oscile em torno de 1%, na produção de feijão (16,7%), sorgo (18,0%) e algodão (32,2%), sua participação alcança patamares muito elevados (MIRAGAYA *et al.*, 2013).

Diante desse quadro de produção do agronegócio nas regiões do Entorno do DF, fica evidente a estratégia do setor em relação a essa região, que perpassa pelo aumento de investimentos do setor e projeto de consolidação da grande produção de grãos no território. Assim, os dados de produção agropecuária tanto do DF quanto do seu entorno demonstram que o desenvolvimento agrícola na região permanece voltado para as grandes empresas, a partir da permanência e fortalecimento do modelo da produção de monocultura, em grande extensão e voltado para exportação.

A intensificação agropecuária no DF, baseada no modelo da agricultura empresarial, passou a exigir cada vez mais insumos externos e grandes áreas para garantir o padrão de produção e a margem de lucro dos empresários capitalistas. As consequências foram o aumento da concentração fundiária, a exclusão dos agricultores que não tinham o suporte para produzir nesse modelo, e no abastecimento alimentar da população do DF.

De acordo com Silva (2017), essa região se consolida como um importante espaço de controle do capital agrícola e imobiliário, a partir da geografia (territorial e política) que coloca Brasília como um centro moderno de circulação de capital, através do poder político. Essa centralidade é fundamental para a qualificação de operações financeiras nacionais e internacionais, tendo no auxílio da máquina estatal a vantagem necessária para a garantia das transações.

Mesmo com o pacto entre o agronegócio e a especulação imobiliária ser uma característica predominante na região, conforme atesta Silva (2017), tendo em vista que os dois setores necessitam de territórios para se expandir, a produção agropecuária no DF é pressionada para aumentar sua margem de lucro, correndo o risco de ter sua área destinada à outras finalidades que não as de produção, como é o caso do avanço das áreas urbanas sob antigas áreas rurais. Essa pressão vem trazendo como consequência diversos conflitos fundiários decorrentes da criação de condomínios horizontais irregulares, implantados tanto em terras não desapropriadas pela União, como em terras públicas por meio da prática de transferência de títulos de propriedade por meio da grilagem de terras.

Dessa forma, a dinâmica territorial de ocupação do espaço rural Distrito Federal vem sendo controlada pelos interesses do capital, destinando as áreas agrícolas do DF para dois fins: criação de condomínios urbanos de forma não planejada e a produção de *commodities* agrícolas para exportação (BOTELHO FILHO, 2001).

As consequências desse modelo de priorização da destinação das áreas rurais para produção de grandes culturas são fortemente refletidas na produção e distribuição de alimentos no Distrito Federal. Segundo informações da CEASA, apenas 22,43% das frutas, verduras e legumes consumidos no DF são produzidos aqui (CEASA, 2014). O restante vem de estados como Minas Gerais, Goiás e São Paulo.

Dados de comercialização, produção e consumo no DF de 2010, mostram que há um déficit na comercialização de frutas nacionais e hortaliças do tipo raiz tubérculos oriundos do DF. Do total de frutas nacionais e hortaliças raiz tubérculos comercializados no DF, apenas 6,1% e 19,5%, respectivamente, são produzidos na região.

Leda (2017) afirma que esse quadro se deve em alguns casos pela falta de planejamento da produção local para o abastecimento, em outros pela desvalorização dos produtos locais ou pela intensificação do consumo de produtos exóticos associados à consolidação das redes de grande varejo. Acrescenta-se ainda a desconstrução com consumo sazonal e de diversidade adequada às condições regionais.

Desse modo, a conformação da questão agrária no DF foi moldada por um modelo excludente e restritivo, imposto pelas características geopolíticas e estratégicas próprias do padrão de articulação do território nacional que foi implementado no interior do Brasil.

Ao desconsiderar a história do território do DF e das regiões vizinhas no período anterior à construção de Brasília pode se dizer que houve também a desestruturação regional que existia. Cidades vizinhas com características agrícolas e consideradas estagnadas sob o parâmetro modernizador, tornaram-se rapidamente núcleos urbanos com diversas funções, sobretudo de amparar a mão-de-obra migrante atraída pela construção de Brasília, mas que não tinha lugar na nova capital para constituir sua sociabilidade e obter uma melhor qualidade de vida.

Constituída por uma maioria expulsa pela modernização agropecuária da região Sul e Sudeste e da vida castigada na região Nordeste, os anseios dos migrantes camponeses entraram em conflito com os interesses dos grandes proprietários de terras e especuladores imobiliários no que diz respeito ao uso da terra.

O resultado desse processo foi o surgimento de novos bairros em antigas áreas rurais no entorno próximo de Brasília, a fim de abrigar milhares de pessoas impedidas de morar na capital, sem nenhum comprometimento do Poder Público com a ocupação ordenada do solo.

Nesse sentido, a negação da promoção de uma redistribuição justa de terras e o aumento populacional sem um planejamento para a oferta adequada de moradia e de infraestrutura social são elementos que inviabilizam também as condições para o abastecimento alimentar da população, tendo em vista a expulsão das pessoas para lugares cada vez mais distantes e por vezes desprovidos do acesso às necessidades básicas, tais como água, energia, saneamento, condições de locomoção, entre outras.

Esse quadro de desigualdade social vai refletir na forma como as pessoas tem acesso a alimentos, tanto em relação ao local, quanto ao tipo de alimento consumido. Dessa forma, cabe refletir quais são as possibilidades de constituir redes de abastecimento alimentar que compreendam essa dimensão de exclusão social e o lugar que a alimentação ocupa no imaginário da população, a fim de conectar uma dimensão de desenvolvimento rural regional com o abastecimento alimentar e a garantia de melhores condições de vida.

#### 4. A AGRICULTURA CAMPONESA NO CONTEXTO AGROALIMENTAR

A especialização da produção agrícola atrelada às grandes empresas do setor alimentício juntamente com a homogeneização dos produtos in natura e o consequente afinamento da alimentação da população brasileira tratados nos capítulos anteriores, são resultados de uma dinâmica de estiolamento das práticas e hábitos alimentares tradicionais e, por consequência, do enfraquecimento dos setores do campo envolvidos com a produção diversificada de alimentos. Outro resultado desse processo tem sido o fortalecimento do oligopólio supermercadista que difunde um tipo de comida mercadoria apenas para atender aos interesses da indústria alimentícia.

Nesse sentido, o projeto de modernização da agricultura brasileira nunca teve o interesse de associar o desenvolvimento da agricultura camponesa com o abastecimento de alimentos na cidade, minando as possibilidades do desenvolvimento rural.

No entanto, o predomínio fundiário da agricultura empresarial no Brasil é contrastado pelo predomínio demográfico<sup>35</sup> da pequena agricultura (IPEA, 2011). Ou seja, considerando o regime de atividade e de trabalho da maioria da população rural, verifica-se que é a pequena agricultura que caracteriza a agricultura brasileira. A qual, apesar da relação conflituosa com a hegemonia do agronegócio, continua resistindo e tecendo um contraponto na construção de um sistema agroalimentar com soberania e justiça social.

A agricultura camponesa possui traços característicos e específicos de organizar o modo de vida e o sistema produtivo, distintos do modelo dominante no campo. Ploeg (2008) define esses traços específicos a partir do uso sustentado do capital ecológico, da produção voltada primeiramente para a reprodução da unidade agrícola e da família e posteriormente para o mercado, e a busca por melhorias nas condições de vida.

Para fins de delimitação, será compreendido neste trabalho o conceito de campesinato como uma forma social baseada na centralidade da relação de trabalho familiar na organização da produção e na constituição do seu modo de vida e nas formas<sup>36</sup> de acesso à terra, como posseiro, parceiro, foreiro, pequeno proprietário (MARQUES, 2008). É importante destacar que não faz parte do objetivo deste trabalho a discussão sobre os conceitos de agricultura camponesa e atualidade deste conceito, mas sim como esta se conforma no cenário brasileiro.

---

<sup>35</sup> Distribuída em apenas  $\frac{1}{4}$  da área agropecuária do país, a agricultura familiar representa 84,4% dos estabelecimentos agropecuários.

A centralidade na garantia da reprodução social da família acentua as características de ser uma agricultura com utilização de mão de obra familiar, com a perspectiva de que todo o trabalho e investimento realizado na unidade de produção possam ser transmitidos às gerações seguintes, e com uma destinada importância à pluriatividade (WOORTMANN, 2009).

Muitos autores caracterizam a agricultura camponesa como de subsistência, ou seja, aquela agricultura baseada na necessidade de sobrevivência imediata, sem vincular suas estratégias produtivas ao projeto do futuro da família (WANDERLEY, 1996). Wanderley (1996) acentua que a característica de subsistência até pode estar presente no modo de vida camponês, mas que este não se reduz a isto, tendo em vista o desejo pela conservação e crescimento do patrimônio e a reprodução social da família. Mendonça e Thomaz Júnior (2011) acrescentam ainda que é característica camponesa a agricultura da abundância, se dedicando à produção de bens essenciais à existência, priorizando “a mesa farta, o paiol cheio, porcos no chiqueiro, leite e derivados etc.” (p. 25). Ou seja, mesmo dispondo de meios mais escassos para investimentos, ela consegue explorar de forma eficiente os recursos disponíveis.

Contudo, é necessário ressaltar que essas especificidades camponesas se dão em um contexto adverso de relações de dependência e marginalização desses sujeitos, tendo em vista que a conformação do campesinato brasileiro se deu em meio à predominância do modo de produção capitalista e expressa na extração do lucro, exploração do trabalho e artificialização da natureza. Além das consequências estruturais, essa dominação capitalista no campo propaga a ideia de que os modelos de produção camponeses são uma negação da modernidade e, portanto, atrasados e ultrapassados. Além do mais, a agricultura camponesa precisa disputar constantemente com o agronegócio recursos, políticas, concepções e sobretudo a ocupação do espaço (GOMES; GOMES JÚNIOR, 2014).

Apesar do campesinato brasileiro ter sido constituído dentro das relações capitalistas, Oliveira (1991) destaca que esse é um processo contraditório de criação e recriação como forma de contestação à lógica hegemônica estabelecida na agricultura, sendo o camponês produto e negação do capitalismo no campo ao mesmo tempo. Ou

---

36 Será abarcado no conceito de campesinato utilizado neste trabalho a categoria de assentado da Reforma Agrária. Essa categorização se dá pela compreensão de que a luta pela terra no Brasil expressa o processo de recampanização desses trabalhadores após as experiências vividas na cidade, na luta pela terra ou até mesmo na participação em movimentos sociais. Dessa forma, o assentamento representa a reconstrução do território camponês, pois deixa-se de ser apenas o lugar de produção, para ganhar o sentido também de lugar da realização e reprodução da vida (MARQUES, 2008).

seja, as relações socioeconômicas do modo de produção camponês são resultado e se reproduzem por meio da operação do modo de produção capitalista, independente de terem existido antes de seu domínio (BARTRA, 2011).

Nesse contexto, compreendendo que a produção camponesa é produto da reprodução do capital, também é necessário compreender como ela se insere nesse modo de produção. Bartra (2011) defende que a economia camponesa apresenta processos de produção distintos dos processos de produção capitalistas, o que vai diferenciar também a relação estabelecida com a circulação de mercadorias. Enquanto que na produção capitalista o trabalho corresponde a um processo de exploração da mais-valia, na produção camponesa a exploração somente se consuma quando esta estabelece uma relação com a circulação capitalista de mercadoria.

Compreendendo que os bens produzidos pelo capital e pelo camponês são diferentes na essência, o intercâmbio entre eles se dá de forma desigual devido à natureza das duas mercadorias. Em relação à análise da mercadoria camponesa Bartra (2011) acrescenta que:

O processo produtivo camponês tem como objetivo imanente sua própria reprodução como unidade imediata de trabalho e consumo de tal maneira que, mesmo que produza exclusivamente para a venda e adquira no mercado os produtos de seu consumo, seu objetivo continuará sendo o valor de uso. O valor de troca surge, assim, como condição de possibilidade de intercâmbio de valores de uso que, desde uma perspectiva imanente no camponês, constitui o começo, o fim e o objetivo de tal circulação (BARTRA, 2011, p.17).

Ou seja, o valor de troca nada mais é do que um desdobramento do valor de uso desse bem, e não um investimento realizado pelo camponês. O que ocorre de forma diferenciada com a mercadoria capitalista, em que o desdobramento é regido pelo valor de troca e sua valorização de dá por portar a mais-valia. No mundo da mercadoria o que é determinante é o valor de troca, o qual abarca a utilidade do bem determinando que esta só se revele após a operação de compra e venda.

Em comparação com a exploração do operário, esta é condicionada pela transformação da mão de obra em mercadoria sob a forma do trabalho assalariado, no entanto, se consuma com o prolongamento da jornada de trabalho além do trabalho necessário. Já para o caso camponês essa condição se apresenta de forma invertida:



A condição para que a exploração seja possível concretiza-se no processo de produção, durante seu desenvolvimento em prol da reprodução e com meios que não receberam a ‘forma livre do capital’, mas a exploração se consuma, de fato, no mercado, onde o camponês transfere seu excedente por meio de um intercâmbio desigual (BARTRA, 2011, p. 24).

Dessa forma, a consumação da exploração camponesa se dá quando no processo de produção é gerado pelo camponês um excedente, o qual é transferido no momento de circulação em um mecanismo de intercâmbio desigual, não em termos de valores, mas em termos de preços de produção (BARTRA, 2011). A imposição de uma concorrência é o mecanismo pelo qual o capital diminui os preços das mercadorias e o preço de produção.

Como afirmado acima, o camponês não produz apenas para sua subsistência, de tal modo que a venda do excedente permite a aquisição de outras mercadorias. É nessa troca de mercadorias camponesas e mercadorias do capital que se dá o intercâmbio desigual, tendo em vista o valor que cada uma possui. Ou seja, os efeitos de expropriação se originam do processo imediato de produção e consumo no qual foram criados os produtos vendidos e serão consumidos os adquiridos.

A condição dessa particularidade está no fato de que os meios de trabalho para o camponês são incorporados em um processo de produção que tem como objetivo a sua própria reprodução, tendo que obtê-los na medida em que sua reprodução não será possível de outra maneira (BARTRA, 2011). Para Bartra (2011, p.19) “o camponês vende para poder comprar e esse é o único fim que o condiciona ao mercado; já o capital vende para obter lucro e somente sob esta condição aceita o intercâmbio”.

Dessa forma a exploração camponesa também se dá em um círculo em que o intercâmbio desigual gera tanto um capital valorizado quanto uma condição em que os camponeses são obrigados a se reproduzirem novamente como explorados nesse processo.

Corroborando com essa tese, Carvalho (2015) compara o caso numa situação em que se os preços praticados no mercado forem muito baixos e que isso não alcance o lucro esperado pelo capitalista, este pode vender seus meios de produção e reaplicar em outro ramo produtivo. Enquanto que o camponês, em uma situação como esta, irá voltar a produzir novamente sob as mesmas condições anteriores.

Enquanto a referência das empresas capitalistas é a obtenção do lucro, independente dos impactos sociais, políticos, ambientais e alimentares que possa provocar, as unidades de produção camponesa centralizam-se na reprodução social da família, o que as fazem resistirem e construírem uma racionalidade distinta.

Nesse sentido, são muitas as diferenças entre as concepções do modo de produção capitalista com o modo de organizar os sistemas produtivos e as relações sociais dos camponeses. E é nessas diferenças e antagonismos entre os dois modelos, que os camponeses criam e recriam estratégias de resistência em um processo de embate e luta pela própria existência.

Entre as estratégias de resistência camponesa está a existência de um “modo camponês de fazer agricultura”, a partir de formas próprias dos camponeses organizarem o processo agrícola de produção (PLOEG, 2008). Assim pode-se compreender que a agricultura camponesa pressupõe uma forma particular de definir sua própria produção e consumo, o que significa a forma como se organiza o processo de trabalho<sup>37</sup>.

Um exemplo dessa configuração é a relação do campesinato com a agroecologia, compreendida como uma matriz de produção que intervém diretamente nos processos produtivos com a utilização de várias práticas autóctones e na forma de organização do trabalho camponês, a partir da retomada do metabolismo do ser humano com a natureza. Nesse sentido, a agroecologia pressupõe o afastamento estratégico do camponês do mercado de pacotes tecnológicos<sup>38</sup> introduzidos pelo capital na agricultura, trazendo elementos emancipatórios para a forma de organização da produção camponesa. Ao se readaptar a esse processo de produção e trabalho os camponeses redescobrem e reafirmam atividades essenciais em seus modos de vida.

A agricultura camponesa contribui para a conservação e proteção da natureza, pois ao lidar diretamente com recursos naturais escassos e sob a pressão do modo de produção capitalista no campo, acentua a necessidade de preservar o seu território e seu patrimônio ecológico, desempenhando uma função de interesse de toda a sociedade (PLOEG, 2008; ALTIERI, 2012).

---

37 O processo de trabalho é uma área considerada importante para o campesinato. Para Ploeg (2008), ele deve ser visto como o esforço de melhorar os recursos disponíveis que contribuam para a criação de um bem-estar, renda mais elevada e melhores perspectivas de futuro.

38 Os pacotes tecnológicos referem-se aos insumos produtivos, desde sementes, adubos, agrotóxicos e fertilizantes fornecidos por empresas especializadas, e que geralmente se caracterizam como insumos químicos industriais e altamente dependentes de recursos não-renováveis.

Diante desse papel de desempenhar diversas funções de interesse público, como a conservação dos recursos naturais e a valorização dos recursos localmente disponíveis para a produção, destaca-se o papel central na produção de alimentos em quantidade e qualidade e na reversão do afunilamento da diversidade alimentar.

Os camponeses são os principais atores na conservação da biodiversidade alimentar ao serem responsáveis por cultivos de espécies de sementes e plantas já escassas na dieta alimentar da população e que não são encontrados no sistema moderno de varejo.

Estima-se que no mundo todo, a agricultura camponesa é responsável pelo cultivo de mais de 2 milhões de variedades de alimentos adaptados a diferentes geografias, ecossistemas e microclimas, enquanto que a agricultura industrial tem a patente registrada de 80 mil variedades de cultivos, sendo a maioria variedades ornamentais (ETC GROUP, 2013). Em relação à criação animal os camponeses criam e reproduzem cerca de 40 espécies pecuárias e mantem 7 mil variedades locais, enquanto a cadeia agroindustrial se concentra em 5 espécies (gado, frango, porco, ovelha e cabra) e menos de 100 variedades.

Associada à característica de criar mecanismos de resistência, a agricultura camponesa é uma importante força motriz para produção e oferta de alimentos, superando o mito da produção de *commodities* como condição para prover alimentos à população. Nos diversos contextos históricos e produtivos em que ela tem se afirmado e praticado os mais variados sistemas de produção – agropecuária, florestal, extrativista, a agricultura camponesa tem garantido a ênfase na produção de alimentos, tanto para a reprodução da família quanto para o abastecimento alimentar da sociedade (CARVALHO; COSTA, 2012).

No caso brasileiro, o Censo Agropecuário de 2006 apresentou números que permitem identificar a expressiva participação social e econômica das pequenas unidades de produção da agricultura familiar<sup>39</sup>. Ocupando apenas 24,3% da área dos estabelecimentos brasileiros, elas correspondem a 84,4% dos estabelecimentos rurais. Além disso, ocupam 12,3 milhões de pessoas, representando 74,4% da mão de obra

---

<sup>39</sup> Os dados do Censo Agropecuário trazem o recorte para a categoria da agricultura familiar, que apesar de ser mais ampla do que a agricultura camponesa (categoria utilizada neste trabalho), está caracterizada segundo a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, como estabelecimentos com área menor do que 4 módulos fiscais, que utilizam predominantemente mão de obra da própria família, com renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento.

rural do país. Dos 80,25 milhões de hectares das pequenas unidades de produção, 45% eram destinados a pastagens, 28% a florestas e 22% a lavouras (IBGE, 2006).

Reforçando a importância das pequenas unidades de produção para a produção agrícola, os dados também revelam a expressiva participação do setor, sendo responsável por 87% da produção de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 21% do trigo e, na pecuária, 58% do leite, 59% de suínos, 50% das aves e 30% dos bovinos (IBGE, 2006). Os dados expressam a aptidão da pequena agricultura em produzir alimentos para a subsistência da sociedade, já que a grande agricultura produz apenas *commodities* que são utilizadas na fabricação de ração de animais ou na manipulação de alimentos ultra processados.

Contudo, apesar dos dados do Censo Agropecuário refletirem a importância da agricultura familiar para a produção agrícola, quando analisamos a proporção de consumo de alimentos pela população, em que os produtos in natura e industrializados correspondem, respectivamente, a 15% e 85% do consumo (IBGE, 2009), é difícil projetar a contribuição da produção da agricultura camponesa para a alimentação como um todo, tendo em vista que considerável parte do que é produzido é processado e transformado pela indústria alimentícia, como por exemplo as farinhas de mandioca e de milho.

Dessa forma, corroborando com Leda (2017), para analisar a importância da agricultura camponesa para a produção de gêneros alimentícios faz-se necessário refletir acerca das condições de organização da sua produção, da comercialização e organização da cadeia de abastecimento. Por fim, cabe uma análise da dinâmica de organização das unidades camponesas no que diz respeito à produção e comercialização para a promoção de Soberania e Segurança Alimentar.

#### **4.1. A PRODUÇÃO CAMPONESA DOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA DO DISTRITO FEDERAL**

Analisar o circuito de abastecimento alimentar implica em relacionar o abastecimento interno da população com o desenvolvimento da agricultura local ou regional. Assim, para reconstituir o papel da alimentação dentro do planejamento do sistema de abastecimento que possa garantir um quadro de segurança e soberania alimentar, é necessário compreender como se organiza o sistema tradicional de

comercialização, mas também como se insere a agricultura camponesa no regime de produção e consumo e comercialização.

Em consonância com Leda (2017), deve-se relembrar que a transição alimentar em curso mencionada no segundo capítulo está diretamente relacionada com a desconstrução da diversidade das práticas alimentares e com o processo de padronização da produção agrícola. Essas duas dinâmicas estão associadas com a concentração do varejo de alimentos e a consequente homogeneização do acesso aos alimentos, bem como com o avanço do modelo de produção do agronegócio no campo.

Nessa perspectiva, o estudo pretendeu observar e compreender como se organizam as unidades de produção camponesa em assentamentos de Reforma Agrária, com o intuito de analisar as possibilidades e contribuições destas na oferta de alimentos diversificados e seguros para o abastecimento alimentar e reverter a transição alimentar.

Para delimitar a área de estudo no Distrito Federal, considerou-se a Região Administrativa de Planaltina, que abriga a maioria dos estabelecimentos agropecuários do DF (34%) e é onde se encontra a maior parte da população rural, tanto da agricultura não familiar quanto familiar.

Distante 38,5 km de Brasília, a origem da Região Administrativa é anterior à construção da capital, tendo sido oficialmente registrada em agosto de 1859. Ocupando uma área de 1.534,49 – a maior RA em área geográfica do DF – em 2010 possuía uma população de 171.303 pessoas, sendo 157.765 urbana e 13.538 rural (IBGE, 2010).

Em relação à área rural, Planaltina tem uma expressiva participação na produção agropecuária conforme a tabela 10, tendo a maior área plantada de grandes culturas – soja, milho, sorgo, café, feijão, trigo – no DF (58% da área plantada do DF), e ficando em segundo lugar na área plantada de frutas e hortaliças (EMATER, 2017). A produção de hortaliças e de frutas representam respectivamente, 20,53% e 37,78%, da produção total desses itens no DF. A produção de carne e leite também é expressiva na RA, que participou com 28,11% da produção de carne e 32,26% na produção de leite de todo o DF em 2017. Esses dados revelam o amplo domínio do modelo monocultural na região de Planaltina.

Tabela 10. Produção agrícola de Planaltina – DF em 2017.

<b>Produção</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>Produção (ton)</b>
<b>Grandes Culturas</b>	81.350,87	405.743,92
<i>Feijão</i>	9.176,01	27.826,31
<i>Milho</i>	33.539,05	252.583,10

<b>Soja</b>	31.481,84	104.291,42
<b>Outros</b>	7.153,98	21.043,09
<b>Hortaliças</b>	1.699,88	62.634,20
<b>Frutíferas</b>	1.561,58	37.174,08

Fonte: EMATER-DF, 2017.

Os dados da EMATER-DF demonstram a importância da área rural de Planaltina, mas não delimitam quanto dessa produção agropecuária está representada pela agricultura familiar e pela agricultura não familiar. Sabe-se apenas que do número de estabelecimentos agropecuários da RA, 57% são de agricultores não familiares e 43% de agricultores familiares (IBGE, 2006).

Como parte do objetivo deste trabalho, de analisar a diversidade e potencialidade da produção de alimentos da agricultura camponesa para o abastecimento alimentar, serão analisados nesse arcabouço apenas os assentamentos de Reforma Agrária, reconhecidos e criados pelo INCRA no DF.

De acordo com dados do Incra, até dezembro de 2017, no Distrito Federal e Entorno foram criados 206 projetos de assentamentos, totalizando 12.634 famílias assentadas em 531.797,15 ha. Considerando apenas o território do DF, até o ano de 2017 foram criados 20 assentamentos, totalizando 1030 famílias assentadas (tabela 11).

Tabela 11. Projetos de Assentamento no Distrito Federal criados até 2017.

<b>Nome</b>	<b>Região Administrativa</b>	<b>Área</b>	<b>Nº de famílias assentadas</b>	<b>Data de criação</b>
PE TRÊS CONQUISTAS	Paranoá	858,58	61	22/10/1998
PE RECANTO DA CONQUISTA	São Sebastião	200,97	18	22/10/1998
PE SÍTIO NOVO	Planaltina	248,12	38	22/10/1998
ASSENTAMENTO FAZENDA LARGA - AI 11	Planaltina	554,00	82	18/07/1996
NÚCLEO RURAL CÓRREGO COQUEIROS	Planaltina	200,20	102	08/01/1998
NÚCLEO RURAL NOVA VITÓRIA	São Sebastião	146,59	25	28/01/1997
NÚCLEO RURAL ZUMBI DOS PALMARES	São Sebastião	238,34	58	28/01/1997
NÚCLEO RURAL AGUILHADA	São Sebastião	174,00	71	11/02/1999
NÚCLEO RURAL CAPÃO COMPRIDO	São Sebastião	403,64	56	11/02/1999
PE A-I ENGENHO DAS LAGES	Gama	127,00	43	13/07/1994
PA MARCIA CORDEIRO LEITE	Planaltina	430,87	64	22/06/2011
PA PEQUENO WILLIAN	Planaltina	144,17	22	26/12/2011
PA OZIEL ALVES III	Planaltina	2.317,80	168	20/12/2012
PE ESTRELA DA LUA	Paranoá	57,08	7	27/02/2014

PE NOVA CAMAPUÃ	São Sebastião	108,24	19	27/02/2014
PE 15 DE AGOSTO	São Sebastião	438,30	54	27/02/2014
PE 1 DE JULHO	São Sebastião	479,00	60	27/02/2014
PE SANTARÉM	Ceilândia	60,97	23	30/04/2015
PE 10 DE JUNHO	Recanto das Emas	159,22	35	18/05/2015
PE PATRÍCIA E APARECIDA	Paranoá	377,14	24	30/11/2017

\*PE: Projeto de Assentamento Estadual

\*PA: Projeto de Assentamento Federal

Fonte: INCRA, 2018.

É importante destacar que as áreas tidas como os Núcleos Rurais - Córrego Coqueiros, Nova Vitória, Zumbi dos Palmares, Aguilhada, Capão Comprido -, Engenho das Lages e Fazenda Larga, foram reconhecidas pelo INCRA, mas não há nenhuma portaria de criação<sup>40</sup> como assentamento. Ou seja, a criação dessas modalidades está dentro do arcabouço de colonização e ordenação fundiária do Incra, se caracterizando como regularização fundiária<sup>41</sup> e não como área de Reforma Agrária.

Para se caracterizar como área de Reforma Agrária, além de promover a desconcentração e democratização da estrutura fundiária, a qual deve vir acompanhada de políticas públicas de inclusão social e produtiva que garantam melhores condições de vida, as áreas reformadas devem cumprir um papel de função social. No caso das áreas citadas acima, esse papel não foi cumprido, tornando-se áreas alvo de grilagem e de compra e venda de terra. Algumas, como o Engenho das Lages no Gama, atualmente pode ser considerado um bairro semiurbano. Outras áreas como os Núcleos Rurais se tornaram pequenas chácaras individualizadas.

Esse fenômeno evidencia como a realidade agrária no Distrito Federal é complexa. De acordo com Moura (2010), a ausência de um processo mínimo de Reforma Agrária no Distrito Federal contrasta com o histórico de ocupações urbanas irregulares, em suas maiorias realizadas pela classe trabalhadora de baixa renda.

Outra evidência da complexidade da questão agrária no DF é o fato de que em vários dos assentamentos criados por meio de Portaria do INCRA, os próximos passos para a consolidação ficam dependentes da morosidade do Poder Público na concessão das Licenças pertinentes, da implantação da infraestrutura ou até mesmo na

40 A portaria de criação de assentamento é publicada no Diário Oficial da União, na qual consta a área do imóvel, a capacidade estimada de famílias, o nome do projeto de assentamento e os próximos passos que serão adotados para assegurar sua implantação.

41 A Regularização Fundiária é um instrumento de intervenção pública que permite legalizar a permanência da população moradora em áreas urbanas e rurais pertencentes à União.

regularização da documentação das famílias beneficiadas. Esse é o caso de todos os assentamentos criados de 2011 até 2017, contidos na tabela 12.

A RA Planaltina abarca cerca de 30% do total de projetos de assentamentos do DF, com 256 famílias assentadas. Mas considerando apenas as áreas criadas como um projeto de Reforma Agrária existem três assentamentos, com 254 famílias, os quais estão representados na tabela 12, acrescido dos acampamentos da RA e do respectivo movimento social<sup>42</sup> de qual fazem parte.

Tabela 12. Acampamentos e Assentamentos de Reforma Agrária de Planaltina/DF.

Nome	Movimento social*	Nº de famílias	Situação
Pequeno William	MST	22	Assentamento
Márcia Cordeiro Leite	MATR	64	
Oziel Alves III	MST	170	
Renascer	MATR	60	Acampamento
8 de Março	MST	120	
3 de Maio	MBST	40	
Roseli Nunes	MST	100	

\* Os Movimentos Sociais representados são: MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; MATR – Movimento de Apoio aos Trabalhadores Rurais; MBST – Movimento Brasileiro dos Trabalhadores Sem Terra.

Fonte: SEAGRI, 2018.

Na presente pesquisa serão objetos de estudo os assentamentos Pequeno William e Oziel Alves III (figura 12), o que se justifica pelo fato de já serem assentamentos com Portaria de Criação decretada e estarem representados pelo mesmo movimento social, o que influencia na dinâmica organizativa social e produtiva do assentamento.

42 A representação em movimentos sociais é uma característica da luta pela terra e pela Reforma Agrária no Brasil, os quais ocupam por meio de acampamentos as terras devolutas, griladas e improdutivas denominadas de latifúndios e as reivindicam para fins de criação de Assentamentos de Reforma Agrária.



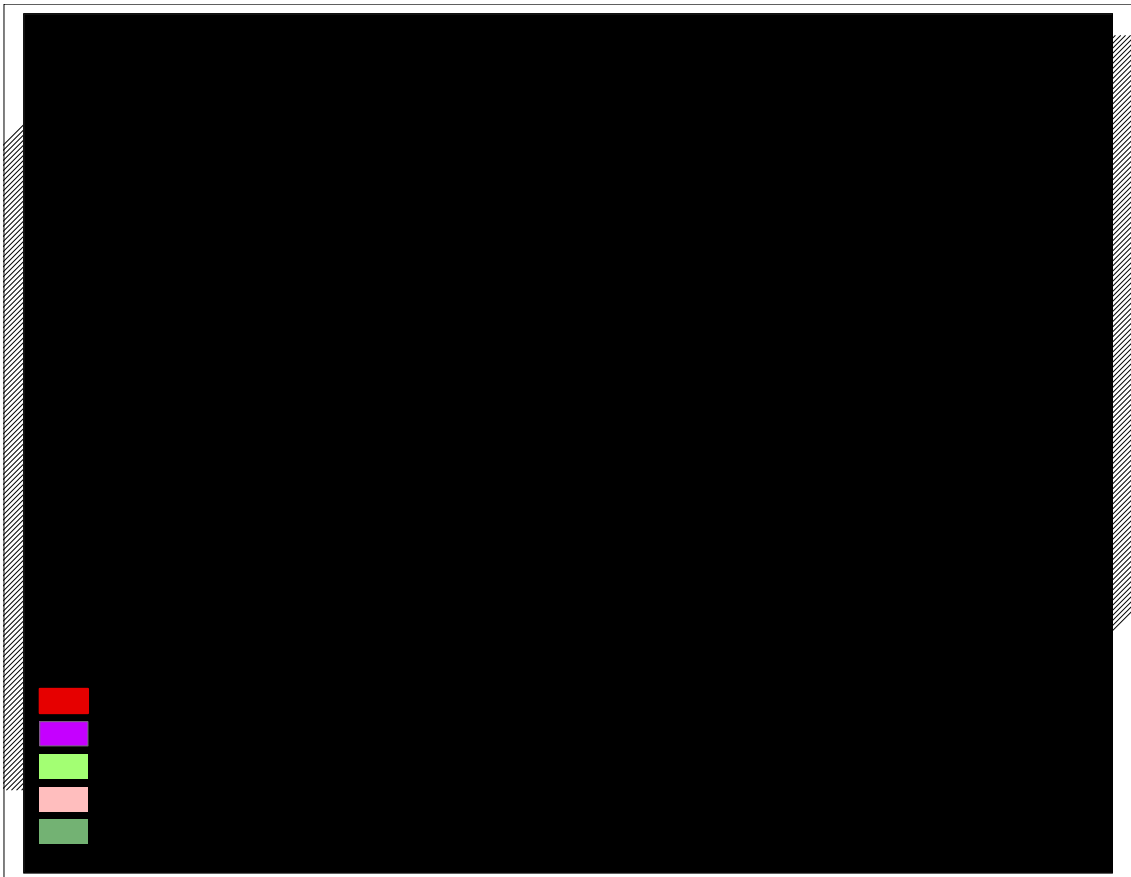


Figura 11. Localização dos assentamentos Pequeno William e Oziel Alves III na Região Administrativa de Planaltina/DF.

Fonte: SEAGRI, 2018.

A figura 13 apresenta a localização dos assentamentos Oziel Alves III e Pequeno William em Planaltina (em amarelo), em relação ao Plano Piloto de Brasília (em rosa). E a figura 14 apresenta a organização espacial interna dos assentamentos.

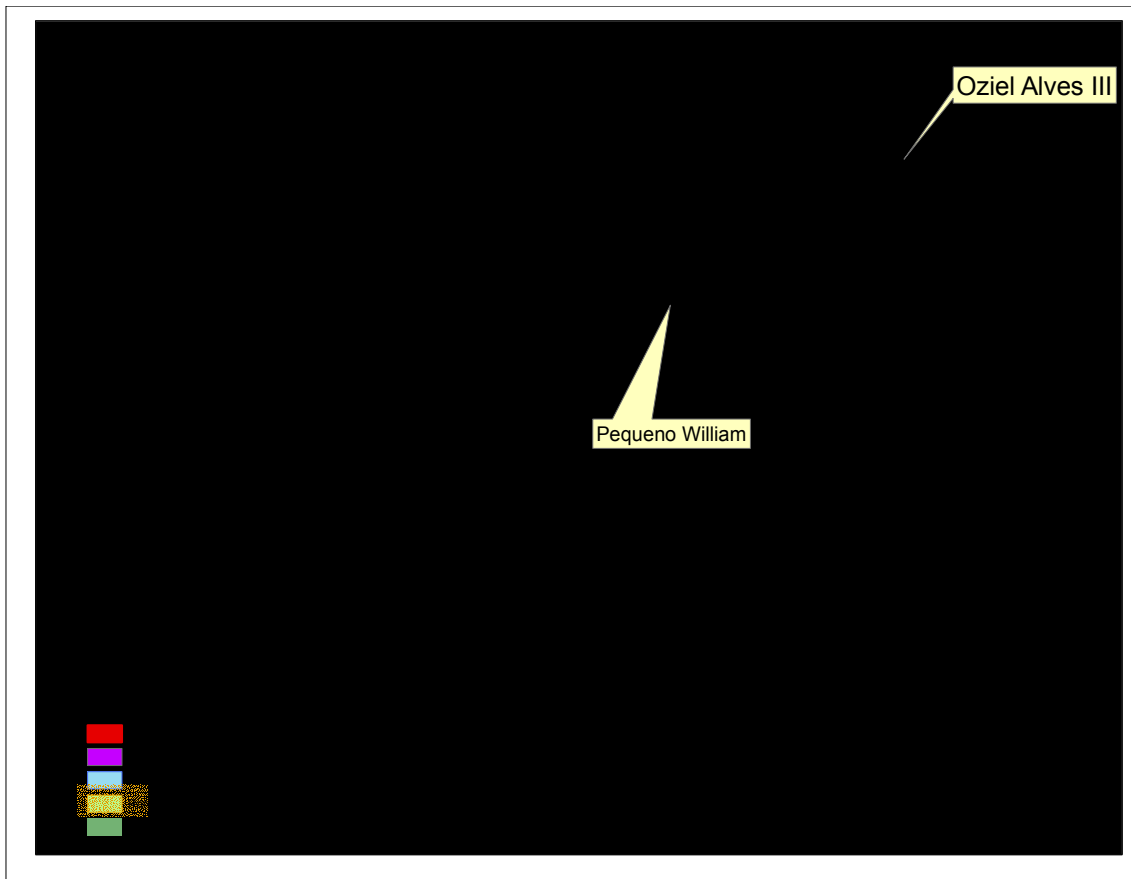


Figura 12. Localização dos assentamentos Pequeno William e Oziel Alves em Relação ao Plano Piloto.

Fonte: SEAGRI, 2018.

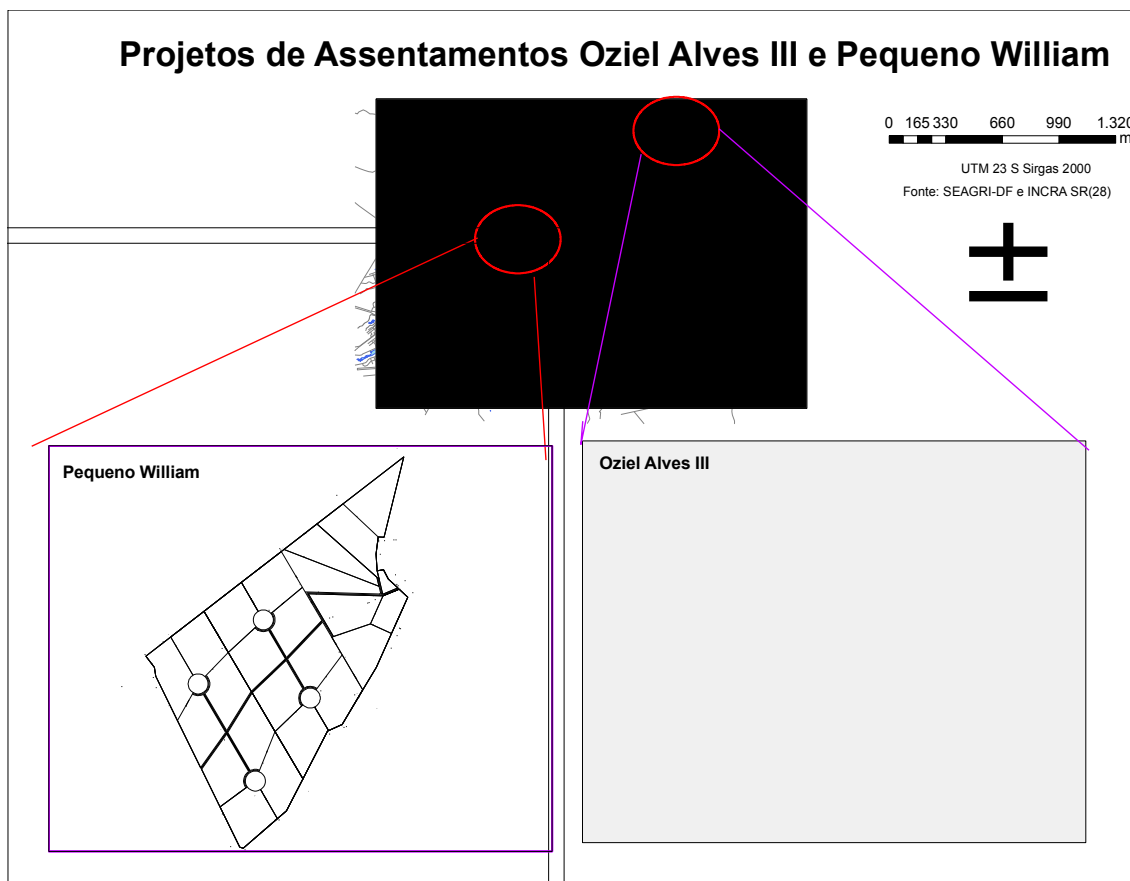


Figura 13. Organização espacial interna dos assentamentos Oziel Alves III e Pequeno William.

Fonte: SEAGRI, 2018.

A característica organizativa dos assentamentos organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST se inicia ainda no período de acampamento, com a organização de núcleos de bases, setores e coletivos. Os setores e coletivos têm como função desenvolver um planejamento e trabalhos específicos, como por exemplo em relação à saúde, educação, formação, entre outros.

A dinâmica de constituição de acampamentos produtivos de forma agroecológica, tanto nas áreas coletivas quanto nos quintais ao redor da moradia, também é um elemento importante para a constituição e organização do futuro assentamento. Essa prática organizativa permite uma nova sociabilidade entre as famílias acampadas, conduzida por valores sociais de solidariedade e justiça social.

## 4.2. METODOLOGIA DA PESQUISA DE CAMPO

Para atingir os objetivos propostos pela pesquisa foram utilizados dois instrumentos de pesquisa: a pesquisa documental de fontes secundárias e a coleta de dados primários.

A pesquisa documental de fontes secundárias teve o intuito de subsidiar as informações sobre a organização social e produtiva dos assentamentos de Reforma Agrária do DF. Para isso foram reunidos dados disponibilizados pela EMATER-DF, INCRA, SEAGRI, CODEPLAN, IBRAM, além de documentos e materiais próprios do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.

Já a coleta de dados primários se deu nos próprios assentamentos estudados a partir de entrevistas realizadas com questionários semiestruturados de perguntas abertas captados oralmente. A escolha por esse instrumento é devido à possibilidade de maior flexibilidade, permitindo com que cada pergunta seja um estímulo à fala espontânea dos assentados e como abertura para outras perguntas que surgiram em função da própria conversa.

Ao definir a importância da atividade de campo como instrumento de pesquisa, Tavares (2002) afirma que:

A atividade de campo faz parte de um processo de investigação que permite a inserção do pesquisador na sociedade, reconstruindo o sujeito e por consequência sua prática social. (...) Ela permite o aprendizado de uma realidade, na medida em que oportuniza a vivência “in loco” do que deseja estudar. O trabalho de campo também possibilita um maior domínio da instrumentalização e a possibilidade de construção do conhecimento (TAVARES, 2002, p. 92).

As entrevistas foram realizadas de forma individual em cada parcela, durante o período de novembro a dezembro de 2017, em uma amostragem dirigida a 4 famílias do assentamento Pequeno William e 6 famílias do assentamento Oziel Alves III, totalizando 10 entrevistas. A escolha por essas unidades de produção considerou como critério o nível de organização produtiva em que elas se encontram, na qual todas produzem e comercializam de forma regular há no mínimo 01 ano e estão organizadas em alguma associação local.

O sistema de comercialização varia de família para família, mas como ordem de análise em comum foram entrevistadas famílias que comercializam no modelo CSA<sup>43</sup> – Comunidades que Sustentam a Agricultura no assentamento Oziel Alves e no modelo de feira no assentamento Pequeno Wiliam.

A opção pela análise a partir da categoria de Unidades de Produção (UP) se deu devido à abordagem sistêmica que esta permite, concebendo a interação entre vários elementos, como os sistemas de cultivo praticados, os objetivos dos assentados e suas famílias e a interação com o meio externo. Dessa forma, parte-se do pressuposto que a diversidade entre as unidades de produção é resultado de um processo histórico, social, regional e dos diferentes contextos de alcance sobre os fatores de produção.

Para garantir a compreensão da complexidade de todo o sistema, além de analisar as unidades de produção também realizou-se o estudo de cada assentamento, considerando sua localização, as condições naturais – bioma, relevo, solo, recursos hídricos, infraestrutura existente – estradas, energia, captação e distribuição de água, moradia, condições socioeconômicas – escolas, saúde, cultura e lazer, políticas públicas acessadas, e história e organização do assentamento – história da ocupação da terra, grupos formais e informais existentes.

Utilizou-se como técnica o diário de campo por parte da pesquisadora, a fim de registrar as observações que emergiram durante o processo de coleta de dados. O caderno de campo é um instrumento de anotações, que permite registrar de forma descritiva a entrevista, bem como comentários e reflexões do pesquisador. No caderno anotam-se todas as observações de fatos concretos, fenômenos sociais, acontecimentos, relações verificadas, experiências pessoais do pesquisador, suas reflexões e comentários.

Dessa forma, as observações relatadas no diário de campo tornam-se objeto de estudo, compreendendo que todas as informações captadas pela entrevista devem ser entendidas como um fenômeno social e historicamente condicionado.

O direcionamento das entrevistas foi voltado para analisar quatro temáticas centrais:

1. Histórico de vida:

- a. Histórico das migrações recentes das famílias;

---

<sup>43</sup> CSA é a sigla de Comunidade que Sustenta a Agricultura, uma organização que se fundamenta em um modelo de comercialização direta em que um grupo fixo de consumidores se responsabiliza pelo pagamento antecipado da produção agrícola de um agricultor e recebe em contrapartida os alimentos produzidos.

- b. Relação com o movimento social;
  - c. Composição da família por sexo, idade e escolarização;
  - d. Relação dos membros e agregados com as atividades na UP.
2. Condições socioeconômicas:
- a. Atividades econômicas exercidas pela família dentro e fora da UP, infraestrutura da UP, meios de produção presentes, participação em grupos formais;
  - b. Créditos recebidos, valores de financiamento e emprego dos recursos;
  - c. Peso das rendas obtidas na pluriatividade em relação à renda agrícola;
3. Organização da produção agrícola
- a. Principais itens produzidos, considerando o que é comercializado e o que é para consumo próprio;
  - b. Quantidade média produzida;
  - c. Práticas de manejo;
  - d. Nível de beneficiamento.
4. Sistema de comercialização
- a. Logística de comercialização;
  - b. Equipamento de comercialização
  - c. Valores recebidos pela comercialização;
  - d. Vínculo estabelecido com o consumidor.

Para fins de análise, as unidades de produção camponesa do assentamento Oziel Alves III serão descritas como Unidade de Produção 1, 2, 3, 4, 5, 6. Já as UP's do assentamento Pequeno William serão descritas como 7, 8, 9, 10.

Cabe destacar que nem todas as questões puderam ser trabalhadas com profundidade em todas as unidades de produção, pois em algumas UP's não foi possível a participação de toda família na entrevista e em outras os assentados não possuíam tempo disponível hábil para aprofundar todas as questões.

### 4.3. ASSENTAMENTO OZIEL ALVES III

O assentamento Oziel Alves III está localizado a 65 km de Brasília, no Núcleo Rural Pípiripau e é fruto de uma ocupação de terra realizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST com 400 famílias em março de 2002, às margens da BR 020, que liga Planaltina-DF a Formosa-GO. A área ocupada se encontrava desocupada e abandonada, e após anos de utilização agrícola, sobretudo com soja e pastagem de *Brachiaria sp.*, foi destinada para a reforma agrária.

Porém o Governo do Distrito Federal pretendia implantar um assentamento na modalidade de Projeto de Assentamento Casulo. Os projetos de assentamento Casulo<sup>44</sup> tinham como características a localização próxima a grandes centros urbanos, a implantação de atividades agrícolas geralmente intensivas e tecnificadas e a destinação de lotes menores, configurando a colonização de áreas agrícolas periurbanas – ou cidades rurais.

No ano de 2004 as famílias demarcaram por conta própria os piquetes dos lotes, constituindo em 16 grupos em formato de raio de sol com a destinação de áreas comunitárias para uso comum. Apenas em 20 de dezembro de 2012 foi assinada pela Superintendência Regional do INCRA nº28 a Portaria de Criação do assentamento.

Nesse mesmo período foi quando o então governador da época, Agnelo Queiroz, regulamentou a Lei nº 4.996<sup>45</sup> para dar celeridade ao processo de assentamento das famílias acampadas no DF. Em 2013, se inicia o cadastramento oficial das famílias do Oziel Alves III para a Relação de Beneficiários pelo INCRA. Também em 2013 é realizado pela EMATER-DF o Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA<sup>46</sup>.

---

44 O projeto de Assentamento Casulo foi criado pela Portaria INCRA nº 321/1997 e atualizado pela Portaria Incra nº 740/2012 e nº 414/2017. Atualmente foi atualizado para Projeto Descentralizado de Assentamento Sustentável, mantendo a característica de realizar Acordo de Cooperação Técnica com o Órgão Estadual ou Municipal de política Agrária, a fim de garantir as condições mínimas necessárias para que as famílias assentadas possam ter acesso às Políticas Públicas e de infraestrutura para o desenvolvimento do futuro Projeto de Assentamento.

45 Lei nº 4.996, de 19 de dezembro de 2012, de autoria da Câmara Legislativa Distrital que dispõe sobre a Regularização Fundiária no DF.

46 O PDA é feito após a criação do assentamento por uma empresa ou entidade de assistência técnica contratada pelo Incra e deve ser realizado de forma participativa com as famílias assentadas. Nesse plano é definida a organização do espaço, com indicação das áreas para moradia, produção, reserva florestal, vias de acesso, entre outros aspectos. Além disso, o PDA relaciona as atividades produtivas a serem desenvolvidas no assentamento, as ações necessárias à recuperação e à preservação do meio ambiente, o programa social e de infraestrutura básica.

As 168 famílias, ocupam atualmente uma área total de 2.187,23 ha (tabela 13), sendo cada lote de 7 ha em média e uma estimativa de moradores em torno de 504 pessoas (considerando 3 moradores por chácara).

Tabela 13. Uso e cobertura do solo do Assentamento Oziel Alves III

Uso/cobertura	Área (ha)	%
Áreas Comunitárias	154,58	7,07
APP	28,77	1,32
Parcelas	1143,26	52,27
Estradas	29,55	1,35
Excedente da Faixa de Domínio do DER	5,14	0,23
Reserva Legal	825,93	37,76
Total	2187,23	100

Fonte: EMATER, 2013a.

Em relação às condições físicas e edafo-climáticas, de acordo com o PDA, o assentamento Oziel Alves III possui cerca de 23% de sua área de vegetação natural do Bioma Cerrado, sendo as outras 77% áreas de lavoura e pastagem com o capim *brachiaria*. Em relação ao relevo, 95% do assentamento apresenta declividade suave a moderada (variando em até 10% de inclinação). No que diz respeito às classes de solo, o tipo Latossolo vermelho escuro está presente em 70% do assentamento, o que representa um tipo de solo profundo, poroso, ácidos e propício a atividades agrícolas quando bem manejados com calagem e adubação.

Localizada no divisor das Bacias Hidrográficas do Rio São Bartolomeu, a maior bacia do DF, e do Rio Preto, o assentamento não possui cursos d'água perenes, possuindo apenas cursos efêmeros e veredas.

O PDA realizado pela EMATER-DF apresenta a organização espacial do assentamento dividido em 16 grupos, organizado de forma a permitir infraestruturas coletivas por grupos, bem como a localização das áreas comunitárias, Áreas de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal (figura 15).



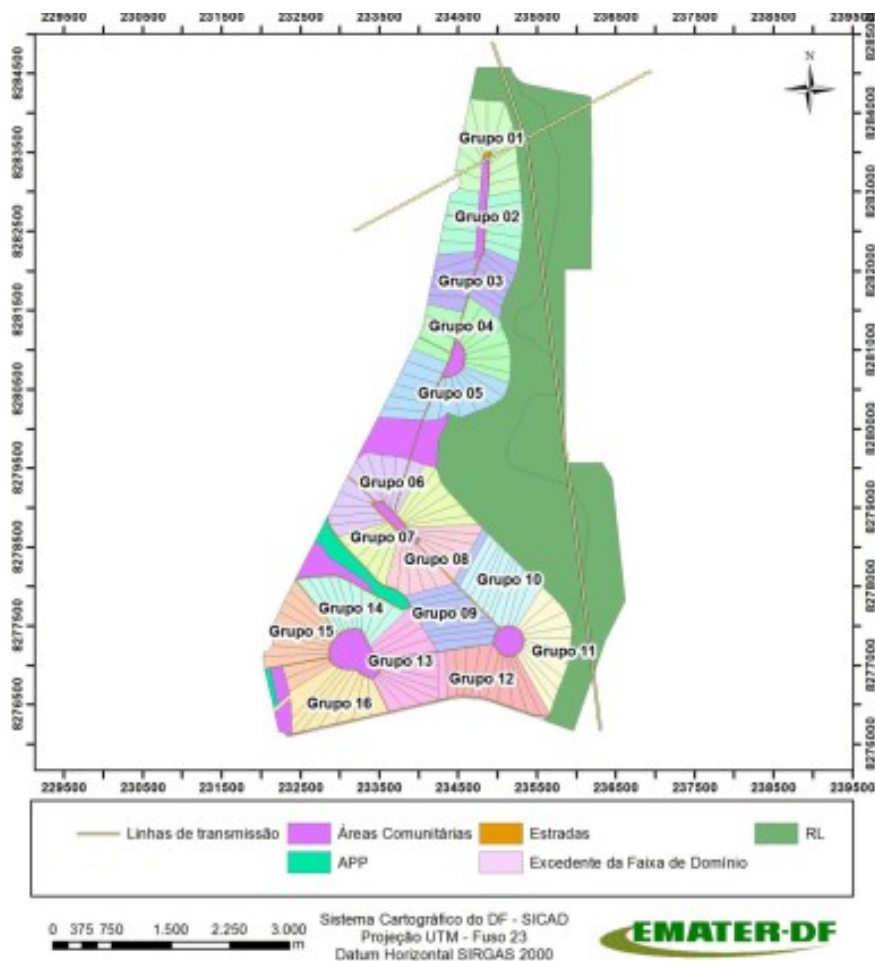


Figura 14. Mapa de organização espacial do Assentamento Oziel Alves III.

Fonte: EMATER, 2013a.

Durante os oitos anos de acampamento, devido às articulações das famílias e do MST foram realizados diversos projetos para desenvolvimento da produção, em parceria com a UnB, EMBRAPA, CONAB, SEAGRI, EMATER-DF, como doação de sementes e insumos, mudas nativas, frutíferas e medicinais, projetos de apicultura, banco de sementes, plantio de maracujá, suinocultura e avicultura para subsistência. No entanto, de acordo com relato dos assentados os projetos e ações executadas não prosperaram, tanto pela falta de assistência técnica continuada quanto ou por não contemplarem todo o assentamento, se caracterizando por ações isoladas.

A infraestrutura básica necessária para as áreas de Reforma Agrária deve ser realizada pelo INCRA, por meio da Ação 8396, tendo como prioridade a construção e complementação de estradas vicinais, construção de eletrificação rural e o saneamento

básico, através da implantação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

No entanto, a morosidade do Poder Público na execução da infraestrutura é um fato marcante na concretização do Assentamento Oziel Alves III. A infraestrutura de água e energia são recentes no assentamento, e muitas famílias ainda encontram dificuldades no acesso a esses serviços básicos. A água instalada em abril de 2017 e distribuída pela CAESB é destinada apenas para o consumo humano, relegando às famílias a incumbência de criarem formas para captação de água para produção agrícola, como cisternas ou poços artesianos. Em relação à energia elétrica o padrão monofásico instalado é insuficiente para as atividades agrícolas, como ligação de bomba para poço artesiano ou uma posterior construção de agroindústria rural.

Em relação à moradia, as famílias ainda não acessaram o Programa Nacional de Habitação Rural<sup>47</sup> do qual têm direito, impondo que cada família resolva a situação da moradia digna por conta própria. Assim, no assentamento é possível verificar desde a existência de casas de madeirite, telhas de fibrocimento, adobe, alvenaria inconclusas, até casas de alvenaria completadas, a depender da estrutura financeira de cada família.

No que diz respeito às políticas de crédito agrícola, as famílias só tiveram acesso ainda ao Crédito Instalação pelo INCRA nas modalidades de Apoio Inicial e Apoio Mulher, os quais tem por objetivo suprir as necessidades básicas, fortalecer as atividades produtivas iniciais, como compra de insumos e ferramentas, auxiliar na construção das unidades habitacionais e necessidades hídricas. O crédito Apoio Inicial tem um valor total de até R\$ 5,2 mil por família assentada, no entanto, as famílias só receberam a primeira parcela (R\$ 2.400,00), que foi utilizada para compra de ferramentas e equipamentos produtivos. Já o crédito Apoio Mulher no valor de R\$ 3 mil reais por família é destinado a projetos produtivos sob responsabilidade da mulher titular do lote.

Ainda em 2011, foi criada a APRACOA – Associação dos Produtores Rurais Artesanais de Oziel Alves III, entidade representativa de quase 90% das famílias assentadas no âmbito jurídico. Recentemente, em 2016 também foi criada a APROSPERA – Associação dos Produtores Agroecológicos do Alto São Bartolomeu/DF, que além de abarcar algumas famílias do assentamento também contém

---

47 O PNHR foi criado no âmbito do programa Minha Casa Minha Vida através da Lei Federal 11.977/2009 e tem como finalidade possibilitar ao agricultor familiar, trabalhador rural e comunidades tradicionais o acesso à moradia no campo, seja construindo uma nova casa ou reformando/ampliando/concluindo uma existente.

agricultores de pequeno, médio e grande porte dos Núcleos Rurais Pipiripau e Taquara. As duas associações possuem galpões localizados em áreas comunitárias do assentamento, os quais são utilizados para reuniões, capacitações e atividades de lazer. Em 2017, a APRACOA foi beneficiada em um chamamento público da SEAGRI-DF com uma Patrulha Agrícola Mecanizada de médio porte, a qual vem sendo utilizada em benefício dos associados.

A assistência técnica<sup>48</sup> no assentamento é realizada por demanda das famílias para a EMATER-DF através no Escritório do Pipiripau.

Em relação aos serviços de educação e saúde, no assentamento não existem escolas e posto de saúde. O ensino fundamental é oferecido no Núcleo Rural Pipiripau e no Projeto de Assentamento Cerâmica Dom Bosco. O nível médio é oferecido no Núcleo Rural de Taquara, a cerca de 15 km de distância do Oziel Alves III. Para todas as escolas a Secretaria de Educação do DF fornece transporte aos alunos.

Os atendimentos de serviços de saúde são prestados pelo posto de saúde localizado no Núcleo Rural Pipiripau e quando necessitam de atendimentos mais especializados, os assentados também se encaminham à cidade de Planaltina – DF ou até mesmo à cidade de Formosa – GO.

As atividades culturais no assentamento foram se tornando mais escassas com a individualização dos lotes e transformação do acampamento em assentamento. Os assentados relatam que no início da ocupação em 2002 eram mais comuns festejos de colheita e confraternizações coletivas. Atualmente se mantém anualmente a festa de aniversário do assentamento realizada no mês de abril e algumas confraternizações religiosas locais.

#### **4.4. ASSENTAMENTO PEQUENO WILIAM**

O assentamento Pequeno William está localizado a 42 km de Brasília a 10 km de Planaltina/DF e iniciou sua história em 2004 a partir de uma ocupação da fazenda Toca da Raposa em Planaltina, organizada pelo MST. No mesmo ano, o acampamento sofreu um despejo, levando a uma nova reorganização das famílias, em que um grupo permaneceu acampado em uma área em frente à fazenda formando o acampamento

---

48 A Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER é um serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, amparada pela Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010.

Ireno Alves, e outro grupo ocupou uma área da Embrapa na fazenda Sálvia, às margens da BR 020, onde permaneceram de novembro de 2004 a janeiro de 2005, formando o acampamento Ireno Alves II.

A partir de negociação com o poder público, as famílias do Ireno Alves II foram transferidas para uma área da Polícia Rodoviária Federal na BR 020, a 3 km de Sobradinho/DF, com a promessa de que ficariam ali por 06 meses até serem assentadas.

Em junho de 2005, o acampamento muda seu nome para Pequeno William, em referência e homenagem a uma criança de 2 anos chamada William do acampamento Ireno Alves<sup>49</sup> que veio a óbito após ingerir água de uma mina contaminada por resíduos de agrotóxicos. Além da criança, várias outras pessoas do acampamento foram encaminhadas ao hospital com sinais de intoxicação após consumir a água contaminada por agrotóxicos.

O acampamento Pequeno William permaneceu nessa área por 5 anos, até outubro de 2010 quando foram transferidas para a área definitiva onde seria criado o assentamento. Antes da criação do PA, a área pertencia ao IFB (Instituto Federal de Brasília), que a utilizou por um período de tempo como pastagem para o gado. Ao longo dessa história o acampamento chegou a ter mais de 100 famílias acampadas.

Em 26 dezembro de 2011, é assinada a Portaria de criação do assentamento em uma área total de 144,17 ha e 60,73 ha de Reserva Legal, prevendo a criação de 11 unidades agrícolas familiares. Em maio de 2013, a EMATER-DF realiza o Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA e em agosto de 2013 após acordos em relação às condicionantes impostas pelas determinações ambientais<sup>50</sup>, acordou-se pela divisão em 22 parcelas de cerca de 5 ha. Dessa forma as famílias se dividem em 5 núcleos, 4 deles comportando 4 famílias e 1 composto por 6 famílias (figura 16). Cada núcleo possui uma área comunitária de aproximadamente 1 ha destinadas a projetos coletivos, como espaços culturais, de lazer, agroindústria, viveiro, entre outros.

---

49 O acampamento ficava próximo a grandes lavouras do agronegócio de soja, milho e feijão, que eram constantemente pulverizadas com agrotóxicos, através de aviões, tratores, bombas, cujos equipamentos eram lavados num córrego que abastecia o acampamento.

50 O assentamento Pequeno William está localizado na APA da Bacia do São Bartolomeu, o que implica na aplicação da Instrução Normativa SEMA/SEC/CAP/ N° 02, de 22 de abril de 1988, a qual instrui que a fração mínima do sistema de terras para a região é de 12 ha, o que daria a capacidade de assentar apenas 11 famílias.

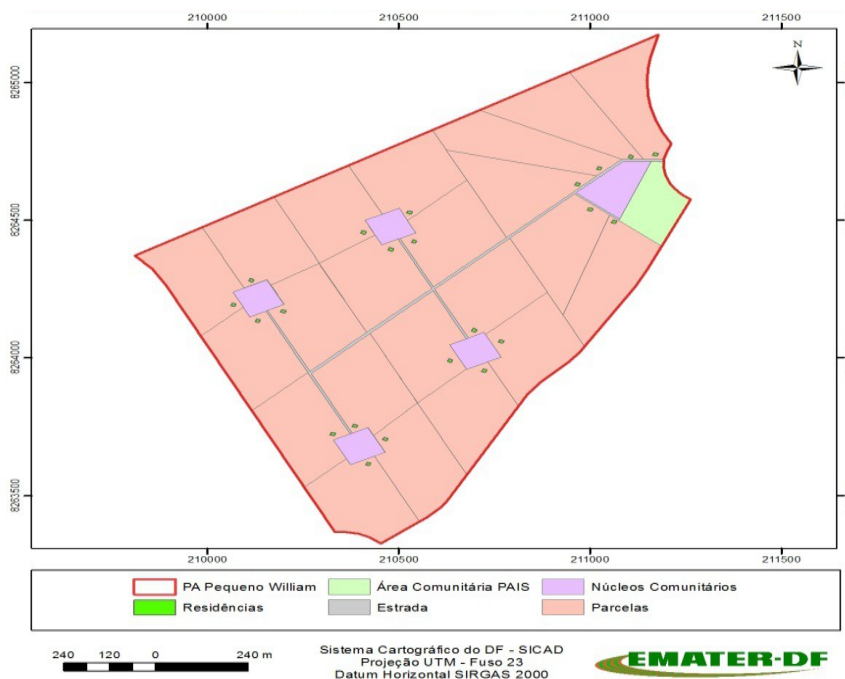


Figura 15. Mapa de organização espacial do assentamento Pequeno William.

Fonte: EMATER, 2013b.

Em relação às características físicas e edafo-climáticas do assentamento Pequeno William, o relevo é predominantemente Suave Ondulado (65,98%), mas também apresenta quantidade significativa de áreas na classe Plano (31,54%), sendo uma pequena parte classificada como Ondulado (2,48%). Os Latossolos ocupam 99,62% da área, caracterizando-se por solos com boa permeabilidade, mas bastante ácidos.

Não existem cursos d'água no assentamento, entretanto o PA localiza-se dentro da Bacia do Rio São Bartolomeu, a qual é considerada a maior bacia do DF. Cerca de 85% da área é composta por vegetação nativa do Cerrado, e em levantamentos florísticos no assentamento, destaca-se a presença em maior quantidade de espécies como *Kielmeyera coriácea* (pau santo), *Annona crassiflora* (araticum), *Erythroxylum decidum* (pau pombo), *Caryocar brasiliense* (pequi).

Durante todo o período em que as famílias estiveram acampadas elas ocuparam uma área de 1,5 ha para moradia e outra área de 17 ha para a realização de plantios diversos (figura 17).

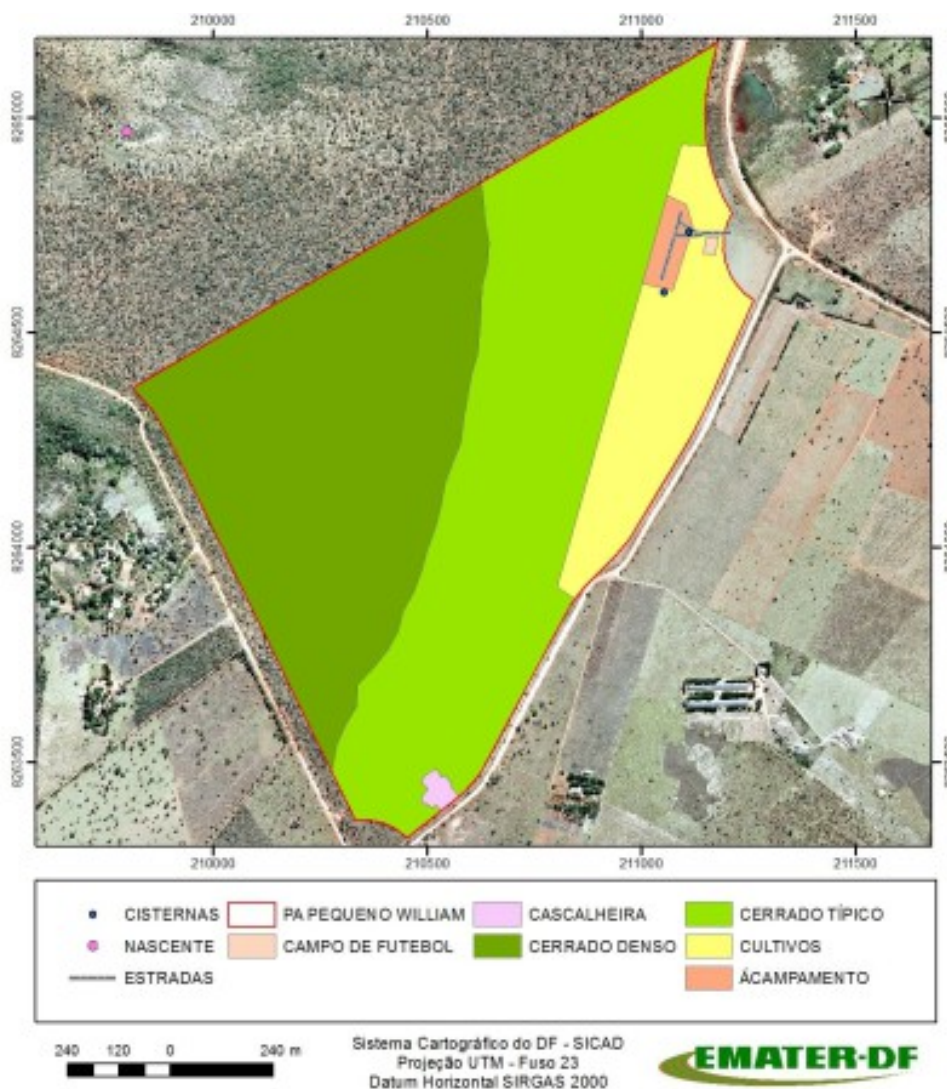


Figura 16. Mapa de uso e cobertura do solo durante o período do acampamento – outubro de 2010 a 2014.

Fonte: EMATER, 2013b.

Mesmo tendo enfrentado dificuldades no acesso à água para irrigação, as famílias sempre desenvolveram cultivos de base agroecológica de forma coletiva e individual, ao redor das moradias. É importante destacar que durante todo o período de organização do acampamento, as famílias sempre reafirmaram a opção pela produção em bases agroecológicas.

Em 2012, na área de cultivo coletivo foram instalados 5 sistemas PAIS<sup>51</sup> (Produção Agroecológica Integrada e Sustentável), financiados por um projeto da Fundação Banco do Brasil, os quais consistem no cultivo agroecológico de olerícolas consorciadas com um cercado para criação de galinhas (figura 18).



Figura 17. Sistema PAIS implantado durante o período de acampamento.

Fonte: EMATER, 2013b.

Ao longo do tempo de acampados, as famílias organizaram uma brigada de incêndio, os quais são de ocorrência comum na região, muitas vezes de forma intencional por chacareiros vizinhos. As famílias passaram por formação com um engenheiro florestal e receberam equipamentos de combate à incêndios florestais.

A instalação da infraestrutura básica no assentamento também é alvo da morosidade do Poder Público na efetivação dos assentamentos de Reforma Agrária. Apenas em 2014 foi instalada a rede de energia elétrica no assentamento e a água ainda é um entrave à garantia das necessidades básicas. O assentamento já possui um poço artesiano furado e a instalação hidráulica até as parcelas já foi realizada, mas a falta de acordos entre INCRA, ADASA, SEAGRI, CAESB, os quais não se responsabilizam pela ação, inviabiliza a concretização da obra.

Outro fato é a delonga para a obtenção da Licença de Instalação, emitida pelo IBRAM (Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal -

---

<sup>51</sup> A tecnologia social PAIS é baseada no modelo de agricultura sustentável, sem uso de produtos tóxicos e com a preocupação de preservar o meio ambiente. O modelo tem como objetivo, dentre outros resultados, a redução da dependência de insumos vindos de fora da propriedade, a diversificação da produção e a utilização eficiente dos recursos hídricos e naturais.



Brasília Ambiental). O IBRAM alega que a área do assentamento se encontra na área destinada para Unidade de Conservação de Refúgio da Vida Silvestre do Colégio Agrícola<sup>52</sup> vizinho ao assentamento e que possui um importante valor ambiental como remanescente do Cerrado, levando à assinatura de um TAC (Termo de Compromisso Ajustamento de Conduta) para definição da organização territorial do assentamento. O TAC reafirma o próprio acordo coletivo da comunidade de produzir em bases agroecológicas, garantindo que o desmatamento das parcelas ocupadas por vegetação do Cerrado não ultrapasse 2,5 ha. Porém, a delonga na assinatura do TAC por todas as partes envolvidas – IBRAM, INCRA, SEAGRI, EMATER, SEMA – inviabiliza a produção agrícola pelas famílias que estão instaladas nas parcelas compostas integralmente pela vegetação do Cerrado.

Em relação à moradia, as famílias também não acessaram o Programa Nacional de Habitação Rural, fazendo com que cada família resolva a situação da moradia digna por conta própria. Algumas famílias do assentamento construíram casas com a técnica de bioconstrução, outras casas de alvenaria, e algumas ainda moram em barracos de madeirite.

Desde a instalação do assentamento as famílias tiveram acesso a duas linhas de crédito, sendo elas o Apoio Inicial I e o Fomento Mulher. O Apoio Inicial foi pago a primeira parcela no valor de R\$ 2,4 mil, e o Fomento Mulher foi pago integralmente no valor de R\$ 3 mil. Apenas 1 assentada não recebeu o crédito inicial e o fomento mulher, por ter sido assentada em período anterior.

Dentro do assentamento existe a Associação dos Produtores Rurais e Agricultores Esperança – ASPRAFES, criada em 2012 com o objetivo de representar juridicamente as famílias do assentamento. Atualmente a associação possui 25 associados e se reúne uma vez ao mês para tratar de assuntos do interesse do assentamento.

Em 2011, com o apoio da EMATER-DF, as mulheres do assentamento construíram um grupo de produção de artesanato, nos quais utilizam matérias primas alternativas como a fibra da bananeira, palha do milho e do trigo, além de recursos naturais do cerrado, como flores, folhas e sementes encontradas no próprio assentamento. Outra atividade que grande parte das mulheres desenvolvem é o cultivo de plantas ornamentais, como suculentas e cactos.

---

52 Parecer Técnico 500.000.001/2014 – SUGAP/IBRAM



A juventude do assentamento também se organizou no coletivo denominado Juventude em Ação, e atuam em parceria com o coletivo de Juventude do MST DF e do curso de Educação do Campo da UnB - Planaltina. Recentemente, o coletivo vem debatendo com os demais moradores do assentamento ações e atividades voltadas para a cultura e educação dentro do assentamento. Entre as iniciativas que o grupo vem atuando destacam-se mutirões de limpeza e embelezamento do assentamento, cineclubes e o curso pré-vestibular solidário, que visa atrair professores voluntários para preparar a juventude assentada para os processos de seleção do vestibular da UnB e ENEM.

A constituição da Comuna Panteras Negras é outra importante ação cultural, formativa e social do assentamento. Localizada em uma parcela, a comuna busca ressignificar a forma de usufruir da mesma, destinando-a para cumprir o papel não só com um único núcleo familiar, mas também de dar suporte à outras militantes mulheres. A comuna desenvolve atividades no campo da educação, cultura e agroecologia com mulheres e jovens do assentamento e no início de 2018 inaugurou a Biblioteca Carolina Maria de Jesus, que conta com um acervo de mais de 1500 exemplares disponíveis para consulta.

O acesso à saúde é feito na Unidade Básica da Bica do DER, distante 7 km do assentamento. O acesso à escola é realizado tanto em escolas da área rural, no caso das séries iniciais, sendo disponibilizado transporte escolar, quanto em escolas da cidade de Planaltina, no caso do ensino fundamental e médio, cujo transporte é o ônibus regular de linha.

Atualmente o assentamento conta com assistência técnica ofertada pela EMATER-DF e com outras parcerias, sobretudo com o curso de Agroecologia do Instituto Federal de Planaltina, vizinho ao assentamento.

#### **4.5. UNIDADES DE PRODUÇÃO CAMPONESA DO ASSENTAMENTO OZIEL ALVES III**

##### **4.5.1. UNIDADE DE PRODUÇÃO 1**

###### **a. Histórico de vida**

A família é composta pela mulher, pelo marido, 2 filhas, 1 filho e 1 nora. A mulher é oriunda do Ceará e homem do DF. As filhas estão estudando no IFB Planaltina, uma fazendo curso técnico de agropecuária e a outra o curso superior de

agroecologia. O filho está servindo ao exército e só retorna para casa durante o fim de semana.

A história da família na luta pela terra se iniciou quando os pais do assentado foram acampados na Fazenda Toca da Raposa em 2004. Quando se mudaram para o Oziel, por volta do ano de 2006, o pai dele logo faleceu, e o casal se mudou para o assentamento para cuidar da parcela. Em 2011, por haver alguns lotes desocupados no assentamento, a política organizativa do MST priorizou os filhos de assentados para ocupar esses lotes, indicando outra Unidade de Produção para a família.

O assentado completou o 1º ano do Ensino Médio e a assentada o ensino fundamental. Os dois são os responsáveis pela produção, e os filhos contribuem no fim de semana. A nora que reside com a família e é a responsável pelo gerenciamento da produção agrícola. Toda a renda da família é proveniente da produção no lote.

#### **b. Condições socioeconômicas**

A família não produz apenas na sua própria UP, devido à falta de água. Eles relatam que é inviável abrir mais um poço artesiano, tendo em vista o desequilíbrio ao lençol freático. Mas afirmam que estão pretendendo acessar o crédito Prospera<sup>53</sup> de 30 mil reais para implantar um poço artesiano na UP. Dessa forma, eles produzem na sua UP e outra uma parte em um pedaço do lote vizinho, que conta com poço artesiano.

Eles receberam os créditos disponibilizados ao assentamento - apoio inicial e fomento mulher, os quais foram investidos na compra de ferramentas, tela e um triturador. A família recebeu também o recurso do programa Brasil sem Miséria no valor de R\$2.400,00 a fundo perdido, o que foi investido na compra de um Motocultivador modelo Tratorito.

A casa é de alvenaria, construída pela própria família com recursos provenientes da comercialização agrícola. O acesso à água é por meio de uma cisterna de 29 m, a qual só convém para o consumo. Além do tratorito, a família adquiriu também uma roçadeira costal, facilitando o trabalho de manejo agrícola. Em 2017, a família foi contemplada pelo projeto da Rede Bartô, que visa a recuperação ambiental da Bacia Hidrográfica com o plantio de mudas florestais.

---

53 O crédito Prospera é um programa da Secretaria de Trabalho no Governo do Distrito Federal com apoio do Banco de Brasília (BRB) e da EMATER-DF para apoiar empreendedores urbanos e agricultores rurais.

Em relação ao problema da água eles culpabilizam o poder público, que poderia resolver o problema de todo o assentamento perfurando um poço em cada área comunitária para uso coletivo dos núcleos.

A família faz parte das duas associações do assentamento: APROSPERA e APRACOA.

### **c. Organização da Produção Agrícola**

Toda a produção da UP é agroecológica e a família narra que sempre foram contra o uso de agrotóxicos e eram vistos como “loucos” pelos outros assentados que perguntavam: “porque vocês estão plantando mato?”.

Em 2015 a família foi escolhida por um projeto da WWF BRASIL que visava implementar sistemas agroflorestais em 3 lotes do assentamento e outras chácaras no Núcleo Rural do Pípiripau, os quais seriam os lotes demonstrativos em produção agroecológica. O projeto tinha como premissa o trabalho na forma de mutirão, que era realizado toda quarta-feira em um lote diferente. Eles avaliam que os mutirões foram os grandes incentivadores para produzirem de forma totalmente agroecológica, pois iam “vendo o que dava certo e dividindo o conhecimento um com outro”.

Após os mutirões surgiu a necessidade de criação da APROSPERA, com o objetivo de ser uma entidade com o foco de impulsionar a produção agroecológica. Hoje os dois vizinhos da UP também fizeram a transição agroecológica, o que eles consideram um grande benefício para eles também.

Eles relatam que perceberam que sempre tiveram vocação para produzir em base agroecológica: “parecia um bicho de 7 cabeças, porque o nome agroecologia é muito difícil, mas fomos fazendo os cursos e vimos que já sabíamos fazer isso tudo”.

Contando a produção agroecológica (tanto na própria UP quanto no pedaço de terra emprestado do vizinho) eles têm 2,5 ha plantados. Destaca-se ainda a presença de um expressivo quintal produtivo ao redor da moradia com várias flores e arbustos ornamentais e plantas medicinais, que demonstram um cuidado com o embelezamento e bem-estar da UP.

No manejo produtivo agroecológico a família produz na própria UP o adubo de compostagem, o fertilizante obtido pelo chorume da compostagem e caldas insetidas de pimenta e cebola. A família demonstra ter um caráter experimentador, pois estão sempre produzindo e testando diferentes insumos agroecológicos.

O principal sistema produtivo da UP é o maracujá pérola<sup>54</sup>, um tipo de maracujá adocicado, em que com 100 pés eles colhem 4 caixas por semana. Outras culturas são plantadas em sistema de consórcio e agrofloresta, os quais são o brócolis japonês, brócolis ramoso, berinjela, rabanete, nabo, cenoura, beterraba, jiló, alho poró, cebola, alface, rúcula, couve, acelga, maxixe, espinafre, tomilho, vagem, mostarda, chicória, pimentão, manjeriço, cebolinha e coentro, totalizando 24 espécies diferentes. No próximo plantio a UP será enriquecida com abobrinha itália, gergelim, feijão de corda, milho verde e repolho. O plantio de tomate e pepino é incipiente, pois eles planejam estruturar uma estufa para esse fim. O sistema agroflorestal também conta com frutíferas, como abacate, café, jaca, mamão, acerola, banana, limão, goiaba, manga, laranja, amora, pitaya e pokan. A abóbora e a mandioca são plantadas de forma consorciada em um talhão de 30 x 10 m. O plantio de feijão é realizado apenas durante o período de chuva.

A produção é certificada por OPAC<sup>55</sup> há 1 ano, conseguida por meio do auxílio técnico da associação APROSPERA.

Na UP também é possível verificar o plantio de espécies que serão utilizadas como adubação verde como margaridão e crotalária. Em relação à criação animal a UP tem 1 ovelha e 1 cavalo.

Os principais custos mensais de produção da UP descritos pela família são:

<b>Descrição</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Adubo cama de frango	1,5 m <sup>3</sup>	160,00
Mudas e sementes	Não informado	200,00
Combustível (comercialização e utilização das máquinas)	Não informado	500,00

Por utilizar tratorito e roçadeira costal próprios não há gastos com o preparo da terra, o que diminui consideravelmente os custos da produção.

A UP não faz beneficiamento dos produtos, apenas seleção e lavagem dos vegetais. A família fez questão de destacar que não utiliza plástico e isopor como embalagem dos produtos, utilizando fibra de bananeira para amarrar os maços de

54 O maracujá BRS Pérola do Cerrado é um cultivar desenvolvido pela EMBRAPA Cerrados (Planaltina-DF).

55 A certificação por meio da OPAC (ORGANISMO PARTICIPATIVO DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE ORGÂNICA) está dentro do Sistemas Participativos de Garantia (SPG). Nesse sistema o agricultor deve participar ativamente do grupo ou núcleo a que estiver ligado, comparecendo a reuniões periódicas e o próprio grupo garante a qualidade orgânica de seus produtos.

verduras. Algumas verduras como cenoura e beterraba são comercializadas com as folhas, a pedido dos seus consumidores.

Apesar de toda variedade produzida na UP, eles relataram que não costumam consumir tudo o que plantam. O assentado diz que come qualquer verdura, já a assentada diz que aprendeu desde criança a comer só abóbora e mandioca e às vezes consome couve e cheiro verde. A família gasta cerca de R\$ 500,00 mensais em mercado para adquirir itens da sua base alimentar que não produzem como arroz, carne, óleo.

#### **d. Sistema de Comercialização**

Toda a produção da UP é comercializada pelo sistema CSA, com a constituição de 10 cestas semanais. As cestas possuem 10 itens diferentes e são entregues para funcionários da ADASA, no Plano Piloto, às terças-feiras. Quem faz a entrega é o assentado.

Quando a família não consegue completar os 10 itens da cesta, eles adquirem de outra UP que faça parte da mesma associação. As frutas ainda não são comercializadas e o café plantado é apenas para o consumo da família.

Após um diagnóstico realizado pelos consumidores, foi estimado o valor de R\$298,00 para cada cesta. De três em três meses é feita uma reavaliação dos custos e do valor da cesta. A família demonstrou expectativa em aumentar o número de cestas, justificando que para eles esse é o melhor sistema de comercialização, pois conseguem se organizar na quantidade a ser produzida.

### **4.5.2. UNIDADE DE PRODUÇÃO 2**

#### **a. Histórico de vida**

Faz parte da família o homem, a mulher e uma filha. Durante a entrevista só foi possível conversar com o assentado, o qual é natural de Buritis-MG, onde conheceu o MST. Vindo para o DF em busca de trabalho, trabalhou na construção civil até chegar ao acampamento em 2003. Passou por vários acampamentos do MST e participou ativamente das instâncias organizativas do movimento. Quando chegou ao assentamento foi para o núcleo nº 4, onde tinha muitas dificuldades com o acesso à água e em 2007 se mudou para a atual unidade de produção.

### **b. Condições socioeconômicas**

Na UP há um poço artesiano de 70 m, o que garante o acesso à água para consumo e irrigação da produção. A utilização de máquinas no preparo da terra é feita por meio do pagamento de hora de serviço para outros vizinhos do assentamento que trabalham com isso. A casa é de alvenaria, construída com recursos financeiros da própria família.

Os créditos recebidos pela família – apoio inicial e fomento mulher - foram investidos na compra de ferramentas e plantio de maracujá.

Os três residentes da UP trabalham na produção agrícola e a filha está participando do projeto da Rede Bartô. Eles fazem parte das duas associações: APROSPERA e APRACOA.

### **c. Organização da Produção Agrícola**

Dos 7 ha da UP, 2 estão plantados com horta agroecológica em sistema de consórcio. As principais culturas são: quiabo, jiló, maxixe, nabo, cebola, cebolinha, alho poró, rabanete, berinjela, pimentão, brócolis ramoso, brócolis japonês, couve, espinafre, beterraba, cenoura, alface, cheiro verde, repolho, abóbora, ervilha, mostarda, banana, feijão de corda, feijão carioca, milho verde, maracujá pérola, totalizando cerca de 27 culturas diferentes.

A família sempre produziu de forma “orgânica”, conforme eles denominam. Mas tinham muitas dificuldades com a comercialização, pois não tinham certificado e acabavam comercializando como convencional.

Os itens plantados não fazem parte da base alimentar da família, que não costuma consumir verduras e legumes. O assentado argumenta que “não come por não fazer”.

O adubo utilizado na UP é comprado de outro vizinho do assentamento e é contratado o serviço de mão-de-obra de um diarista duas vezes na semana para ajudar no trabalho da produção.

Os principais custos mensais de produção da UP são:

<b>Descrição</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Cama de frango	1 m <sup>3</sup>	120,00
Mudas de hortaliças	6 bandejas	96,00
Sementes	Não informado	40,00
Combustível (comercialização)	Não informado	240,00
Mão-de-obra	8 diárias/mês	400,00

### **d. Sistema de Comercialização**

A produção é comercializada na forma de cestas semanais pelo sistema CSA. A UP entrega 20 cotas no valor de R\$ 289,00 cada no Lago Norte. Cada cesta tem entre 8 a 12 produtos, a depender da produção semanal. De cada cota é reservado um valor de R\$ 89,00 para custear os fatores de produção.

Antes de comercializar na forma de cestas, a família vendia sua produção nas ruas e calçadas de Planaltina. A comercialização era feita por pacotinhos em torno de 400 g no valor de R\$ 1,00. Uma parte da produção também era escoada por meio de atravessadores para a CEASA, onde chegaram a vender 1 caixa de 20 kg de mandioca por R\$ 7,00, valor muito abaixo do praticado no mercado. Nesse período a produção era menos variada, em torno de 8 culturas, o que comprova a hipótese de que a viabilização comercial possibilita o aumento da diversidade.

A família relata que muitos consumidores têm preconceito, pois acham que os assentados pela reforma agrária não produzem. Para eles, isso está sendo revertido com o modelo de CSA, onde os consumidores visitam a UP e podem comprovar a diversidade de itens produzidos.

#### **4.5.3. UNIDADE DE PRODUÇÃO 3**

##### **a. Histórico de vida**

A família é proveniente de Minas Gerais e Goiás, sendo ao total 6 pessoas que compõem a UP: o assentado, a assentada, três filhos e uma nora.

O assentado trabalhava na construção civil em Brasília, mas a família sempre tinha o sonho de ter um pedaço de terra, mas eram impedidos pela falta de recurso financeiro para comprar uma chácara. Em 2002 vieram para o acampamento e em 2011 para a UP atual.

Toda a família reside e trabalha na UP, realidade de cerca de 1 ano, pois antes os filhos e o próprio assentado trabalhavam na cidade.

##### **b. Condições socioeconômicas**

A água utilizada na UP é proveniente de poço artesiano, perfurado há 2 anos. Antes a água era de cisterna, o que inviabilizava a produção agrícola. Demonstrando uma habilidade para experimentação o assentado quer construir um sistema de armazenamento de água da chuva para ser usada na irrigação.

A casa de alvenaria foi construída com recursos e mão de obra da família. Para completar a construção eles utilizaram o crédito do fomento mulher para fazer o reboco

e colocar o piso na casa, além de implementar um plantio de maracujá. O crédito do apoio inicial foi utilizado para compra de ferramentas. A UP conta com um microtrator motocultivador modelo Tobata.

A família faz parte das duas associações do assentamento, tendo tido um papel central na fundação da associação APRACOA em 2008. O assentado foi um dos fundadores da associação na época, que foi criada em consonância com discussões realizadas pelo MST da necessidade de ter uma entidade representativa com pessoa jurídica no assentamento.

Além das duas associações, a UP também está vinculada à Associação Agroorgânica do DF.

### **c. Organização da Produção Agrícola**

Há cerca de 2 anos a família vem realizando o processo de transição agroecológica na UP, impulsionado pela participação nos mutirões agroecológicos do assentamento. Para o assentado com o mutirão ele pode aprender e ver o que cada um faz que dá bom resultado.

A família demonstra ter cuidado e consciência ambiental, sendo preocupados com a separação do lixo, reutilização da água e outras tecnologias sociais que permitam a melhor utilização dos recursos naturais. A definição pela escolha de plantar em bases agroecológicas fica evidente quando o assentado diz “o veneno te mata, não volto de jeito nenhum pro convencional”.

Das culturas produzidas na UP estão: mandioca, batata doce, cenoura, beterraba, inhame, abobrinha Itália, berinjela, repolho, alface, couve, brócolis, couve flor, alho poró, cebola, coentro, cebolinha, nabo, pimentão, pimenta de cheiro, tomate (2 tipos), pepino, espinafre, rabanete, quiabo, jiló, maxixe, feijão, totalizando 27 espécies de hortaliças; e frutíferas como café, mamão, limão, maracujá pérola, banana, manga, seriguela, laranja, mexerica, goiaba, caju. Outras espécies começaram a ser plantadas na UP a partir da transição agroecológica, como beldroega, peixinho e temperos como manjerição, poejo, hortelã. Além da área de produção, todo o quintal da casa é rodeado de espécies frutíferas. Como adubação verde a UP utiliza o margaridão.

A UP também tem um galinheiro construído adjacente à casa, com estrutura razoável. Atualmente possuem 400 galinhas caipira.

O processo de escolha pela agroecologia também modificou os hábitos alimentares da família. Antes eles comiam poucos legumes e verduras, agora com a



variedade que plantam estão sempre testando novas receitas e formas de se alimentar a partir do que produzem. A família manifesta preocupação com o que se alimentam, priorizando o plantio para consumo próprio e garantia da segurança alimentar.

Como forma de organizar o trabalho na UP, a família elaborou um quadro para delimitação da tarefa semanal de cada membro.

Os principais custos mensais de produção da UP são:

<b>Descrição</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Esterco de gado	Não informado	125,00
Mudas e sementes	Não informado	300,00
Combustível (máquinas)	Não informado	200,00
Fertilizantes Yoorin	1 saco	70,00

Como elementos inovadores da UP está a produção dos próprios compostos orgânicos utilizados, como a calda bordalesa, húmus de minhoca, adubo bokashi, adubo foliar, e outros preparados e caldas que são feitos como forma de teste e experimentação.

#### **d. Sistema de Comercialização**

A comercialização é feita na forma de cestas para o CSA e para a associação Agroorgânica do DF. Para essa associação a UP fornece semanalmente 100 kg de mandioca e batata doce, recebendo R\$ 300,00 por semana.

A comercialização na forma CSA é feita em 15 cotas, entregues semanalmente no Plano Piloto pelo próprio assentado. Cada cesta tem entre 8 a 10 itens em um valor mensal de R\$ 296,00. Mas a família sempre acrescenta mais itens na cesta, principalmente quando a produtividade da UP é alta. É possível perceber no relato do assentado que os itens produzidos pela UP são moldados pelos gostos e preferências dos seus consumidores.

Antes de comercializarem dessa forma, a UP quase não acessava o mercado. Nesse sentido, a comercialização assegurada incentivou a produção e a diversidade na UP. O assentado menciona que hoje a UP tem produção suficiente para atender 40 cotas mensais.

A comercialização das galinhas, tanto da carne quanto dos ovos é realizada por fora do sistema de cestas, a partir de demanda dos consumidores.

Para a família “é muito prazeroso conhecer quem vai comer o que você planta, dá mais prazer de plantar, de adubar”. Como um todo eles avaliam que a comercialização na forma de cestas permite uma melhor organização da UP, pois o recurso financeiro é previsível, ao contrário do que seria se comercializassem na feira.

#### **4.5.4. UNIDADE DE PRODUÇÃO 4**

##### **a. Histórico de vida**

A UP é constituída por dois núcleos familiares: o primeiro é composto pelo assentado, pela assentada, por dois filhos, e o segundo pela mãe, padrasto e irmão do assentado. Desses apenas o assentado, a assentada e o filho mais novo trabalham na UP.

O assentado trabalhava como terceirizado na NOVACAP em Brasília e em 2002 soube da formação de um acampamento do MST em Minas Gerais se mudou para lá. Após 2 anos atuando como militante do MST na região, veio para o Oziel Alves III para contribuir na coordenação do então acampamento.

A participação na militância fez com que o assentado se dispusesse a discutir vários temas durante a entrevista, como a conjuntura política nacional e a conjuntura agrária. Para ele “não existe reforma agrária no Brasil, porque o governo tem que dar estrutura para trabalhar, com casa digna, água luz, mas não, só joga as pessoas numa terra degradada. Por isso muita gente vai embora do assentamento”.

Antes de estabelecer a produção na UP, o assentado trabalhava fora como mestre-de-obras.

##### **b. Condições socioeconômicas**

Na UP há duas casas de alvenaria, uma para cada núcleo familiar, as quais foram construídas com recursos financeiros da própria família.

O acesso à água é por meio de poço artesiano, que foi aberto por conta própria também. Apesar do poço ter sido financiado individualmente, o assentado fornecia água de forma gratuita para mais 15 famílias do assentamento que não dispunham de água.

Em relação aos créditos acessados, o Apoio Inicial foi utilizado para compra de ferramentas, o Fomento Mulher foi investido no plantio de abóbora cabotiá e o Próspera, no valor de 15 mil reais, foi utilizado para implantar uma agrofloresta, construir um tanque de peixe e melhorar o sistema de irrigação. O crédito do Próspera ainda será pago.

Para o trabalho produtivo a própria UP tem uma roçadeira manual e um triturador, e o assentado planeja acessar outro crédito do Prospera para adquirir um microtrator modelo Tobata.

A família participa das duas associações do assentamento.

### **c. Organização da Produção Agrícola**

A produção da UP é toda agroecológica e começou com a participação da assentada nos mutirões agroecológicos do assentamento organizados pela APROSPERA. Desse momento em diante a família passou a fazer experiências de manejo agroecológico na própria UP, avaliando o que dava certo em termos de produtividade. A própria família diferencia que a produção da UP é agroecológica e não orgânica, pois é pensada a interação de todo o agroecossistema.

Uma característica da UP é a organização de um caderno de campo, em que consta o registro de todas as espécies plantadas e período de colheita das mesmas.

A produção agroecológica da UP é composta por duas agroflorestas e um plantio de 3 ha de maracujá pérola. Uma das agroflorestas, tem 8 mil m<sup>2</sup>, tendo como culturas principais hortaliças e frutíferas. A outra agrofloresta tem 6 mil m<sup>2</sup> e tem o foco de frutos do Cerrado.

As espécies de hortaliças presentes na UP são: alface, alho poró, almeirão, berinjela, beterraba, brócolis (2 tipos), cebola, acelga, cebolinha, cenoura, chicória, coentro, couve, couve flor, ervilha, jiló, mandioca, maxixe, nabo, pepino, pimentão, rabanete, repolho, rúcula, salsa e tomate, totalizando 27 espécies diferentes. Também há a produção de espécies medicinais e de temperos, tais como alecrim, camomila, hortelã, manjeriço, orégano e tomilho.

De espécies do cerrado foram contabilizadas 34 espécies, as quais foram consorciadas com cacau e eucalipto.

A expectativa da UP é ter como culturas principais a banana, o café e a gueroba. Para isso foram plantadas 400 mudas de banana e 920 de gueroba. O café ainda será plantado no próximo período de chuva.

De criação animal, há o tanque de peixe, porco, cavalo e galinhas, mas sem fins comerciais.

A família relata que se alimenta de tudo o que produzem, não tendo preferência por nenhuma cultura, mas que às vezes não sabem como preparar determinado alimento.

Os principais custos mensais de produção da UP são:

<b>Descrição</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Esterco de gado e cama de frango	Não informado	600,00
Mudas e sementes	Não informado	250,00

Demais custos como combustível e fertilizantes não foram informados. A família não contrata serviço de trator para preparo da terra.

A compra de sementes e mudas é relatada pela família como um problema, pois não os encontram produzidos de forma agroecológica para adquirirem. O assentado acrescenta que esse eles tivessem mais tempo disponível eles gostariam de produzir as próprias mudas de hortaliças.

O assentado expõe de forma incisiva que não concorda com o plantio de sementes transgênicas e uso de agrotóxicos, por ter aprendido e se convencido disso durante a lutas realizadas pelo MST de denúncia ao modelo do agronegócio.

#### **d. Sistema de Comercialização**

A única forma de comercialização da UP é pela venda de cestas no modelo CSA. A entrega é realizada na sede da EMATER-DF e na SEAGRI, 1 vez na semana, no total de 19 cotas. A expectativa da família é chegar a 60 cotas, pois percebem que há uma grande adesão pela produção agroecológica. O valor de cada cesta com 10 itens é de 298 reais, mas geralmente são colocados 15 itens, como forma de agradar os consumidores.

A família tentou uma experiência de vender cestas de menor valor para outros consumidores, mas não houve sucesso, o que explicita a diferença do perfil consumidor dos integrantes do formato CSA. Para eles, o CSA não envolve só dinheiro, mas também uma relação de confiança entre agricultor e consumidor.

A perspectiva da família é que quando a UP tiver uma produção maior, a comercialização seja feita também em feiras locais, mas tendo ressalvas de apostar só nesse formato, por acreditarem que esse equipamento dificulta o trabalho diário na lavoura.

### **4.5.5. UNIDADE DE PRODUÇÃO 5**

#### **a. Histórico de vida**

A família é composta pelo assentado, pela assentada e três filhos. Todos trabalham na UP e os três filhos estão na escola.

O assentado participou da Comissão Pastoral da Terra no Pará, quando morou no estado. Essa aproximação com a luta pela terra o instigou a procurar um assentamento no DF e em 2010 conheceu o assentamento Oziel Alves III.

Durante esse período, o assentado continuava trabalhando fora do assentamento e só produzia culturas perenes no período de chuva. Em 2013 construiu uma casa de alvenaria com recursos oriundos do trabalho como motorista e a família toda se mudou definitivamente para o assentamento.

#### **b. Condições socioeconômicas**

A família faz parte das associações APRACOA e APROSPERA e do Associação Agroorgânica do DF. Toda a renda da família vem da produção na UP.

O acesso à água é por meio de poço semi-artesiano com profundidade de 60 m, o que permite ter água para consumo e para a produção. O poço foi furado com recursos do crédito Prospera, que ainda será pago.

O crédito do Apoio Inicial foi utilizado para compra de roçadeira costal e o crédito do Fomento Mulher para construir um tanque de peixe.

#### **c. Organização da Produção Agrícola**

Quando chegaram ao assentamento, a produção agrícola da UP era convencional, com utilização de adubo químico e agrotóxicos. A transição pela agroecologia se deu com a participação nos mutirões agroflorestais do assentamento. O assentado relata que aprendeu a conviver com tudo o que a UP tem, como saber utilizar em seu benefício o capim *brachiaria*.

A produção da UP está organizada em 2 ha, em que foi implantada uma agrofloresta. As culturas de hortaliças, frutas e ervas de temperos produzidas na agrofloresta são: batata baroa, batata doce, chalota, mandioca, alface, chuchu, manjericão, hortelã, orégano, mamão, poejo, banana, espinafre, alho, cebolinha, cana-de-açúcar, abacaxi, berinjela, pimenta, mostarda, repolho, abobrinha Itália, alecrim, cenoura, couve, beterraba, vagem, rúcula, rabanete, coentro, salsa, pepino, quiabo, acelga, abóbora cabotiá, melancia, cará, brócolis, couve flor, maracujá pérola, açafrão, milho, tomate, taioba. De espécies de árvores destaca-se o baru, jatobá, ingá, embaúba e até açaí.

Em relação à criação animal, a UP possuiu o tanque de peixe e aproximadamente 100 galinhas caipiras. A produção de ovos semanalmente é de 18 a 20 dúzias.

Toda a produção é certificada com selo da OPAC Cerrado, que foi conseguida por intermédio da associação APROSPERA.

Os principais custos mensais de produção da UP são:

<b>Descrição</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Adubo cama de frango	1ton	220,00
Mudas e sementes	Não informado	200,00
Fertilizante Yoorin	20 kg	45,00

Outros insumos como Bokashi e caldas fertilizantes não foram contabilizados, pois são usados esporadicamente. O assentado relata que gostaria de fazer os próprios insumos, mas não consegue dividir o tempo entre a produção agrícola, comercialização e a fabricação dos insumos.

A família demonstra interesse por experimentar o plantio de espécies que não faziam parte da rotina produtiva da UP, tornando uma característica de identidade da UP.

A base alimentar da família também foi modificada com o processo de transição agroecológica. Ao consumir boa parte do que produzem, a família precisa comprar apenas os itens de mercearia seca e carnes no mercado, se preocupando em diminuir o consumo de alimentos industrializados.

#### **d. Sistema de Comercialização**

Toda a produção é comercializada no formato de cestas CSA e em uma feira local na Asa Norte.

A comercialização na feira da Asa Norte é anterior à entrada no sistema CSA. O assentado reúne produtos de outros agricultores do assentamento e leva para a feira às sextas-feiras pela manhã. A avaliação da família é que a venda na feira é um complemento, pois já há uma fidelidade dos consumidores com o ponto de comercialização.

No modelo CSA, a UP comercializa 27 cestas, no valor mensal de R\$ 280,00. Os consumidores são os pais de alunos de uma escola na Asa Norte. Cada cesta tem em média 10 itens. A família demonstra gostar desse formato, pois há uma relação de proximidade entre os agricultores e consumidores para além do preço da produção.

### **4.5.6. UNIDADE DE PRODUÇÃO 6**

#### **a. Histórico de vida**

Fazem parte da UP o assentado, a assentada, um filho, nora e neta. O núcleo familiar do filho chegou ao assentamento em 2017, deixando o trabalho como mecânico na cidade para trabalhar na produção agrícola.

De origem camponesa do estado de Minas Gerais, o casal se conheceu em Brasília, quando chegaram no início dos anos de 1970.

A história da família passa pela participação em outros acampamentos do MST DF, desde o ano de 2011. Em 2012, a família foi delegada pelo movimento para a tarefa de zelar pelo espaço onde será construída uma Escola de Formação na área comunitária do assentamento.

Desde então a família se mudou para o assentamento e por definição política da organização e do assentamento foram beneficiados com uma parcela.

#### **b. Condições socioeconômicas**

A casa em que a família mora já estava construída na UP quando eles se mudaram, porém, a família a reformou e ampliou, principalmente para receber o núcleo familiar do filho.

O acesso à água é pelo poço artesiano de 80 m, perfurado com recursos financeiros do crédito Próspera. A UP dispões de trator com implementos adquiridos por meio do crédito do Fundo de Desenvolvimento Rural da SEAGRI – DF. E o crédito do Fomento Mulher foi investido para o plantio do maracujá pérola.

A família participa das duas associações do assentamento.

#### **c. Organização da Produção Agrícola**

A produção da UP sempre foi agroecológica, mas era utilizada apenas para consumo de subsistência. A produção agroecológica aumentou quando a UP foi contemplada com o projeto das unidades de agroflorestas do projeto da WWF Brasil.

Da área total da UP, cerca de 3,5 ha estão plantados com os seguintes subsistemas: sistema agroflorestal, horta, maracujá pérola, mandioca/batata doce, abóbora. Também há a criação de 100 galinhas caipiras.

A produção agrícola é composta por hortaliças, frutas e temperos, entre os quais estão: mandioca, batata doce, batata yacon, inhame, cenoura, beterraba, rabanete, couve flor, brócolis, repolho, rúcula, chicória, alcega, pimentão, berinjela, alface, salsa, coentro, salsa, alho poró, cebolinha, manjericão, hortelã, cidreira, cebola, alho, banana, abobrinha itália, jiló, pepino, maxixe, abobrinha menina, chuchu, tomate cereja,

pimentas, laranja, goiaba, limão, abacate, pitanga, abacaxi, amora, jambo, romã, figo, coco, manga, jabuticaba, beldroega, ora pro nobis, capuchinha, peixinho, erva doce.

Na própria UP, a assentada produz panificados como biscoitos, broca e bolos. Outro produto que a família beneficia é a farinha da crueira da mandioca.

A família relata se alimentar de tudo o que produzem, tendo se tornando mais curiosos para experimentar novos alimentos com a percepção da vivência na agroecologia.

Os principais custos mensais da UP são:

<b>Descrição</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Cama de frango	Não informado	180,00
Mudas e sementes	Não informado	180,00
Mão-de-obra	Não informado	50,00

Para ajudar no serviço da produção a UP contrata mão-de-obra de diarista duas vezes por semana.

Outros insumos utilizados pela família são: calcário, bokashi e fertilizantes Yoorin, boro e sulfato de magnésio.

#### **d. Sistema de Comercialização**

A comercialização da UP é feita no formato de cestas CSA, onde são vendidas 30 cestas semanais. O valor mensal de cada cesta é de R\$ 298,00 e a entrega é realizada pelo próprio assentado às terças-feiras em uma escola da Asa Norte.

Antes do CSA, a UP comercializava para o Sindicato dos Produtores Orgânicos do DF e outros atravessadores.

### **4.6. UNIDADES DE PRODUÇÃO CAMPONESA DO ASSENTAMENTO PEQUENO WILLIAM**

#### **4.6.1. UNIDADE DE PRODUÇÃO 7**

##### **a. Histórico de vida**

A UP é composta por dois núcleos familiares, um do assentado e da assentada, e o outro do sobrinho do assentado, com sua esposa e filho.

O assentado é natural de Buritis-MG e conheceu o MST em outro assentamento do município por volta do ano de 2002, onde seus irmãos eram assentados. Veio pra Brasília por convite do irmão que estava acampado no Pequeno William e sempre atuou



junto ao Setor de Produção do MST. Mas enfatiza que depois que se tornou assentado ficou mais difícil contribuir diariamente nas lutas e ações do movimento.

A participação nas atividades do MST contribuiu para que o assentado conseguisse ter visões mais coletivas sobre o processo de desenvolvimento dos assentamentos da Reforma Agrária.

O sobrinho do assentado foi estudante do curso superior de Agronomia por indicação do MST na Venezuela. O assentado estudou até a 4ª série do ensino fundamental e a assentada até a 8ª série.

O assentado e o sobrinho trabalham na produção da UP e a assentada atua no empacotamento das hortaliças para comercialização e no gerenciamento da produção e comercialização.

#### **b. Condições socioeconômicas**

O crédito inicial foi utilizado para implantar o sistema de irrigação na UP e o fomento mulher não foi acessado, pois não eram casados no período. Outro crédito acessado foi o Prospera, que foi utilizado para perfurar o poço artesiano em 2017.

A casa de alvenaria foi construída com recursos da própria atividade agrícola da UP. O trator utilizado no preparo da terra é proveniente da própria associação do assentamento.

O assentado participa da associação local do assentamento, tendo sido presidente durante o ano de 2017.

#### **c. Organização da Produção Agrícola**

A produção da UP é toda agroecológica, seguindo a discussão e definição de todo o assentamento. A participação do assentado no sistema PAIS durante o período do acampamento e a realização de cursos e oficinas oferecidos pela EMATER-DF, pelo IFB Planaltina e outras instituições incentivaram e contribuíram para o desenvolvimento da produção agroecológica atual.

Para o assentado produzir dessa maneira não é mais fácil que o modelo convencional, pois demanda mais mão-de-obra, mas hoje se convenceu que para a agricultura esse é o melhor sistema produtivo, pois como ele mesmo relata “sei o que vou perder se usar veneno”. Outro elemento que contribuiu para o convencimento do assentado, foi verificar que o preço praticado no mercado orgânico é maior que o convencional.

A UP produz o ano todo em torno de 28 variedades de hortaliças e frutas, entre as quais estão a batata doce, mandioca, cenoura, beterraba, couve flor, alho poró, cebola, espinafre, salsão, alface, brócolis, rúcula, rabanete, pepino, couve, berinjela, vagem, ervilha, abobrinha Itália, milho verde, coentro, salsa, hortelã, manjeriço, banana, limão, mexerica, manga. Após a colheita, todas as hortaliças são lavadas, higienizadas e embaladas na própria UP.

Não há criação animal, o que é justificado pela falta de tempo, estrutura física e financeira.

O assentado relata que a diversificação da produção só traz benefícios, pois diminui a ocorrência de pragas agrícolas e melhora a inserção no mercado. A produção é certificada pelo selo OPAC.

Os principais custos mensais da UP são:

<b>Descrição</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Fertilizantes e adubos orgânicos	Não informado	500,00
Mudas e sementes	Não informado	150,00
Mão-de-obra	Não informado	2.500,00
Etiquetas e embalagens	Não informado	350,00

A mão-de-obra é paga ao sobrinho e em casos de contratação de diaristas na semana. O serviço de preparo da terra com trator não foi mensurado mensalmente, mas é pago uma taxa de R\$ 70,00 por hora de serviço, que é empenhado no caixa da associação. Os principais fertilizantes usados são o Yoorin e o Bokashi.

O consumo alimentar da família é resumido em aproximadamente 6 variedades do que eles produzem. Os demais itens são adquiridos no mercado, como arroz, café, óleo, açúcar. O assentado acrescenta, que se tivesse mais tempo e organização poderia produzir na própria UP esses itens. Há variedades na UP que a família nunca se alimentou, como salsão, espinafre e alho poró, os quais passou a produzir por demanda dos consumidores na feira.

O assentado demonstra ter um caráter empreendedor, tendo a expectativa de para o próximo ano construir uma estufa para a produção de algumas espécies e cobrir os canteiros com lona, o que aumentará a produtividade.

#### **d. Sistema de Comercialização**

A comercialização da UP é feita em feira no Mercado da Agricultura Familiar da CEASA, para o Mercado Orgânico do CEASA e para a Associação Agroorgânica. A UP também acessa o mercado institucional com o PAA<sup>56</sup>, no valor de R\$ 6.500 por ano.

Para a feira, onde é destinado mais de 60% do que é produzido, a comercialização é feita pelo próprio assentado, que a partir da associação organiza o grupo de produtores do assentamento. A logística de transporte é realizada com o caminhão da associação, em que os custos operacionais são divididos igualmente entre os agricultores que comercializam na feira.

A comercialização na feira da CEASA é tida como a melhor forma, pois o retorno financeiro é imediato, além de permitir criar um vínculo direto com o consumidor. O assentado relata que há uma sensibilização maior dos consumidores ao saberem que a produção da UP é proveniente de um assentamento da Reforma Agrária. Ele também diferencia o público que consome em feiras orgânicas como um perfil mais interessado em saber como o alimento foi produzido.

#### **4.6.2. UNIDADE DE PRODUÇÃO 8**

##### **a. Histórico de vida**

Fazem parte da família a assentada, dois filhos de 3 e 7 anos e o irmão. A assentada é nascida no Piauí e veio para Brasília quando se casou aos 13 anos. Aos 30 anos ficou viúva do primeiro casamento e se casou novamente com uma liderança de um assentamento do MST do Noroeste de Minas Gerais.

No início do acampamento Pequeno William o casal veio para o DF e recentemente, no início de 2017, ficou viúva, assumindo a coordenação da UP sozinha. Nesse quadro, o irmão da assentada foi morar na UP para contribuir nas atividades produtivas.

Tanto a assentada quanto o irmão trabalham na UP, e a assentada recebe ainda um auxílio pensão, decorrente da sua primeira viuvez.

##### **b. Condições socioeconômicas**

---

56 O PAA – Programa de Aquisição de Alimentos foi criado Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003 e possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Para o alcance desses dois objetivos, o programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino.

A família construiu a casa de alvenaria com recursos financeiros próprios e na UP há também uma casa de madeirite, onde reside o irmão da assentada. A UP não teve acesso a nenhum crédito, pois se encontrava em condição de bloqueada no Tribunal de Contas da União por receber o auxílio pensão.

O acesso à água é através de um poço semi artesiano, que é utilizado para consumo da residência e irrigação. O trator utilizado no preparo da terra é proveniente da própria associação do assentamento.

Para a assentada, as dificuldades de infraestrutura na UP são costumeiras, pois para elas as dificuldades maiores começam quando há a conquista do assentamento.

A assentada participa da associação e já participou do grupo de mulheres do assentamento.

### **c. Organização da Produção Agrícola**

Dos 5 ha da UP, aproximadamente 1,5 são usados na produção de hortaliças e frutíferas agroecológicas e em um tanque de peixe. A opção pelo plantio agroecológico se deu pelos mesmos motivos mencionados nas outras UP's do assentamento Pequeno William, demonstrando a firmeza e determinação diante da discussão do modelo de assentamento agroecológico realizada ainda no período de acampamento.

Além da preocupação com o meio ambiente, ela relata que produzir dessa forma é garantir uma saúde de qualidade para o consumidor e para o agricultor. E acrescenta que prefere perder a produção, do que ter que aplicar agrotóxicos.

A horta agroecológica está organizando em sistema de consórcio de culturas, com aproximadamente 32 variedades de hortaliças, frutas e temperos: cenoura, beterraba, alho poró, cebolinha, mandioca, batata doce, alface, coentro, salsa, couve, brócolos, couve flor, rabanete, pepino, abobrinha Itália, espinafre, salsão, berinjela, agrião, rúcula, vagem, tomate, manjeriço, hortelã, abóbora seca, abóbora cabotiá, banana, mamão, limão, goiaba, acerola, romã. Toda a produção é certificada por OPAC.

No mercado é comprado o que não é produzido na UP e assentada conta que “meu sonho é não comprar mais nada fora, quando vejo aquele T de transgênico me dá uma tristeza”. A assentada demonstra ter bastante interesse e preocupação pelo que a família se alimenta, relatando diversos usos medicinais das culturas produzidas na UP. No entanto, ela relata que a rotina exaustiva de um dia de trabalho agrícola não lhe permite ter tempo de preparar melhor a alimentação da família, que acaba se resumindo

em arroz, feijão, carne e salada. Ela acrescenta ainda sobre a dupla jornada de trabalho de trabalhar na produção agrícola e ter que “parar pra fazer comida para a família”.

Em seu sentido experimentador ela planeja poder aumentar a produção de espécies para chás e temperos, mas que atualmente não possui tempo para se dedicar a isso.

Os principais custos mensais da UP são:

<b>Descrição</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Mudas e sementes	Não informado	150,00
Fertilizante Bokashi	10 L	50,00

Demais insumos como adubos, calcário e outros fertilizantes relatados não foram contabilizados pois a assentada não se lembrava de memória as quantidades usadas e valores gastos mensalmente. A contratação de mão-de-obra de diarista é esporádica, principalmente quando ela está sozinha no trabalho agrícola.

#### **d. Sistema de Comercialização**

A produção é comercializada para a feira do Mercado da Agricultura Familiar na CEASA, para o Mercado Orgânico do CEASA e para o PAA. Como a comercialização é realizada de forma coletiva pela associação do assentamento, a assentada apenas envia a produção pelos demais assentados, o que para ela permite poder “tomar conta da casa” durante o fim de semana.

As duas formas de comercialização são vistas como favoráveis, sendo que o PAA traz um retorno mais garantido à UP, mas a feira traz um retorno financeiro mais imediato.

### **4.6.3. UNIDADE DE PRODUÇÃO 9**

#### **a. Histórico de vida**

A UP é composta por três núcleos familiares, os quais são: núcleo 1 - a assentada, o assentado e uma filha; núcleo 2 - irmã da assentada, marido e um filho; núcleo 3 - irmão da assentada, esposa e três filhos.

A família é natural de São Francisco de Minas-MG e trabalham na produção agrícola da UP: a assentada, o assentado, a irmã da assentada e seu marido.

Os núcleos familiares 1 e 3 não estavam presentes durante a entrevista, que foi realizada com o núcleo familiar 2.

#### **b. Condições socioeconômicas**

O acesso à água é por poço artesiano, que foi perfurado coletivamente e é utilizado por 3 parcelas do assentamento. No entanto, em época de seca a água não é suficiente para consumo e irrigação.

As três casas são de alvenaria, construídas pelas próprias famílias.

A família assentada participa da associação local, o que lhe permite utilizar o trator e implementos da associação.

Devido a não presença do assentado e da assentada não foi possível saber os créditos acessados pela UP.

### c. **Organização da Produção Agrícola**

A UP está localizada na parte que abrange a vegetação de Cerrado do assentamento, e por essa razão necessita produzir sem retirar nenhuma espécie vegetal nativa, tendo em vista que a Licença Ambiental do assentamento ainda não foi emitida.

Dessa forma, toda a produção agrícola é concentrada em cerca de 1 ha que de forma consorciada e agroecológica produz cerca de 33 variedades de hortaliças, frutas e temperos, como couve, brócolis, alface, berinjela, jiló, pepino, vagem, tomate, beterraba, cenoura, mostarda, cebolinha, cebola, coentro, salsa, rúcula, espinafre, maxixe, pimenta, abobrinha Itália, abobrinha menina, quiabo, banana, batata doce, hortelã, manjeriço, mastruz, rabanete, orégano, maracujá, alho poró, mandioca, beldroega. A UP também utiliza de forma comercial frutos nativos do Cerrado como cagaita, pequi, jatobá, araticum.

Toda a produção é agroecológica, seguindo a definição do assentamento, e a família acrescenta que apesar de exigir mais mão-de-obra durante o manejo as outras motivações para produzir de forma agroecológica são o fato de produzir um alimento mais saudável para o consumo da própria família e proporcionar um melhor retorno financeiro, pois o valor final do produto é maior.

Devido o contato com os consumidores, a família relata que foi aprendendo a comer várias hortaliças que não tinha o hábito, além de aproveitar folhas e talos que antes eram jogados fora, como as folhas de cenoura e beterraba. Outros itens que ainda são comprados no mercado como arroz e feijão, a família argumenta que os produziria se pudesse dispor de um pedaço maior de terra para produção.

O núcleo familiar 2 não soube responder o custo mensal dos insumos que a UP emprega, entre os quais mudas, sementes, cama de frango, bokashi, fertilizantes Yoorin e boro, calcário, embalagem. Foi acrescentado ainda que futuramente eles pretendem investir em produzir os próprios insumos, como o bokashi

#### **d. Sistema de Comercialização**

A comercialização da UP é realizada com o Mercado Orgânico do CEASA, no Mercado da Agricultura Familiar da CEASA, no modelo de Cestas e para o PAA.

No Mercado da Agricultura Familiar que é responsável pela comercialização de 70% do que é produzido na UP, a logística de transporte é realizada pela própria associação e 1 pessoa da UP acompanha para ajudar nas vendas no dia da feira.

Outros 20% do que é produzido é destinado à comercialização de cestas, em que são montadas 10 unidades por semana e que são entregues no Sudoeste, Asa Norte, Águas Claras e Jardim Mangueiral. No entanto essa logística de comercialização ainda não está bem estruturada, tendo variação semanal na demanda dos consumidores. O valor da cesta com 12 itens é de R\$ 50,00 por semana.

#### **4.6.4. UNIDADE DE PRODUÇÃO 10**

##### **a. Histórico de vida**

A família é formada por 4 pessoas, o assentado, a assentada, e dois filhos. Os filhos têm idade de 16 e 19 anos.

O assentado é natural de Goiás, onde sempre trabalhou na agricultura e veio pra Brasília em 1975 trabalhar na construção civil. Da construção civil, trabalhou em vários profissões e empresas diferentes, até que quando estava trabalhando como gari, no início da década de 2000 foi convidada para ir para um acampamento da reforma agrária em Flores de Goiás/GO. No entanto, seu emprego no DF tornava inviável a manutenção no acampamento.

Em 2005 conheceu o MST através do acampamento Pequeno William e logo optou por se inserir na luta pela terra, atuando na organicidade do movimento.

Apenas o assentado trabalha na UP, os filhos estudam foram e a assentada trabalha fora.

##### **b. Condições socioeconômicas**

A casa da família foi construída com madeirite, tendo em vista não terem acessado ainda o Programa Nacional de Habitação Rural e não dispor de recursos financeiros para construir por conta própria.

O acesso à água é por meio de poço artesiano, que foi sendo perfurado em várias etapas, a depender de quando a família tinha recurso. Antes do poço, só dispunham de água da cisterna, que secava durante todo o período de seca.

A família é associada na associação local e a assentada compõe o grupo de mulheres do assentamento.

O crédito inicial foi investido na construção de um galinheiro, que não se viabilizou financeiramente. O crédito fomento mulher ainda não foi acessado pela família.

### **c. Organização da Produção Agrícola**

Dos quase 5 ha da UP, cerca de 1 ha é utilizado para a produção agrícola. A limitação de área é pelo mesmo motivo de outras parcelas do assentamento que estão localizadas em áreas de vegetação nativa do Cerrado.

Porém, mesmo com a limitação de área a UP possui cerca de 39 variedades diferentes plantadas em sistema de consórcio, como batata doce, cebolinha, batata baroa, coentro, salsa, couve, couve flor, brócolis, beldroega, berinjela, jiló, quiabo, cenoura, beterraba, mandioca, espinafre, alho poró, vagem, alface, rabanete, pepino, rúcula, abobrinha Itália, abobrinha menina, salsão, milho verde, cebola, manjeriço, hortelã, alfavaca, açafraão, pimentas, manga, banana, maracujá, ora por nobis, cará-moela, mamão, limão. Além de outras frutas do Cerrado como cagaita, pequi, jatobá, araticum.

Toda a produção é agroecológica e certificada por OPAC, e o assentado acrescenta que a opção pela agroecologia foi também por um sentimento de empatia pelas pessoas para as quais ele comercializava por querer que elas se alimentem com saúde.

Ele relata que várias das espécies que ele comercializa como beldroega e o cará-moela, faziam parte da base alimentar de sua família no interior do Goiás, pois era o que havia para se alimentar. A experiência de comercializá-las foi por ver outros agricultores vendendo na feira e resolveu testar, pois não sabia que eram vendáveis. Nesse processo, descobriu ainda outras formas que não conhecia de preparar esses alimentos.

Durante a descrição das variedades produzidas o assentado foi citando o uso medicinal de várias espécies, demonstrando um conhecimento alimentar e tradicional de suas origens camponesas e evidenciando que o plantio de várias espécies está ligado a laços culturais e históricos de vida.



Em relação à base alimentar da família, o assentado descreve que evitam ao máximo o consumo de alimentos industrializados e vem substituindo vários itens, como açúcar cristal por açúcar mascavo, óleo vegetal por manteiga e banha de porco. Essa mudança de hábito se deu por uma preocupação com a saúde da família e acrescenta que o consumo de alimentos industrializados é “porque as pessoas tem pressa de fazer comida, comem qualquer coisa”.

Os principais custos mensais da UP são:

<b>Descrição</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Mudas e sementes	Não informado	200,00
Cama de frango	2 m <sup>3</sup>	110,00
Fertilizante Yoorin	60 kg	68,00
Calcário	Não informado	30,00
Farinha de osso	60 kg	90,00
Mão-de-obra	1 diária/semana	50,00
Embalagem	Não informado	50,00

Por trabalhar sozinho na UP, 1 vez na semana o assentado requer mão-de-obra de diarista.

#### **d. Sistema de Comercialização**

A comercialização é feita para o PAA, na feira do Mercado Orgânico do CEASA, para a Agroorgânica e para o Mercado da Agricultura Familiar do CEASA.

A logística para a comercialização da feira do Mercado da agricultura familiar é organizada pela associação do assentamento, e tanto o assentado quanto a assentada vão para vender nas bancas. O assentado narra diversas situações de contato com os consumidores que confirma a criação de uma relação próxima e de confiança, a qual os consumidores se sensibilizam quando sabem a produção é oriunda de um assentamento do MST e gostam de conversar sobre as experiências organizativas e de produção do movimento.

### **4.7. IMPRESSÕES GERAIS SOBRE A PESQUISA DE CAMPO**

Diante do resultado das entrevistas e observações à campo constata-se uma ampla complexidade de cada Unidade Produtiva, o que impede a formulação de uma análise conclusiva que determine os assentamentos Oziel Alves III e Pequeno William. As histórias e trajetórias das famílias, as condições materiais de acesso às políticas

públicas, as práticas produtivas adotadas e as possibilidades de comercialização implicam diretamente na conformação e estruturação de cada UP.

No entanto, o diagnóstico e observação dessas dimensões se desdobram em várias outras determinações que contribuem para evidenciar alguns elementos que são fundamentais na conformação da prática e vivência das UP's, dos assentamentos e da questão agrária do Distrito Federal e Entorno.

Os dados de campo demonstram a existência de uma enorme diversidade entre as unidades de produção, inclusive dentro do mesmo assentamento, indicando a dimensão da diversidade como marca central na configuração dos assentamentos de Reforma Agrária, seja de experiências, interesses, trajetórias de vida, compreensão de mundo e de relações sociais.

Em todo o caso, não se pode perder de vista que a constituição dos assentamentos Oziel Alves III e Pequeno William é resultado de um intenso processo de luta e de pressão política de centenas de famílias sem-terra, organizadas pelo MST. Nesse sentido, a dimensão de luta e resistência se faz-presente em todas as unidades de produção, pois em cada uma é possível verificar a articulação de mecanismos e ações para continuarem resistindo e superando as contradições impostas pela ausência de uma efetiva política de Reforma Agrária.

De acordo com Silva (2017), a materialidade de origem da Reforma Agrária pressupõe uma reforma do sistema agrária do país, significando a reestruturação e superação do modelo político, econômico e social vigente. Nessa perspectiva, o autor afirma não será possível a execução de uma política de Reforma Agrária, em sua essência, dentro do sistema político capitalista, tendo em vista que “junto a essa transformação, os instrumentos essenciais de organização e consolidação estrutural do Estado, como a educação, a comunicação e a cultura, devem vir aliados a outra estratégia de pensamento, teórico e prático” (p. 88).

Essa interpretação fica evidente quando observamos a história e a realidade dos assentamentos Oziel Alves III e Pequeno William, que mesmo representando a desconcentração e redistribuição da terra estão colocados diante de diversos impasses que dificultam a prática de um desenvolvimento rural.

Assim, o desenvolvimento da agricultura camponesa nesses assentamentos é moldado conforme afirma Souza Filho e Batalha (2005) por um conjunto de variáveis, decorrentes das políticas públicas, da conjuntura macroeconômica e das especificidades locais e regionais.

Entre eles está a morosidade do Poder Público no prosseguimento das políticas estruturantes de implantação dos assentamentos, haja vista que tanto o assentamento Oziel Alves III quanto o Pequeno William ainda estão em fase de instalação das famílias no local. Apesar de terem sido concedidos os primeiros créditos de Apoio Inicial e Fomento Mulher, no valor total recebido de R\$ 5.400,00 por assentado, o montante de recursos é parco quando se pensa uma abordagem sistêmica de produção agrícola que remunere os fatores de produção. Já no âmbito da infraestrutura dos assentamentos, como estradas, habitação, eletrificação e abastecimento de água, as demandas ou demoram muito tempo para se concretizar ou se realizam de forma incompleta.

No caso dos assentamentos estudados, a eletrificação de padrão monofásica impede o funcionamento ao mesmo tempo de equipamentos e máquinas utilizados nas unidades de produção e até mesmo impossibilitando a instalação de uma futura agroindústria de beneficiamento agrícola.

A materialização do direito à habitação rural é dependente da quantia de recursos públicos destinados ao financiamento do Programa Nacional de Habitação Rural, a qual a cada ano vem sendo desmontada enquanto Política Pública com o congelamento de recursos e dos processos de contratação dos projetos de construção.

Nas demandas de acesso à água, a ausência de um sistema de captação e distribuição de água para produção e consumo dificulta a permanência dos agricultores no campo, inviabilizando a produção agrícola e a própria vida. Como um bem de primeira necessidade, aos agricultores é atribuída a responsabilidade de superar essa privação da forma como conseguem, com recursos do trabalho fora da parcela ou de crédito agrícola – aos que dispõem.

Soma-se a morosidade na concessão das licenças ambientais, como no caso do assentamento Pequeno William, que por estar instalado em área de vegetação de Cerrado demanda diversos pré-requisitos para a realização das atividades agrícolas, desconsiderando as especificidades sociais e as possibilidades de organização da produção em bases agroecológicas que garanta a conservação ambiental.

Ainda na questão ambiental, a instalação dos assentamentos em áreas degradadas, como o Oziel Alves III instalado em pastagem degradada de capim *brachiaria sp.*, observa-se a ausência de políticas públicas que revertam os passivos ambientais, relegando às famílias a incumbência de recuperação ambiental das unidades de produção.

Outro elemento de análise é como os processos históricos de construção e organização durante o período de acampamento interferem e são determinantes na concretização e nas características de cada assentamento. A organização por um movimento social que tenha programa político e a capacidade de compreender a luta pela terra inserida no campo da luta de classes, contribuem um entendimento mais completo das contradições que dialeticamente são colocadas e dão condições para trilhar o caminho de superá-las.

Ao realizar ações e atividades de luta, de formação e imprimir uma organicidade coletiva durante o período de acampamento, múltiplas determinações sobre o modelo do futuro assentamento vão sendo formuladas. No caso do assentamento Pequeno William, o histórico de intoxicação das famílias e conseqüente morte de uma criança em decorrência dos agrotóxicos influenciaram diretamente na decisão pelo modelo de produção agroecológica no assentamento, que posteriormente foi sendo acrescido de determinantes ambientais, sociais e econômicos. A participação em cursos, oficinas e formações – técnicas e políticas, no período de acampados também contribuem para o fortalecimento da construção do modelo do assentamento.

Também na dimensão histórica é determinante a trajetória de vida das famílias até chegar ao acampamento. Nota-se que mesmo as famílias de origem camponesa que sofreram o processo de êxodo rural e foram obrigadas a viver situações de penúria e trabalho pauperizado, a identidade camponesa se manifesta no cenário de buscar o retorno à terra na busca de melhores condições de vida.

No contexto da produção agrícola é possível observar que o desenvolvimento da agroecologia é decorrente tanto de traços culturais do “saber fazer dessa forma”, quanto pela necessidade de superação do próprio modelo dominante de produção do agronegócio. Para muitas famílias a agroecologia não foi a primeira opção, mas foi a que trouxe retorno, quando combinada à dimensão da comercialização, às expectativas e sonhos de geração de renda e trabalho a partir da agricultura. Em todas as UP's foi possível verificar uma diversidade de mais de 20 variedades de hortaliças produzidas, acrescentando ervas medicinais, temperos e frutas, realidade distinta do modelo do agronegócio que só produz em monocultura.

Nesse sentido, a agroecologia se apresenta pela necessidade de superação do modelo capitalista de produção, superando a ruptura metabólica entre homem e natureza, e não apenas como uma volta à natureza incorporada por alguns movimentos ecológicos que idealizam esse processo como retorno às condições primitivas da

humanidade. Aqui, reforça-se a produção agroecológica desenvolvida nos assentamentos Pequeno William e Oziel Alves como uma agricultura racional, que supere as relações de dominação capitalista, de forma que a produção agrícola e o desenvolvimento das forças produtivas estejam sob controle dos próprios agricultores.

Portanto, a relação entre reforma agrária e produção de alimentos não pode ser vista como uma ideia romantizada de retorno ao passado, mas sim de recuperar o conhecimento tradicional dos camponeses e combiná-los com novas tecnologias e conhecimentos (ESTEVE, 2017).

Mesmo com as famílias expondo a necessidade de mais mão-de-obra, sendo o caso de muitas UP's contratarem mão-de-obra de fora, ganha importância o caráter experimentador que a agroecologia proporciona. As possibilidades de ensaios nos consórcios de plantios, de substituição dos insumos químicos externos a insumos naturais e provenientes da própria UP e as experiências de utilização de diferentes tipos de caldas, fertilizantes e inseticidas agroecológicos são exemplos dessa peculiaridade.

Se complementa a esse caráter experimentador a intenção em desenvolver elementos inovadores, como a produção do próprio composto, que demonstram como a agroecologia propicia o aproveitamento do agroecossistema como um todo. No entanto, não se pode cair aqui no engano de acreditar que a agroecologia requeira que o agricultor produza todos insumos que serão utilizados na produção, pois como muitos argumentaram o tempo disponível é um fator limitante, reforçando a importância do trabalho socialmente dividido para otimizar a produção.

O que cabe apontar, é que essas características inovadoras podem ser bem aproveitadas quando se planifica um processo de cooperação e ajuda mútua entre os assentados e para contribuir com a superação de limites de subsistência e produção em escala. Dessa forma, a cooperação como os processos de mutirão que ocorreram nas UP's do assentamento Oziel Alves III e a utilização cooperada de máquinas e implementos agrícolas tendem a cumprir com necessidades sociais e econômicas das unidades de produção.

Ainda no âmbito da agroecologia também foi possível verificar a sua relação com os hábitos alimentares das famílias assentadas. No decorrer da transição agroecológica em algumas unidades de produção, as famílias se dispuseram a experimentar alimentos que cultivam e outras reavivaram hábitos alimentares que remontam suas origens camponesas. Porém, na maioria das unidades de produção foi possível constatar que as famílias não se alimentam de tudo o que produzem, chegando

a não conhecer a forma de preparo, sabores e texturas de determinadas hortaliças, ervas e frutas.

Isso implica na conclusão de que aquilo que as famílias produzem não é moldado pelos seus hábitos e preferências alimentares, mas sim pelas determinações do que é mais vendável no comércio. Nesse contexto, a diversidade da unidade produtiva é conformada e diretamente determinada pela viabilização comercial, ou seja, na estruturação da logística de transporte, na formação do preço final de venda que seja justo ao agricultor e remunere os fatores de produção e constituição de uma forma de escoamento regular.

Na dimensão comercial, as famílias se mostraram adaptadas e acomodadas aos sistemas que estão comercializando nas UP's, não se mostrando interessados a experimentar outro equipamento de varejo. Em ambos os dois principais sistemas – Cestas CSA e Feira, foi apontado as relações de proximidade e confiança entre agricultor e consumir como características importantes e primordiais. Nas famílias do Pequeno William que acessam o mercado institucional do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), este não é considerado a principal forma de comercialização, sendo visto como um complemento à feira.

As famílias do assentamento Pequeno William utilizam a feira do Mercado da Agricultura Familiar no CEASA – DF, realizada aos sábados pela manhã, para comercializar seus produtos. As 6 famílias que produzem com regularidade dividem o frete do caminhão e as quatro bancas disponibilizadas para o assentamento. A logística para comercializar na feira expressa uma forma de cooperação simples, com a divisão de tarefas – transporte, vendas – e custos – taxa e combustível.

Já o formato CSA concebe uma forma de comercialização direta entre o agricultor e consumidores fixos. Contudo, o que traz segurança para o planejamento produtivo do agricultor por ter a venda assegurada, também traz a perda de autonomia, pois são os próprios consumidores que determinam o que será plantado e coordenam a definição de preço de cada cesta e formas de pagamento.

Nos dois arranjos, é possível perceber que eles remuneram os fatores de produção das unidades produtivas, mas são dirigidos a um público de classe média do DF, residente no Plano Piloto de Brasília e não atingindo o conjunto da sociedade. No caso do arranjo CSA, o consumidor é chamado de co-agricultor, se colocando como responsável pela organização e financiamento da produção, retirando a

autonomia do agricultor na determinação do preço e na escolha pelo manejo produtivo.

Esteve (2017) reforça que se abriu espaço na sociedade para a diferenciação de alimentos com denominação de origem, orgânicos, de economia solidária ou relacionados à proximidade com a produção, consumidos e demandados pelas classes de renda mais elevada, e que embora possam ser vistos como uma contra tendência predominam apenas em nichos de mercados.

Nesse sentido, Belik (2016) reforça que a dimensão de alimentos produzidos em relações de proximidade, ou alimentos locais, não podem estar desconectados do restante da sociedade ou do desenvolvimento da autonomia dessas comunidades.

Compreendendo que a esfera econômica é estruturante na vida das famílias assentadas, é necessário reforçar que elas sejam alvo de politização e de reflexão, e que contribuam com o fortalecimento da organicidade do assentamento como um todo, para que não se torne um instrumento de controle político e dependência de atores externos. Ou seja, trata-se de fazer com que os assentados sejam os próprios protagonistas destes processos de produção e comercialização.

Essa dimensão reforça que os assentamentos de Reforma Agrária são territórios sempre em disputa, tanto no plano político, ideológico e econômico com as forças do agronegócio quanto com as tendências mascaradas de sustentáveis. Na consolidação do assentamento, surgem muitos atores, como ONG's, que se propõem a organizar as dimensões de produção e comercialização. Nesse sentido, a forma como se dá a organização histórica e social do assentamento é determinante para esse enfrentamento.

Para contribuir com esse enfrentamento a organização do assentamento deve ser pensada em relação à sua ação junto à sociedade local e regional, em âmbito do território que ele se relaciona. Essa perspectiva permite recolocar o assentamento no território como um exemplo econômico, político e cultural, na medida em que ele contribua com o enfrentamento às ideias e concepções dominantes e revelando que é possível organizar a sociedade de uma maneira diferente.

Nessa perspectiva, é possível a superação da alienação entre campo e cidade, sobretudo na estratégia de que os assentamentos se constituam como pólos de produção de alimentos saudáveis para atender o conjunto da sociedade do Distrito Federal. Um plano para isso, pode ser por exemplo, a partir da constituição de feiras populares de abastecimento alimentar, que comercializem alimentos agroecológicos a baratos para os

trabalhadores, possibilitando aproximar a realidade do campo e da cidade e desenvolver espaços de reflexão crítica sobre os problemas que atingem a sociedade brasileira.

Considerando todas as dificuldades enfrentadas na implantação dos assentamentos, nas condições objetivas de infraestrutura e nos desafios de organização da produção e da comercialização, a Reforma Agrária acompanhada da dimensão da agroecologia permite a superação das relações de dominação impostas sobre o capital no território.

Apesar de não representarem o conjunto da realidade de todo o assentamento, devido à ausência de políticas públicas de estruturação conforme mencionado acima, as experiências de produção e comercialização dos assentamentos Pequeno William e Oziel Alves III demonstram que se houverem políticas de fomento à comercialização, esses assentamentos podem regular a oferta de alimentos e garantir o acesso da população à alimentos diversos e seguros, em quantidade e qualidade adequadas.

Tendo a agricultura camponesa como expressão do debate de soberania e segurança alimentar em contraposição ao modelo do agronegócio, a Reforma Agrária possibilita a fixação dos trabalhadores no campo, gerando renda e postos de trabalho, a recuperação e manutenção dos recursos naturais e o abastecimento alimentar da população brasileira.



## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema agroalimentar brasileiro vem sofrendo diversas modificações desde os anos de 1960, causadas pela implantação do modelo da Revolução Verde no campo e pela oligopolização do setor de varejo de alimentos, que modificou os hábitos alimentares da população e transformou os alimentos em uma fonte de lucro das empresas capitalistas.

Ao se tornar uma mercadoria e passar a ser regulado por tratados comerciais, impulsionou-se a artificialização e internacionalização da produção e do consumo de alimentos, expressos como uma nova forma de exercício e domínio do capital imperialista.

A produção agrícola brasileira foi conformada pela produção em monocultura em larga extensão de terra voltada para o comércio exterior e para a mercantilização da mão-de-obra ainda no período colonial. A Revolução Verde moderniza essa estrutura e consolida o agronegócio brasileiro, com o interesse de produzir *commodities* para exportação e gerar divisas para o país, a partir de uma trama para garantir o controle das terras agricultáveis pelas empresas transnacionais, da dependência de subsídios financeiros, sementes transgênicas e insumos agrícolas químicos como agrotóxicos, fertilizantes e adubos minerais.

Esse quadro traz como consequência o aumento da concentração de terra e de renda, o acirramento dos conflitos em torno dos territórios camponeses, indígenas e

quilombolas, com conseqüente exclusão dessa parcela da sociedade, ameaças e riscos à saúde humana, ao meio ambiente e à segurança e soberania alimentar da população.

Outra conseqüência relacionada a esse modelo é o estreitamento da pauta de produtos que são produzidos, reduzidos a cinco ou seis espécies e a conseqüente homogeneização dos hábitos alimentares da população, reforçados pela centralização da produção e oferta de alimentos por um pequeno grupo de empresas do agronegócio e indústrias alimentícias.

Um pequeno grupo de multinacionais controlam toda a cadeia de produção (sementes, agrotóxicos, fertilizantes), de processamento e distribuição de alimentos. A determinação do que cada pessoa irá se alimentar passou a ser definida pelo que as empresas querem plantar e pelo que elas querem comercializar.

No Brasil, nesse quadro de interesses existem 100 milhões de obesos e 7 milhões de pessoas que ainda passam fome, colocando em xeque uma agricultura e um sistema de comercialização de varejo que produz e comercializa em volumes financeiros expressivos, mas não consegue assegurar alimentos de qualidade e em quantidade necessária à população brasileira.

Nesse contexto, para a reversão desse quadro é necessária a articulação de um modelo de agricultura e um sistema de comercialização de varejo pautado nas demandas concretas do povo, que resignifiquem a importância da alimentação, expressa no que é considerado como alimento e na regularidade de acesso a eles.

Para isso, diante da saturação do modo de produção capitalista da agricultura e da monopolização do varejo de distribuição de alimentos, esse trabalho aponta a potencialização da agricultura camponesa e a constituição de uma rede de abastecimento alimentar pública como os alicerces fundamentais para superar a falha metabólica entre campo e cidade, reestruturando essa relação e assegurando segurança e soberania alimentar da população urbana e rural.

No caso do Distrito Federal e Entorno, a conformação do território a partir da construção da capital Brasília, seguiu as estratégias de ocupação do interior do Brasil, com amplas políticas de desenvolvimento para apoiar a implantação do projeto modernizador de agricultura. Esses projetos sempre foram excludentes e restritivos, pautando os interesses dos grandes proprietários de terras e especuladores imobiliários em detrimento das pautas dos camponeses que migraram para trabalhar na construção civil da nova cidade.

O resultado gerou um quadro de exclusão social, de camponeses e trabalhadores expulsos para as regiões periféricas do DF, que dificultou tanto a produção de alimentos quanto o abastecimento alimentar da população, no âmbito do acesso e qualidade dos alimentos consumidos.

No contexto da agricultura camponesa que se conformou no DF, a pesquisa de campo apontou que esta, se combinada com uma efetiva política de Reforma Agrária e de incentivo à produção agroecológica, pode influenciar no aumento da diversificação da oferta atual de alimentos na região. Ou seja, a agricultura camponesa pode ter um papel decisivo na reversão da transição alimentar em curso, ocupando vazios alimentares e melhorando a qualidade no acesso da população urbana a uma alimentação segura.

O desenvolvimento da produção em bases agroecológicas deve ser destacado não como um retorno a práticas antigas e rudimentares, mas sim pela otimização das interações ecológicas do agroecossistema e pela associação entre as tecnologias dos sistemas agrícolas aos princípios ecológicos e sociais, que garantam a autonomia camponesa e enfrentem o modelo de produção hegemônico do agronegócio.

Contudo, a política de Reforma Agrária, da forma como é realizada no Distrito Federal, não garante o acesso aos fatores de produção, como crédito agrícola e às necessidades básicas, como água, energia, habitação, itens essenciais e decisivos para a garantia da produção de alimentos e geração de melhores condições de vida no campo.

Além disso, essa característica intrínseca da agricultura camponesa de produzir alimentos diversos e que fazem parte das culturas regionais não faz parte dos interesses do sistema de comercialização moderno, expresso na concentração dos supermercados, colocando à margem toda a produção agrícola desse segmento, que ou criam estruturas de comercialização de forma individualizada – se contarem com algum capital financeiro de apoio, ou destinam a terra a outras funções que não seja a de produção de alimentos.

Nesse sentido, para a realização da segurança e da soberania alimentar, as políticas públicas que desenvolvam os assentamentos de Reforma Agrária e a agricultura camponesa não podem estar desconectadas de uma política de abastecimento alimentar. A pesquisa verificou que a viabilização da comercialização é um elemento de estímulo à produção diversificada das unidades camponesas nos assentamentos e na geração de renda e trabalho, permitindo a manutenção e fixação da população no campo.

Dessa forma, o que se revela é que, da mesma forma que a agricultura camponesa no Distrito Federal ao ofertar alimentos seguros e de qualidade pode ser um componente na melhoria das condições de abastecimento alimentar da população, a viabilização de um sistema tradicional de varejo regional, sobretudo na forma de feiras, pode dinamizar a produção de alimentos diversificados pelas unidades de produção camponesa, em que ambos os processos melhorem o padrão alimentar da população.

Para tanto, a constituição desse sistema de abastecimento alimentar público no DF exige uma ação do Poder Público em torno da potencialização de ferramentas que viabilizem o acesso aos alimentos, como a implantação de feiras da agricultura camponesa em locais de circulação da população urbana, que permita difundir práticas alimentares e nutricionais saudáveis.

Outro desafio é a organização cooperada dos assentados da Reforma Agrária em uma perspectiva de território, tanto nos serviços – utilização de máquinas, compras conjuntas de insumos, quanto na produção e comercialização, que permita o planejamento do ciclo produtivo e se pratique o trabalho socialmente dividido. Esse desafio perpassa pela necessidade de desenvolver a habilidade do agricultor camponês em comercializar, com a profissionalização da atividade de forma a contribuir para a organização produtiva e remuneração dos fatores de produção.

Nessa perspectiva, se alimentar de forma segura e saudável deve compreender a perspectiva política de mudança no sistema capitalista de produção e distribuição, para que o ato de comer bem possa ser assegurado a toda a população e não se torne um privilégio de quem pode fazer essa opção. Essa deve ser uma característica inerente da soberania e segurança alimentar brasileira, contrapondo a monopolização do sistema agroalimentar de produção, distribuição e consumo e possibilitando o direito de escolha do que produzir, como produzir e para quem produzir.

O fornecimento de alimentos saudáveis aos trabalhadores da cidade permite o rompimento do processo de alienação mercantil do capital e contribui para a articulação da classe trabalhadora em torno de um novo modelo de agricultura e um novo modelo de sociedade.

Assim, a Reforma Agrária enquanto uma política de reorganização da estrutura agrária brasileira, associada à implantação de efetivas políticas de desenvolvimento rural, assim como a constituição de um sistema de abastecimento alimentar público, adaptados às condições de mobilidade e hábitos alimentares da população, são

condições fundamentais para gerar melhores condições de vida no campo e na cidade e assegurar a soberania e segurança alimentar da população brasileira.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SUPERMERCADOS. Pequeno Mercado Eficiente. **SuperHiper**, São Paulo, jun., 2016.

ABRAS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SUPERMERCADOS. Pequeno Mercado Eficiente. **SuperHiper**, São Paulo, jun., 2017.

ABRAS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SUPERMERCADOS. Ranking ABRAS 2016. **SuperHiper**, São Paulo, abr., 2016.

ALVES, E.; ROCHA, D. P. Ganhar tempo é possível? In: GASQUES, J. *et al.* (Orgs.). **A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília: IPEA, 2010. p.275-290.

ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. São Paulo; Rio de Janeiro: Expressão Popular; AS-PTA, 2012.

BALSAN, R. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, v.1, n.2, p.123-151, ago., 2006.

BARTRA, A. **Os novos camponeses: leituras a partir do México profundo**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, 2011.

BELIK, W. Os limites para a expansão dos mercados locais. In: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Construção de Mercados e Agricultura Familiar: Desafios para o Desenvolvimento Rural**. Porto Alegre: UFRGS, 2016. p. 183-205.

BELICK, W. **Muito além da porteira: Mudanças nas formas de coordenação da cadeia agroalimentar no Brasil**. 1999. 146p. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas, 1999.

BELIK, W. Estado, grupos de interesse e formulação de políticas para a agropecuária brasileira. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v.36, n.1, p.9-33, jan./mar., 1998.

BERTRAN, P. **História da terra e do homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal**. Brasília: UnB, 2011.

BESKOW, P. R. Agricultura e política agrícola no contexto brasileiro da industrialização do pós-guerra (1946-1964). **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 12, p. 56-79, abr. 1999.

BEZERRA, J. E.; AGNER, M. R.; AZEVEDO FILHO, G. L. S. A expansão das redes de supermercado em Brasília (DF). In: Encontro Nacional de Geografia Agrária, 23., 2016, São Cristóvão. **Anais...** São Cristóvão: UFS/Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2016.

BORGES, B. L. **As feiras livres e permanentes na construção da soberania alimentar em Regiões Administrativas do Distrito Federal**. 2015. 82p. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Residência Agrária: Matrizes Produtivas da vida no campo) – Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, Faculdade de Planaltina, Universidade de Brasília, Planaltina, 2015.

BOTELHO FILHO, F. B. **As relações rural-urbano no Distrito Federal**. 2001. 226p. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

CARNEIRO, F. F.; AUGUSTO, L. G. S.; RIGOTTO, R. M.; FRIEDRICH, K.; BÚRIGO, A. C. (Orgs.). **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CARVALHO, H. M. A expansão do capitalismo no campo e a desnacionalização do agrário no Brasil. In: ABRA. **Agronegócio e realidade agrária no Brasil**. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA, 2013. p. 31-43.

CARVALHO, H. M.; COSTA, F. A. Agricultura camponesa. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012. p. 28-34.

CASSOL, A. SCHNEIDER, S. Produção e consumo de alimentos: novas redes e atores. **Lua Nova**, São Paulo, v. 95, p. 143-177, 2015.

CEASA – Central de Abastecimento do Distrito Federal. **Boletim Mensal de Mercado**. Brasília: CEASA, out. 2014.

CÉLERES. (2017). **3º levantamento de adoção da biotecnologia agrícola no Brasil, safra 2016/17**. Disponível em: <<http://www.celeres.com.br>>. Acesso em: 02 dez. 2017.

CHIARA, M. (2013). **Atacarejo cresce mais que o dobro do varejo**. Disponível em: <<http://www.economia.estado.com.br>>. Acesso em: 10 de mar. 2017.

CHONCHOL, J. A soberania alimentar. **Estudos Avançados**, v.19, n.55, p.33-48, 2005.

CODEPLAN – COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL. **Agricultura familiar no Distrito Federal: dimensões e desafios**. Brasília – DF: Diretoria de Estudos e Políticas Sociais, 2015.

CODEPLAN – COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL. **O Mercado de Produtos Orgânicos: mecanismos de controle**. Brasília: CODEPLAN, 2015.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DA VIA CAMPESINA. **Declaração de Maputo**. Maputo, 2008. Disponível em: <[http://viacampesinaafrica.blogspot.com.br/2008/11/declarao-de-maputo-v-conferencia\\_07.html](http://viacampesinaafrica.blogspot.com.br/2008/11/declarao-de-maputo-v-conferencia_07.html)>. Acesso em: 24 abr. 2017.

CUNHA, A. R. A. A. Abastecimento alimentar: a superação do padrão Velho-Obsoleto para o Novo-Ancestral. In: CRUZ, F. T.; MATTE, A.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Produção, consumo e abastecimento de alimentos: desafios e novas estratégias**. Porto Alegre: UFRGS, 2016. p. 53-69.

CYRILLO, D. C. **O papel dos supermercados no varejo de alimentos**. São Paulo: IPE/USP, 1987.

DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio - Mudanças cíclicas em meio século (1965 – 2012)**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2012.

DELGADO, G. C. Especialização primária como limite ao desenvolvimento. **Desenvolvimento em debate**, v.1, n.2, p.111-125, 2010.

DELGADO, G. C. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Estudos Avançados**, v.15, n.43, p.157-172, 2001.

DIAS, G. L. S. **Mobilização de poupança e o financiamento do setor agrícola. Piracicaba**: ESALQ-USP, 1995. (Série Pesquisa, 51)

DIAS, J.; CHIFFOLEAU, M. **Surpresa: indústria alimentícia com pinta de “saúdável”**. (2016). Disponível em: <<https://outraspalavras.net/brasil/surpresa-industria-alimenticia-pretende-se-saudavel/>>. Acesso em: 24 jan. 2018.

DISTRITO FEDERAL, Decreto nº 2.739, de 16 de outubro de 1974. **Diário Oficial do Distrito Federal**, Brasília, DF. 18 out. 1974.



DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 163, de 26 de fevereiro de 1962. **Diário Oficial do Distrito Federal**, Brasília, DF. 28 fev. 1962.

DISTRITO FEDERAL. Lei nº 2689, de 19 de fevereiro de 2001. **Diário Oficial do Distrito Federal**, Brasília, 21 fev. 2001.

DISTRITO FEDERAL. Uso da Terra, Jurídico Institucional, Articulações com a RIDE. In: **Zoneamento Ecológico Econômico do DF**. Distrito Federal, v.03, 2012.

DOURADO, A. C. G. As transformações na ocupação e utilização do solo no Combinado Agro Urbano de Brasília I. **Revista Geográfica de América Central**, Costa Rica, p. 1-11, 2011.

EMATER-DF – EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. **Informações Agropecuárias do Distrito Federal – 2017**. Brasília: EMATER-DF, 2017.

EMATER-DF – EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA: Pequeno William**. Brasília: EMATER-DF, 2013a.

EMATER-DF – EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA: Oziel Alves III**. Brasília: EMATER-DF, 2013b.

ESTEVE, E. V. **O negócio da comida – quem controla nossa alimentação?**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

ETC GROUP. El carro delante del caballo - semillas, suelos y campesinos ¿Quién controla los insumos agrícolas? **Cuaderno**, n.111, set., 2013.

EXAME. (2017). **Ranking traz as 400 maiores do agronegócio brasileiro**. Disponível em: <<http://www.exame.abril.com.br>>. Acesso em: 05 out. 2017.

FAO - FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. (2016). **The State of Food Insecurity in the World 2013**. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/018/i3458e/i3458e.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2016.

FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. (2017). **El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo 2017**. Roma: FAO/FIDA/OMS/PMA/UNICEF, 2017.

FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED. (2007). La ADRS y la agrobiodiversidad. **Agricultura y desarrollo rural sostenible**.

Disponível em: <ftp://ftp.fao.org/sd/sda/sdar/sard/SARD-agroecology%20-%20spanish.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2018.

FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED. (2010). **Biodiversidad agrícola:** utilizarla para que no si perda Disponível em <www.fao.org.news/story/es/item/46805/icode/>. Acesso em: 25 jan. 2018.

FARINA, E. M. M. Q; NUNES, R.; MONTEIRO, G. F. A. Supermarkets and their impacts on the agrifood system of Brazil: the competition among retailers. **Agribusiness**, v. 21, n. 2, p. 133-147, 2005.

FERNANDES, B. M. Estrangeirização de terras na nova conjuntura da questão agrária. In: CANUTO, A.; LUZ, C. R. S. (Orgs.). **Conflitos no Campo Brasil 2010**. Goiânia: CPT, 2011. pp. 76-81

FIGUEIREDO, V. A intensificação da agroempresa no Distrito Federal. In: ARAÚJO, B. J (coord.). **Reflexões sobre a agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FIGUEIREDO, V. M., TRIGUEIRO, M. G. S. O processo de modernização nas fronteiras agrícolas: a região geoeconômica de Brasília. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v.3, n.2, p. 199-224, mai./ago. 1986.

FILIPPI, E. E. Perspectivas de desenvolvimento rural no Brasil: do Estado às políticas territoriais. In: ALMEIDA, J.; MACHADO, J. A. D. (Orgs.). **Desenvolvimento rural no Come Sul/Desarrollo rural em el Cono Sur**. Porto Alegre: Associação Holos Meio Ambiente e Desenvolvimento, 2009.

FISCHLER, C. A “McDonaldização” dos costumes. In: FLANDRIN, J. L.; MONTANARI, M. (Orgs.). **História da alimentação**. 6.ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2007. p. 841-862.

FLICHMAN, G. Sobre a teoria da renda fundiária. **Estudos CEBRAP**, São Paulo, v.20, p.28-74, abr./jun., 1977.

FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx:** materialismo e natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FURTADO, C. **A Economia Latino-Americana**. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1978.

GASQUES, J. G.; VERDE, C. M. V. **Crescimento da agricultura brasileira e política agrícola nos anos 80**. Brasília: IPEA, 1990. (Texto para discussão, 204)

GOMES, R. M.; GOMES JÚNIOR, N. Questão Agrária atual: o agronegócio e o ataque à soberania e à segurança alimentar. In: ABRA. **Questão Agrária e desigualdades no Brasil**. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA, 2014. p. 113-127.

GOMES JÚNIOR, N. N. **Segurança Alimentar e Nutricional e Necessidades Básicas Humanas**. São Paulo: Perseu Abramo, 2015.

GOMES JÚNIOR, N. N. (2011). **O que fazer com a alta de preços no DF?**. 2011. Disponível em: < <http://sistemafaeg.com.br>>. Acesso em: 05 fev. 2018.

GOMES JÚNIOR, N. N.; ALY JÚNIOR, O. Soberania alimentar e agronegócio: notas além da porteira. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v. 18, n. 2, p. 305-319, 2015.

GOTTLIEB, R., A. FISHER, M. DOHAN, L.O'CONNOR e V. PARKS, 1996. H. Homeward bound: Food-related strategies in low income and transit dependent communities. Working Paper, UCTC No. 336, University of California Transportation Center, University of California, Berkeley.

GREEN, R.; SCHALLER, B. Mercados mayoristas, El inicio de una nueva era?. **Distribución y consumo**, v. 72, p. 23-37, 2003.

HARVEY, D. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. (2010). **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 03 mar. 2018

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (2016). **Cidades**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 02 fev. 2018.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (2017). **Produção Agrícola Municipal**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 02 mar. 2018.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. 142p.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008/2009**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INCRA – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. (2018). **Assentamentos**: informações gerais. Disponível em: <<http://painel.incra.gov.br/>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

INOCÊNCIO, M. E., CALAÇA, M. Cerrado: fronteira da produção agrícola capitalista do século XX. *In*: Encontro Nacional de Geografia Agrária, 19., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ENGA, 2009.

INOCÊNCIO, M. E.; CALAÇA, M. Estado: o articulador do processo de modernização territorial no cerrado. **Espaço em Revista**. v.13, n,1, p.81-106, jan./jun., 2010.

IPC Marketing. (2017). **Índice de Potencial de Consumo**. Disponível em: <<http://www.ipcbr.com/>>. Acesso em: 02 fev. 2018.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Políticas sociais: acompanhamento e análise**. v.19. Brasília: IPEA, 2011.

KAY, C. Reforma Agrária, industrialización y desarrollo: ¿Por qué Ásia Oriental superó a América Latina? **Debate agrário**: analisis y alternativas, Lima, n.34, p.45-94, 2002.

KHUSH, G. Green revolution: the way forward. **Nature Reviews Genetics**, v.2, p.615-622, 2001.

LANG, T. Reshaping the food system for ecological public health. **Journal of Hunger & Environmental Nutrition**, v.4, n.3, p. 315-35, 2009.

LEDA, L. C. **Sistema tradicional de varejo de alimentos e sua importância para a segurança alimentar**: o caso do Distrito Federal. 2017. 130p. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília, Planaltina, 2017.

LOPES, L. C. **Brasília: o enigma da esfinge: a construção e os bastidores do poder**. Porto Alegre: UFRGS/Revista Gaúcha de Enfermagem, 1996. 247p.

MACIEL, L. R. **A Questão Agrária do DF – Um estudo preliminar sobre o tema**. 2006. 71p. Monografia (Graduação em Agronomia) – Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, Brasília. 2006.

MALUF, R. S. Ações Públicas locais de abastecimento alimentar. **Polis Papers**, São Paulo, n.5, 1999.

MARCOS, V. Agricultura e mercado: impasses e perspectivas para o agronegócio e a produção camponesa no campo latino-americano. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p.191-213.

MARQUES, M. I. M. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Nera**, Presidente Prudente, n.12, p. 57-67, 2008.

MOURA, L. H. G. **Questão agrária e hegemonia**: o pré-assentamento como campo de batalha entre a alienação e a emancipação. 2010. 133p. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

MARTINE, G. A trajetória da modernização agrícola – a quem beneficia?. **Lua Nova**, n.23, p.7-37, 1991.

MARX, K. **O Capital**. Crítica da Economia Política. 25 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. (Livro I).

MASSUQUETTI, A. **A mudança no padrão de financiamento da agricultura brasileira no período 1965-97**. 1998. 222p. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

MASSUQUETTI, A.; SOUZA, O. T.; BEROLDT, L. A. Instrumentos de Política Agrícola e Mudanças Institucionais. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA E RURAL, 48., 2010, Campo Grande. **Anais...** Campo Grande: SOBER, 2010. 20p.

MATOS, P. F.; PESSOA, V. L. S. A modernização da agricultura no Brasil e os novos usos do território. **Geo UERJ**, n.22, v.2, p.290-322, 2011.

MATSUURA, S. **EMATER-DF 30 anos: ensinando e aprendendo**. Brasília: EMATER-DF, 2008. 143p.

MAZON, M. S. **Abastecimento alimentar no Brasil e as reformas liberalizantes**: Estado e mercado em questão. 2010. 249p. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

MCMICHAEL, P. **Regimes alimentares e questões agrárias**. São Paulo; Porto Alegre: Editora Unesp; Editora da UFRGS, 2016.

MDIC – MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS. (2018). **Exportações**. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/exportacao>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

MELLO, M. Brasília e Goiânia no processo de modernização produtiva do Cerrado. **Caderno de Geografia**, v.25, n.43, p.1-17, 2015.

MENDONÇA, C. (2014). **Atacarejo é mercado promissor no Brasil**. Disponível em: <<http://www.portalnovarejo.com.br>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA. (2016). **Plano Agrícola e Pecuário 2016/2017**. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br>>. Acesso em: 19 out. 2016.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA. (2017). **AGROSTAT – Estatística de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro**. Disponível em: <<http://www.indicadores.agricultura.gov.br>>. Acesso em: 05 jan. 2018.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA (2016). **Plano Safra da Agricultura Familiar 2016/2017**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br>>. Acesso em: 19 out. 2016.

MINTZ, S. **Sweetness and Power: the place of sugar in modern history**. Nova York: Vintage, 1985.

MIRAGAYA, J.; PAZ, F.; CORREA, G. **Safra 2012/13: Produção recorde de grãos no Brasil e na região geoeconômica de Brasília: Evolução no período 1990 a 2013**. Brasília: CODEPLAN, 2013.

MONTANARI, M.; FLANDRIN, J. L. **História da alimentação**. São Paulo: Estação Liberdade, v. 2, 1998.

MOURA FILHO, C. H. **Dinâmica territorial no Distrito Federal: os casos dos Núcleos Rurais Lago Oeste e Vargem Bonita**. 2016. 232 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

MOURA, L. H. G. **Questão agrária e hegemonia: o pré-assentamento como campo de batalha entre a alienação e a emancipação**. 2010. 133p. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

MULLER, M. M. Algumas características da modernização agrícola recente da região geoeconômica de Brasília. **Revista Geográfica**, n.105, p. 133-153, jan./jun. 1987.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, A. A. Análise dos impactos das políticas de desenvolvimento regional na Bacia do Alto Paraguai. **Ensaio e Ciências**, Campo Grande, v.6, n.3, p 13-37, 2002.

OLIVEIRA, A. U. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. In: STEDILE, J. P. (org.). **A questão agrária do Brasil: o debate na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, v.7, 2013. p.103-172.

OLIVEIRA, A. U. O uso da terra, movimentos sociais e transformações no campo. In: FEITOSA, A. M. A.; ZUBA, J. A. G.; CLEPS JUNIOR, J. (Org.). **Debaixo da lona: tendências e desafios regionais da luta pela posse da terra e reforma agrária no Brasil**. Goiânia: UCG, 2006. p. 29-78.

OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

OXFAM. (2016). **Behind the Brands**. Disponível em: <<https://www.behindthebrands.org/brands/>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

PÁDUA, A. S. S. A Sobrevida da Marcha para o Oeste. **Revista Estudos**, Goiânia, v. 34, n. 7/8, p. 623-643, jul./ago. 2007.

PATEL, R. **Stuffed and Starved**. New York: Melville House, 2007.

PEREIRA, L. I. Estrangeirização de terras no Brasil: uma visão através da geopolítica da questão agrária. **Boletim DataLuta**, 2014.

PERICÁS, L. B. Monopólios, desnacionalização e violência: a questão agrária no Brasil hoje. **Margem Esquerda**, n.29, 2017.

PESSOA, J. M. **A revanche camponesa**. Goiânia: UFG, 1999.

PINTO NETO, G. M. **A solução é alugar o Brasil? Um estudo da atuação dos representantes do agronegócio na disputa normativa sobre a estrangeirização de terras no Brasil**. 2017. 153p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

PIRES, M. O. Programas agrícolas na ocupação do cerrado. **Sociedade e Cultura**, v.3, n.1 e 2, p 111-131, 2000.

PLOEG, J. D. V. D. **Camponeses e Impérios Alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade da era da globalização. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

PONTES, R. N. **Mediação e Serviço Social**: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1997

PRADO JR., C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 14 ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

REARDON, T.; BERDEGUÉ, J. A. The rapid rise of supermarkets in Latin America: challenges and opportunities for development. **Development policy review**, v.20, n.4, p. 371-388, 2002.

REIS JÚNIOR, R. L. **Cidade, trabalho e memória**: os trabalhadores da construção de Brasília (1956-1960). 2008. 110p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2008.

ROCHA, L. A. **Modernização e diferenciação social – o caso do Programa de Assentamento Dirigido do Distrito Federal – PAD-DF**. 1992. 193p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 1992.

ROJO, F. J. G. **Supermercados no Brasil**: qualidade total, marketing de serviços, comportamento do consumidor. São Paulo: Atlas, 1998.

SÁ, H. S., SOUSA, L. B. Modernização agrícola da região do cerrado brasileiro: uma revisão de literatura sobre o Programa de Assentamento Dirigido do Distrito Federal (PAD-DF). **Sociedade e Desenvolvimento Rural**, Brasília, v.8, n.2, p. 58-83, ago. 2014.

SAAB, W. G. L.; GIMENEZ, L. C. P. (2000). **Aspectos atuais do varejo de alimentos no mundo e no Brasil**. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 05 fev. 2017.

SCHIMIDT, B. B. Brasília como centro político. *In*: PAVIANI, A. (org.). **Brasília, Ideologia e Realidade: espaço urbano em questão**. São Paulo: Projeto Editores, 1985.

SCHNEIDER, S.; CRUZ, F. T.; MATTE, A. Estratégias alimentares e de abastecimento: desafios e oportunidades para as cidades e para o meio rural. *In*: CRUZ, F. T.; MATTE, A.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Produção, consumo e abastecimento de alimentos: desafios e novas estratégias**. Porto Alegre: UFRGS, 2016. p. 9-22.



SERVIÇO INTERNACIONAL PARA AQUISIÇÃO E APLICAÇÕES EM AGROBIOTECNOLOGIA – ISAAA. (2017) **Global Status of Commercialized GM/Biotech Crops: 2016**. Disponível em: <<http://www.isaaa.org>>. Acesso em: 02 dez. 2017.

SHIKI, S. Sistema agroalimentar no cerrado brasileiro: caminhando para o caos? In: SHIKI, S.; SILVA, J. G. (Orgs.). **Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade do cerrado brasileiro**. Uberlândia: UFU, 1997. p.135-165.

SILVA, J. G. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura paulista**. 1980. 294p. Tese (Doutorado) - Departamento de Economia e Planejamento Econômico, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1980.

SILVA, M. A. R. B. **Questão Agrária e Luta pela Terra: a consolidação dos assentamentos de Reforma Agrária do MST no Distrito Federal e Entorno**. 2017. 266p. Tese (Doutorado em Política Social) – Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

SILVEIRA, M. L.; SANTOS, M. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS PARA DEFESA VEGETAL – SINDIVEG. (2017). **Sindiveg**. Disponível em: <<http://www.sindiveg.org>>. Acesso em: 05 out. 2017.

SOUZA FILHO, H. M; BATALHA, M. O. **Gestão integrada da agricultura familiar**. São Carlos: UFSCar, 2005.

STEDILE, J. P. Tendências do capital na agricultura. In: \_\_\_\_\_ (org.). **A questão agrária do Brasil: o debate na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013. v.7, p.19-38.

STEEL, C. **Hungry city**. How food shapes our lives. London: Chatto&Windus, Vintade, 2008.

SUCH, F. F. Alimentando el debate em torno al comercio y la soberanía alimentaria. **Soberanía alimentaria: biodiversidad y culturas**, Barcelona, n.8, p.10-13, jan., 2012.

SUPERMERCADO MODERNO. **39º Relatório anual: Ranking do autosserviço**. São Paulo, abr., 2010.

TAVARES, M. S. O. C. **Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável – Ocupar, Resistir e Preservar: o caso do assentamento Terra Conquistada**. Brasília, 2002. 174p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília,

UnB.

TEIXEIRA, G. (2013). **O agronegócio é “negócio” para o Brasil?** Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br>> Acesso em: 23 jan. 2017.

TEIXEIRA, G. (2014b). **Inflação dos alimentos, segurança alimentar e agronegócio.** Disponível em: <<http://www.agroecologia.org.br>>. Acesso em: 08 out. 2017.

TEIXEIRA, G. Subsídios para a análise do quadro de abastecimento dos alimentos básicos no Brasil. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, Campinas, v.1, n.1, p.27-52, mai./out., 2014a.

UNESCO. **Vegetação no Distrito Federal – tempo e espaço.** Brasília: Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura, ed.2, 2002. 80p.

VALOR ECONÔMICO. (2016). **Bayer compra Monsanto por US\$ 66 bilhões.** Disponível em: <<http://www.valor.com.br>>. Acesso em: 05 out. 2017.

VALOR ECONÔMICO. (2017a). **China aprova aquisição da Syngenta pela ChemChina.** Disponível em: <<http://www.valor.com.br>>. Acesso em: 05 out. 2017.

VALOR ECONÔMICO. (2017b). **Dow e DuPont concluem fusão e DowDuPont passa a ser negociada na Nyse.** Disponível em: <<http://www.valor.com.br>>. Acesso em: 05 out. 2017.

VIEIRA FILHO, J. E. R. **Expansão da fronteira agrícola no Brasil: desafios e perspectivas.** Brasília: IPEA, 2016. (Texto para discussão, 2223)

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20, 1996, Caxambú. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 1996. (GT 17 - Processos Sociais Agrários).

WILKINSON, J. Os gigantes da indústria alimentar entre a grande distribuição e os novos clusters a montante. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v.18, p.147-174, 2002.

WOORTMANN, K. Migração, família e campesinato. In: WELCH, C. A. *et al.* (org.). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas:** São Paulo: Unesp; Brasília: Nead, 2009. v. 1. p.217-238.

ZIEGLER, J. **Destruição massiva: Geopolítica da fome.** São Paulo: Cortez, 2012.